

DOC. 12

Sete Investimentos I S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014

Não Auditado

Sete Investimentos I S.A.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais

Ativo	Nota	31/12/2014	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2014
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3	797	Fornecedores e outras contas a pagar	6	1.547
Fundos restritos	-	-	Empréstimos e financiamentos	7	1.061.458
Tributos a recuperar	-	-	Obrigações fiscais	12	-
Adiantamentos a fornecedores	-	-	Outros passivos		1.063.017
		<u>797</u>			
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Fornecedores e outras a pagar		-
Despesas antecipadas	4	1.931	Empréstimos e financiamentos		-
Partes relacionadas		1.064.671			-
		<u>1.066.602</u>			
Investimentos			Patrimônio líquido		
Imobilizado	5	2.168	Atribuído aos acionistas da controladora	8(a)	4.152
Ativos intangíveis		-	Capital social	8(b)	612
		-	Reserva de lucros		1.786
		<u>1.068.780</u>	Ajuste de avaliação patrimonial		-
			Patrimônio líquido dos acionistas controladores		6.550
			Participação acionistas não controladores		-
			Total patrimônio líquido		<u>6.550</u>
Total do ativo		<u><u>1.069.567</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>1.069.567</u></u>

Sete Investimentos I S.A.

Demonstração do resultado Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2014</u>
Despesas administrativas	9	(6.557)
Participação nos resultados de controladas		(1.965)
Outras despesas operacionais		(1)
Prejuízo operacional		(8.523)
Receitas financeiras	10	25.821
Despesas financeiras	10	(16.603)
Variações cambiais e monetárias	10	(83)
Resultado financeiro líquido		9.135
Lucro (prejuízo) do período		612

Sete Investimentos I S.A.

**Demonstração da mutação do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014**
Em milhares de reais

	Capital social	Reservas de lucros	Lucros (Prejuízo) acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total
Em 01 de janeiro de 2014	-	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do período					
Lucro líquido do exercício			612		612
Ajustes de avaliação patrimonial				1.786	1.786
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	612	1.786	2.398
Contribuições de acionistas					
Integralização de capital	4.152				4.152
Destinação do lucro líquido do período			(612)		-
Transferência para reserva de lucros		612			-
Total de contribuições de acionistas	4.152	-	-	-	4.152
Saldos em 31/12/2014	4.152	612	-	1.786	6.550

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras
3 de 9

Sete Investimentos I S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais

	<u>31/12/2014</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Lucro (prejuízo) do período	612
Ajustes de	
Resultado de participação societária	1.965
Variação cambial e monetária, líquida	83
	<u>2.660</u>
Variações nos ativos e passivos:	
Redução (aumento) em despesas antecipadas	(1.931)
Aumento (redução) em fornecedores e outras contas a pagar	1.464
Aumento (redução) em obrigações fiscais	12
	<u>2.205</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	
Aumento em partes relacionadas	(1.064.671)
Aumento de capital em controlada	(2.347)
	<u>(1.067.018)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos	
Captação de empréstimos	1.074.801
Pagamento de empréstimos	(13.343)
Aumento de capital acionistas controladores	4.152
	<u>1.065.610</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	797
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	-
Efeito das variações de taxa de câmbio no caixa e equivalentes de caixa	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	797

Sete Investimentos I S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais

1 Informações gerais

A Sete Investimentos 1 S.A (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 03 de janeiro de 2014 com sede na cidade do Rio de Janeiro.

A Companhia é uma controlada da Sete Brasil Participações S.A (“Grupo”) e foi criada em atendimento a estratégia do Grupo, que tem o propósito de viabilizar a construção de ativos de exploração de petróleo e gás na camada do Pré-sal.

O objetivo da Companhia é intermediar operações financeiras, dedicando-se à captação de recursos no mercado de capital nacional com a finalidade de viabilizar recursos.

A Companhia é controladora da Sete Netherlands BV, sediada na Holanda para viabilizar a segregação de ativos envolvidos nas captações de recursos e contribuir na estruturação junto aos financiadores do projeto, além de gerenciar os custos administrativos inerentes na manutenção das operações constituídas na Holanda.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor que no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração do valor justo.

A Companhia preparou suas primeiras demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Estes saldos não estão sendo apresentados com comparativos (em 31 de dezembro de 2013), pois os valores são inferiores ao formato de apresentação em milhares de reais.

Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, seus resgates podem ser feitos a qualquer momento, sem risco de perda dos rendimentos e os recursos são utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.3 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Sete Investimentos I S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.4 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3 Caixa e equivalentes de caixa

O montante de R\$797 de caixa e equivalentes de caixa apresentado refere-se aos recursos disponíveis em conta corrente bancária.

4 Despesas antecipadas

	<u>31 de dezembro de 2014</u>
Gastos com captação de recursos	
Honorários Advogados	1.733
Consultoria e assessoria financeira	198
	<u>1.931</u>

5 Investimentos

Em 1º de janeiro de 2014	-
Aumento de capital em controlada	2.347
Participação no resultado de controlada	(1.965)
Ajuste acumulado de conversão	1.786
Em 31 de dezembro de 2014	<u>2.168</u>

Sete Investimentos I S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
 financeiras em 31 de dezembro de 2014
 Em milhares de reais

6 Fornecedores e outras contas a pagar

	<u>31 de dezembro de 2014</u>
Contas a pagar prestadores de serviços	1.547
Outras contas a pagar	-
	<u>1.547</u>

7 Empréstimos e financiamentos

Credor	Taxa	Vencimento	Total contratado	Principal	Encargos	Custo de captação	Total
			USD				
Caixa Econômica Federal	9,2% a.a	29.01.2015	400.000.000	1.048.004	16.533	(3.079)	1.061.458

Em 31 de outubro de 2014, a Companhia, captou recursos para financiamento dos ativos no montante de US\$ 400.000, equivalente a R\$ 1.062.480, cujo credor é a Caixa Econômica Federal.

No dia 23 de dezembro de 2014, foi realizado o pagamento de principal no valor de US\$ 5.450, equivalente a R\$13.343.

8 Capital social e reservas

(a) Capital social

	<u>Quantidade</u>	<u>Valor</u>
Julho	1.251	1.251
Agosto	319	319
Outubro	532	532
Novembro	400	400
Dezembro	1.650	1.650
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>4.152</u>	<u>4.152</u>

(b) Lucros (prejuízos) acumulados

Em 1º de janeiro de 2014

Lucro líquido do exercício	612
Transferência para reserva legal	(31)
Transferência para reserva de lucros a realizar	<u>(581)</u>

Em 31 de dezembro de 2014

-

Sete Investimentos I S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais

(c) Dividendos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apurou um lucro de R\$612. Dado que todo o Grupo está em fase pré-operacional e portanto até o momento não foi apurado lucros realizados a Administração concluiu que a Companhia encontra-se em situação financeira incompatível para propor a distribuição de dividendos.

9 Despesas administrativas

	<u>31 de dezembro de 2014</u>
Serviços de consultoria e auditoria	6.471
Impostos e contribuições	29
Outras despesas gerais	57
	<u>6.557</u>

10 Resultado financeiro

	<u>31 de dezembro de 2014</u>
Despesas financeiras	
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(202)
Despesas com operações de câmbio	(137)
Despesas com juros	(16.237)
Despesas bancárias	(26)
Outras despesas financeiras	(1)
	<u>(16.903)</u>
Receitas financeiras	
Rendimentos sobre empréstimos Intercompany	16.440
Outras receitas financeiras	9.381
	<u>25.821</u>
Variações e ganhos (perdas) cambiais líquidos	
Outras variações cambiais líquidas	(83)
Resultado financeiro líquido	<u><u>9.135</u></u>



Franklin Natanael da Silva
 Contador – CRC RJ 093216/O-0

DOC. 12

Sete Investimentos 2 S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014

NÃO AUDITADO

Sete Investimentos 2 S.A.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais

Ativo	Nota	31/12/2014	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2014
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3	5.553	Fornecedores e outras contas a pagar	5	5.211
Fundos restritos		-	Empréstimos e financiamentos		-
Tributos a recuperar		-	Obrigações fiscais		10
Adiantamentos a fornecedores		-	Outros passivos		-
		<u>5.553</u>			<u>5.221</u>
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo		-	Fornecedores e outras a pagar		-
Despesas antecipadas	4	6.030	Empréstimos e financiamentos		-
Partes relacionadas		-			-
		<u>6.030</u>			<u>-</u>
Investimentos					
Imobilizado		-			<u>5.221</u>
Ativos intangíveis		-			-
		<u>11.583</u>			<u>-</u>
			Patrimônio líquido		
			Atribuído aos acionistas da controladora	6	6.991
			Capital social		(626)
			Prejuízo acumulado		(3)
			Ajuste de avaliação patrimonial		-
			Patrimônio líquido dos acionistas controladores		<u>6.362</u>
			Participação acionistas não controladores		-
			Total patrimônio líquido		<u>6.362</u>
			Total do passivo e patrimônio líquido		<u>11.583</u>
Total do ativo		<u>11.583</u>			<u>11.583</u>

Sete Investimentos 2 S.A.

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2014</u>
Despesas administrativas	7	(42)
Participação nos resultados de controladas		(435)
Outras despesas operacionais		(26)
Prejuízo operacional		(503)
Receitas financeiras	8	99
Despesas financeiras	8	(216)
Variações cambiais e monetárias	8	(6)
Resultado financeiro líquido		(123)
Lucro (prejuízo) do período		(626)

Sete Investimentos 2 S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014
 Em milhares de reais

	Capital social	Reservas de lucros	Lucros (Prejuízo) acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total
Em 01 de janeiro de 2014	-	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do período					
Lucro líquido do exercício			(626)		(626)
Ajustes de avaliação patrimonial				(3)	(3)
Total do resultado abrangente do exercício			(626)	(3)	(629)
Contribuições de acionistas	6.991				6.991
Integralização de capital					
Total de contribuições de acionistas	6.991				6.991
Saldos em 31/12/2014	6.991		(626)	(3)	6.632

Sete Investimentos 2 S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais

	<u>31/12/2014</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Lucro (prejuízo) do período	(626)
Ajustes de	
Variação cambial e monetária, líquida	6
	<u>(620)</u>
Variações nos ativos e passivos:	
Redução (aumento) em despesas antecipadas	(6.030)
Aumento (redução) em fornecedores e outras contas a pagar	5.203
Aumento (redução) em obrigações fiscais	10
	<u>(1.437)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	
Aumento de capital em controlada	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos	
Aumento de capital acionistas controladores	6.990
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	6.990
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	5.553
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	-
Efeito das variações de taxa de câmbio no caixa e equivalentes de caixa	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	5.553

Sete Investimentos 2 S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais

1 Informações gerais

A Sete Investimentos 2 S.A (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 23 de janeiro de 2014 com sede na cidade do Rio de Janeiro.

A Companhia é uma controlada da Sete Brasil Participações S.A (“Grupo”) e foi criada em atendimento a estratégia do Grupo, que tem o propósito de viabilizar a construção de ativos de exploração de petróleo e gás na camada do Pré-sal.

O objetivo da Companhia é intermediar operações financeiras, dedicando-se à captação de recursos no mercado de capital nacional com a finalidade de viabilizar recursos.

A Companhia é controladora da Sete Netherlands 2 BV, sediada na Holanda para viabilizar a segregação de ativos envolvidos nas captações de recursos e contribuir na estruturação junto aos financiadores do projeto, além de gerenciar os custos administrativos inerentes na manutenção das operações constituídas na Holanda.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor que no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração do valor justo.

A Companhia preparou suas primeiras demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Estes saldos não estão sendo apresentados com comparativos (em 31 de dezembro de 2013), pois os valores são inferiores ao formato de apresentação em milhares de reais.

Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, seus resgates podem ser feitos a qualquer momento, sem risco de perda dos rendimentos e os recursos são utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.3 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Sete Investimentos 2 S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.4 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31 de dezembro de 2014</u>
Recursos em banco e em caixa	127
Depósitos bancários de curto prazo	<u>5.426</u>
	<u>5.553</u>

4 Despesas antecipadas

	<u>31 de dezembro de 2014</u>
Gastos com captação de recursos	
Honorários Advogados	5.582
Consultoria e assessoria financeira	<u>448</u>
	<u>6.030</u>

Sete Investimentos 2 S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
 financeiras em 31 de dezembro de 2014
 Em milhares de reais

5 Fornecedores e outras contas a pagar

	<u>31 de dezembro de 2014</u>
Contas a pagar prestadores de serviços	4.746
	<u>4.746</u>

6 Capital social

	<u>Quantidade</u>	<u>Valor</u>
Agosto	1.901	1.901
Outubro	540	540
Novembro	4.550	4.550
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>6.991</u>	<u>6.991</u>

7 Despesas administrativas

	<u>31 de dezembro de 2014</u>
Serviços de consultoria e auditoria	40
Outras despesas gerais	<u>2</u>
	<u>42</u>

Sete Investimentos 2 S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
 financeiras em 31 de dezembro de 2014
 Em milhares de reais

8 Resultado financeiro

	<u>31 de dezembro de 2014</u>
Despesas financeiras	
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(1)
Despesas com operações de câmbio	(214)
Outras despesas financeiras	(1)
	<u>(216)</u>
Receitas financeiras	
Rendimentos sobre aplicações financeiras	99
Outras receitas financeiras	-
	<u>99</u>
Variações e ganhos (perdas) cambiais líquidos	
Outras variações cambiais líquidas	(6)
Resultado financeiro líquido	<u><u>(123)</u></u>



Franklin Natanael da Silva
 Contador – CRC RJ 093216/O-0

DOC. 13

Jahresabschluss

für den Zeitraum vom 30.8.2013 bis 31.12.2013

Sete Holding GmbH

Langackergasse 18
1190 Wien

Inhaltsverzeichnis

Auftrag und Durchführung	1
Rechtliche Verhältnisse	2
Steuerliche Verhältnisse	3
Bilanz	4
Gewinn- und Verlustrechnung	5
Anhang	6 - 10
Allgemeine Auftragsbedingungen für Wirtschaftstreuhandberufe (AAB)	11 - 16

Sete Holding GmbH

Bericht über die

Erstellung des Jahresabschlusses
zum 31. Dezember 2013
der
Sete Holding GmbH.

Wir haben auftragsgemäß den vorstehenden/nachstehenden Jahresabschluss der Sete Holding GmbH zum 31. Dezember 2013 – bestehend aus Bilanz, Gewinn- und Verlustrechnung sowie Anhang – auf Grundlage der Buchführung und des Inventars sowie der Vorgaben zu den anzuwendenden Bilanzierungs- und Bewertungsmethoden erstellt.

Grundlage für die Erstellung des Abschlusses waren die von uns durchgeführten Tätigkeiten (zB die gesamte Buchhaltung, Lohn- und Gehaltsbuchführung, Anlagenverzeichnis) und die uns darüber hinaus vorgelegten Belege, Bücher und Bestandsnachweise, die wir auftragsgemäß nicht auf Ordnungsmäßigkeit oder Plausibilität geprüft haben, sowie die uns erteilten Auskünfte. Die Buchführung sowie die Aufstellung des Inventars und des Jahresabschlusses nach UGB und den ergänzenden Bestimmungen des Gesellschaftsvertrags liegen in Ihrer Verantwortung.

Wir haben weder eine Abschlussprüfung noch eine prüferische Durchsicht des Abschlusses noch eine sonstige Prüfung oder vereinbarte Untersuchungshandlungen vorgenommen und geben demzufolge keine Zusicherung (Bestätigung) zum Abschluss.

Sie sind sowohl für die Richtigkeit als auch für die Vollständigkeit der uns zur Verfügung gestellten Unterlagen und Auskünfte verantwortlich, auch gegenüber den Nutzern des von uns erstellten Abschlusses. Wir verweisen in diesem Zusammenhang auf die auf unser Verlangen von Ihnen am unterschriebene Vollständigkeitserklärung.

Der Erstellungsauftrag wurde unter Beachtung des Fachgutachtens KFS/RL 26 „Grundsätze für die Erstellung von Abschlüssen“ durchgeführt. Für den Erstellungsauftrag gelten die Allgemeinen Auftragsbedingungen (AAB) für Wirtschaftstreuhandberufe der Kammer der Wirtschaftstreuhänder (KWT) in der Fassung vom 21.2.2011.

Eine Weitergabe des von uns erstellten Abschlusses an Dritte darf nur unter Beigabe des Erstellungsberichts erfolgen.

Im Falle der Weitergabe des von uns erstellten Abschlusses an Dritte gelten die in Punkt 8. der AAB für Wirtschaftstreuhandberufe der KWT enthaltenen Ausführungen zur Haftung auch gegenüber Dritten.

Sete Holding GmbH

Rechtliche Verhältnisse

Firma: Sete Holding GmbH

Sitz: Wien

Adresse: 1190 Wien, Langackergasse 18

Unternehmensgegenstand: Beteiligung an und der Erwerb von Unternehmungen und Gesellschaften

Gründung: 30.8.2013

Geschäftsjahr: 30.8.2013 bis 31.12.2013

Rechtsform: Gesellschaft mit beschränkter Haftung

Gesellschaftsgröße: kleine Kapitalgesellschaft im Sinne des § 221 UGB

Firmenbuch: Handelsgericht Wien, FN 401499 s

Stammeinlage: EUR 70.000,00

Gesellschafter:

Name	Anteil in €	Anteil in %
Sete Brasil Participacoes S.A., Brasilien	70.000,00	100
Andre Vinicius Celani Duarte	0,00	0
	<u>70.000,00</u>	<u>100</u>

Geschäftsführung:

Name	seit	bis
Andre Vinicius Celani Duarte	20.11.2013	13.7.2014
Bernardo Clemente Da Fonseca Neto	14.7.2014	
Dr. Klaus Hafner	30.8.2013	

Vertretung: Die Gesellschaft wird, wenn mehrere Geschäftsführer bestellt sind, durch zwei Geschäftsführer gemeinsam oder durch einen von ihnen gemeinsam mit einem Prokuristen vertreten.
 Die Gesellschafter können durch Beschluss einem Geschäftsführer Einzelvertretungsbefugnis erteilen.

Sete Holding GmbH

Steuerliche Verhältnisse

Finanzamt: Finanzamt Wien 9/18/19 Klosterneuburg

Steuernummer: 261/2732

Steuerliche Vertretung: TAXCOACH
 Wirtschaftsprüfung und Steuerberatung GmbH
 1190 Wien, Muthgasse 109
 WT803735

Gewinnermittlung: Bilanzierung gem. § 5 EStG

Evidenzkonto gemäß § 4 Abs. 12 EStG

	Eigenkapital lt. Bilanz 31.12.2013	Eigenkapital lt. Bilanz 30.8.2013	Veränderung	Einlagen Stand 31.12.2013	Einlagen Stand 30.8.2013	Veränderung
Nenn(Stamm-)kapital	70.000,00	0,00	70.000,00	70.000,00	0,00	70.000,00
Kapitalrücklagen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gewinnrücklagen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bilanzgewinn	-12.947,91	0,00	-12.947,91	0,00	0,00	0,00
Summe	57.052,09	0,00	57.052,09	70.000,00	0,00	70.000,00

Sete Holding GmbH

A K T I V A	31.12.2013 €	P A S S I V A	31.12.2013 €
A. UMLAUFVERMÖGEN		A. EIGENKAPITAL	70.000,00
I. GUTHABEN BEI KREDITINSTITUTEN	70.039,07	I. STAMMKAPITAL	-12.947,91
		II. BILANZVERLUST	57.052,09
		B. RÜCKSTELLUNGEN	7.200,00
		1. sonstige Rückstellungen	
		C. VERBINDLICHKEITEN	0,33
		1. Verbindlichkeiten gegenüber Kreditinstituten	5.786,65
		2. Verbindlichkeiten aus Lieferungen und Leistungen	5.786,98
Summe Aktiva	70.039,07	Summe Passiva	70.039,07

GEWINN- UND VERLUSTRECHNUNG

Sete Holding GmbH

30.8.2013 bis 31.12.2013

	2013
	€
1. SONSTIGE BETRIEBLICHE ERTRÄGE	
a) übrige	70,00
2. SONSTIGE BETRIEBLICHE AUFWENDUNGEN	
a) übrige	
Spesen des Geldverkehrs	31,38
Rechts- und Beratungsaufwand	12.986,65
	<u>13.018,03</u>
3. ZWISCHENSUMME AUS Z 1 BIS 2 (BETRIEBSERFOLG)	-12.948,03
4. SONSTIGE ZINSEN UND ÄHNLICHE ERTRÄGE	<u>0,16</u>
5. ZWISCHENSUMME AUS Z 4 BIS 4 (FINANZERFOLG)	<u>0,16</u>
6. ERGEBNIS DER GEWÖHNLICHEN GESCHÄFTSTÄTIGKEIT	-12.947,87
7. STEUERN VOM EINKOMMEN UND VOM ERTRAG	<u>0,04</u>
8. JAHRESFEHLBETRAG	<u>-12.947,91</u>
9. JAHRESVERLUST	<u>-12.947,91</u>
BILANZVERLUST	<u><u>-12.947,91</u></u>

Anhang

Bilanzierungs- und Bewertungsmethoden

Allgemeine Grundsätze

Auf den vorliegenden Jahresabschluss zum 31. Dezember 2013 wurden die Rechnungslegungsbestimmungen des Unternehmensgesetzbuches in der geltenden Fassung angewandt. Der Jahresabschluss wurde unter Beachtung der Grundsätze ordnungsmäßiger Buchführung, sowie unter Beachtung der Generalnorm, ein möglichst getreues Bild der Vermögens-, Finanz- und Ertragslage des Unternehmens zu vermitteln, aufgestellt.

Bei der Bilanzierung und Bewertung wurde den allgemein anerkannten Grundsätzen Rechnung getragen. Dabei wurden die im § 201 Abs. 2 UGB kodifizierten Grundsätze ordnungsmäßiger Buchführung ebenso beachtet wie die Gliederungs- und Bewertungsvorschriften für die Bilanz und die Gewinn- und Verlustrechnung der §§ 195 bis 211 und 222 bis 235 UGB. Die Gewinn- und Verlustrechnung wird nach dem Gesamtkostenverfahren erstellt.

Bei der Erstellung des Jahresabschlusses wurde der Grundsatz der Vollständigkeit eingehalten.

Bei der Bewertung der einzelnen Vermögensgegenstände und Schulden wurde der Grundsatz der Einzelbewertung beachtet und eine Fortführung des Unternehmens unterstellt.

Dem Vorsichtsprinzip wurde dadurch Rechnung getragen, dass nur die am Abschlussstichtag realisierten Gewinne ausgewiesen wurden. Allen erkennbaren Risiken und drohenden Verlusten wurde entsprechend Rechnung getragen.

Anlagevermögen

Finanzanlagen

Finanzanlagen wurden zu Anschaffungskosten angesetzt und soweit notwendig außerplanmäßige Abschreibungen durchgeführt.

Außerplanmäßige Abschreibungen werden nur dann vorgenommen, wenn Wertminderungen voraussichtlich von Dauer sind.

Umlaufvermögen

Forderungen und sonstige Vermögensgegenstände

Die Forderungen und sonstigen Vermögensgegenstände wurden mit dem Nennwert angesetzt.

Fremdwährungsforderungen wurden mit ihrem Entstehungskurs oder mit dem niedrigeren Devisenkurs zum Bilanzstichtag bewertet.

Sete Holding GmbH

Rückstellungen

Sonstige Rückstellungen

In den sonstigen Rückstellungen wurden unter Beachtung des Vorsichtsprinzips alle im Zeitpunkt der Bilanzerstellung erkennbaren Risiken und der Höhe oder dem Grunde nach ungewisse Verbindlichkeiten mit den Beträgen berücksichtigt, die nach vernünftiger kaufmännischer Beurteilung erforderlich sind.

Verbindlichkeiten

Verbindlichkeiten sind mit dem Rückzahlungsbetrag unter Bedachtnahme auf den Grundsatz der Vorsicht ermittelt.

Erläuterungen zu Bilanz und Gewinn- und Verlustrechnung

Allgemeine Angaben

Grundlagen für die Umrechnung von Fremdwährungsposten in Euro

Der Jahresabschluss enthält auf fremde Währung lautende Sachverhalte, die in Euro umgerechnet wurden.

Forderungen in fremder Währung wurden mit dem Devisengeldkurs im Zeitpunkt ihrer Entstehung eingebucht. Kursrückgänge am Bilanzstichtag führten zu einer entsprechenden Abwertung.

Für vorhandene Guthaben bei Kreditinstituten war der Devisengeldkurs zu beachten.

Verbindlichkeiten in fremder Währung wurden mit dem Devisenbriefkurs im Zeitpunkt ihrer Entstehung eingebucht. Kursanstiege am Bilanzstichtag führten zu einer entsprechenden Aufwertung.

Sete Holding GmbH

Erläuterungen zu einzelnen Posten der Bilanz

In der Bilanz nicht gesondert ausgewiesene Rückstellungen

Folgende Rückstellungen haben einen erheblichen Umfang, wurden jedoch in der Bilanz nicht gesondert ausgewiesen:

	Stand 30.8.2013 €	Zuweisung €	Stand 31.12.2013 €
Rückstellung für WT-Honorar	0,00	7.200,00	7.200,00

Verbindlichkeiten

Zur Fristigkeit der in der Bilanz ausgewiesenen Verbindlichkeiten werden folgende Erläuterungen gegeben:

	Gesamtbetrag €	davon Restlaufzeit bis 1 Jahr €
Verbindlichkeiten		
Verbindlichkeiten gegenüber Kreditinstituten	0,33	0,33
Verbindlichkeiten aus Lieferungen und Leistungen	5.786,65	5.786,65
Summe Verbindlichkeiten	5.786,98	5.786,98

Sete Holding GmbH

Sonstige Pflichtangaben

Zahl der Arbeitnehmer

Die durchschnittliche Zahl der Arbeitnehmer gegliedert nach Arbeitern und Angestellten beträgt (§ 239 Abs. 1 Z 1 UGB):

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Arbeiter	0	0
Angestellte	<u>0</u>	<u>0</u>
Gesamt	<u><u>0</u></u>	<u><u>0</u></u>

Angaben zu den Mitgliedern der Geschäftsführung

Geschäftsführung:	Name	seit	bis
	Andre Vinicius Celani Duarte	20.11.2013	13.7.2014
	Bernardo Clemente Da Fonseca Neto	14.7.2014	
	Dr. Klaus Hafner	30.8.2013	

Wien, am 9. September 2014



.....
 Unterschrift der Geschäftsführung



Allgemeine Auftragsbedingungen für Wirtschaftstreuhandberufe (AAB 2011)

Festgestellt vom Arbeitskreis für Honorarfragen und Auftragsbedingungen bei der Kammer der Wirtschaftstreuhänder und zur Anwendung empfohlen vom Vorstand der Kammer der Wirtschaftstreuhänder mit Beschluss vom 8.3.2000, adaptiert vom Arbeitskreis für Honorarfragen und Auftragsbedingungen am 23.5.2002, am 21.10.2004, am 18.12.2006, am 31.8.2007, am 26.2.2008, am 30.6.2009, am 22.3.2010 sowie am 21.02.2011.

Präambel und Allgemeines

(1) Diese Allgemeinen Auftragsbedingungen für Wirtschaftstreuhandberufe gliedern sich in vier Teile: Der I. Teil betrifft Verträge, die als Werkverträge anzusehen sind, mit Ausnahme von Verträgen über die Führung der Bücher, die Vornahme der Personalsachbearbeitung und der Abgabenverrechnung; der II. Teil betrifft Werkverträge über die Führung der Bücher, die Vornahme der Personalsachbearbeitung und der Abgabenverrechnung; der III. Teil hat Verträge, die nicht Werkverträge darstellen und der IV. Teil hat Verbrauchergeschäfte zum Gegenstand.

(2) Für alle Teile der Auftragsbedingungen gilt, dass, falls einzelne Bestimmungen unwirksam sein sollten, dies die Wirksamkeit der übrigen Bestimmungen nicht berührt. Die unwirksame Bestimmung ist durch eine gültige, die dem angestrebten Ziel möglichst nahe kommt, zu ersetzen.

(3) Für alle Teile der Auftragsbedingungen gilt weiters, dass der zur Ausübung eines Wirtschaftstreuhandberufes Berechtigte verpflichtet ist, bei der Erfüllung der vereinbarten Leistung nach den Grundsätzen ordnungsgemäßer Berufsausübung vorzugehen. Er ist berechtigt, sich zur Durchführung des Auftrages hierfür geeigneter Mitarbeiter zu bedienen.

(4) Für alle Teile der Auftragsbedingungen gilt schließlich, dass ausländisches Recht vom Berufsberechtigten nur bei ausdrücklicher schriftlicher Vereinbarung zu berücksichtigen ist.

(5) Die in der Kanzlei des Berufsberechtigten erstellten Arbeiten können nach Wahl des Berufsberechtigten entweder mit oder ohne elektronische Datenverarbeitung erstellt werden. Für den Fall des Einsatzes von elektronischer Datenverarbeitung ist der Auftraggeber, nicht der Berufsberechtigte, verpflichtet, die nach den DSGVO notwendigen Registrierungen oder Verständigungen vorzunehmen.

(6) Der Auftraggeber verpflichtet sich, Mitarbeiter des Berufsberechtigten während und binnen eines Jahres nach Beendigung des Auftragsverhältnisses nicht in seinem Unternehmen oder in einem ihm nahestehenden Unternehmen zu beschäftigen, widrigenfalls er sich zur Bezahlung eines Jahresbezuges des übernommenen Mitarbeiters an den Berufsberechtigten verpflichtet.

I. TEIL

1. Geltungsbereich

(1) Die Auftragsbedingungen des I. Teiles gelten für Verträge über (gesetzliche und freiwillige) Prüfungen mit und ohne Bestätigungsvermerk, Gutachten, gerichtliche Sachverständigentätigkeit, Erstellung von Jahres und anderen Abschlüssen, Steuerberatungstätigkeit und über andere im Rahmen eines Werkvertrages zu erbringende Tätigkeiten mit Ausnahme der Führung der Bücher, der Vornahme der Personalsachbearbeitung und der Abgabenverrechnung.

(2) Die Auftragsbedingungen gelten, wenn ihre Anwendung ausdrücklich oder stillschweigend vereinbart ist. Darüber hinaus sind sie mangels anderer Vereinbarung Auslegungsbefehl.

(3) Punkt 8 gilt auch gegenüber Dritten, die vom Beauftragten zur Erfüllung des Auftrages im Einzelfall herangezogen werden.

2. Umfang und Ausführung des Auftrages

(1) Auf die Absätze 3 und 4 der Präambel wird verwiesen.

(2) Ändert sich die Rechtslage nach Abgabe der abschließenden beruflichen schriftlichen als auch mündlichen Äußerung, so ist der Berufsberechtigte nicht verpflichtet, den Auftraggeber auf Änderungen oder sich daraus ergebende Folgerungen hinzuweisen. Dies gilt auch für abgeschlossene Teile eines Auftrages.

(3) Ein vom Berufsberechtigten bei einer Behörde (z.B. Finanzamt, Sozialversicherungsträger) elektronisch eingereichtes Anbringen ist als nicht von ihm beziehungsweise vom übermittelnden Bevollmächtigten unterschrieben anzusehen.

3. Aufklärungspflicht des Auftraggebers; Vollständigkeitserklärung

(1) Der Auftraggeber hat dafür zu sorgen, dass dem Berufsberechtigten auch ohne dessen besondere Aufforderung alle für die Ausführung des Auftrages notwendigen Unterlagen rechtzeitig vorgelegt werden und ihm von allen Vorgängen und Umständen Kenntnis gegeben wird, die für die Ausführung des Auftrages von Bedeutung sein können. Dies gilt auch für die Unterlagen, Vorgänge und Umstände, die erst während der Tätigkeit des Berufsberechtigten bekannt werden.

(2) Der Auftraggeber hat dem Berufsberechtigten die Vollständigkeit der vorgelegten Unterlagen sowie der gegebenen Auskünfte und Erklärungen im Falle von Prüfungen, Gutachten und Sachverständigentätigkeit schriftlich zu bestätigen. Diese Vollständigkeitserklärung kann auf den berufsbetrieblichen Formularen abgegeben werden.

(3) Wenn bei der Erstellung von Jahresabschlüssen und anderen Abschlüssen vom Auftraggeber erhebliche Risiken nicht bekannt gegeben worden sind, bestehen für den Auftragnehmer insoweit keinerlei Ersatzpflichten.

4. Sicherung der Unabhängigkeit

(1) Der Auftraggeber ist verpflichtet, alle Vorkehrungen zu treffen, um zu verhindern, dass die Unabhängigkeit der Mitarbeiter des Berufsberechtigten gefährdet wird, und hat selbst jede Gefährdung dieser Unabhängigkeit zu unterlassen. Dies gilt insbesondere für Angebote auf Anstellung und für Angebote, Aufträge auf eigene Rechnung zu übernehmen.

(2) Der Auftraggeber stimmt zu, dass seine persönlichen Daten, nämlich sein Name sowie Art und Umfang inklusive Leistungszeitraum der zwischen Berufsberechtigten und Auftraggeber vereinbarten Leistungen (sowohl Prüfungs- als auch Nichtprüfungsleistungen) zum Zweck der Überprüfung des Vorlegens von Befangenheits- oder Ausschließungsgründen iSd §§ 271 ff UGB im Informationsverbund (Netzwerk), dem der Berufsberechtigte angehört, verarbeitet und zu diesem Zweck an die übrigen Mitglieder des Informationsverbundes (Netzwerkes) auch ins Ausland übermittelt werden (eine Liste aller Übermittlungsempfänger wird dem Auftraggeber auf dessen Wunsch vom beauftragten Berufsberechtigten zugesandt). Hierfür entbindet der Auftraggeber den Berufsberechtigten nach dem Datenschutzgesetz und gem § 91 Abs 4 Z 2 WTBG ausdrücklich von dessen Verschwiegenheitspflicht. Der Auftraggeber nimmt in diesem Zusammenhang des Weiteren zur Kenntnis, dass in Staaten, die nicht Mitglieder der EU sind, ein niedrigeres Datenschutzniveau als in der EU herrschen kann. Der Auftraggeber kann diese Zustimmung jederzeit schriftlich an den Berufsberechtigten widerrufen.

5. Berichterstattung und Kommunikation

(1) Bei Prüfungen und Gutachten ist, soweit nichts anderes vereinbart wurde, ein schriftlicher Bericht zu erstatten.

(2) Alle Auskünfte und Stellungnahmen vom Berufsberechtigten und seinen Mitarbeitern sind nur dann verbindlich, wenn sie schriftlich erfolgen oder schriftlich bestätigt werden. Als schriftliche Stellungnahmen gelten nur solche, bei denen eine firmenmäßige Unterfertigung erfolgt. Als schriftliche Stellungnahmen gelten keinesfalls Auskünfte auf elektronischem Wege, insbesondere auch nicht per E-Mail.

(3) Bei elektronischer Übermittlung von Informationen und Daten können Übertragungsfehler nicht ausgeschlossen werden. Der Berufsberechtigte und seine Mitarbeiter haften nicht für Schäden, die durch die elektronische Übermittlung verursacht werden. Die elektronische Übermittlung erfolgt ausschließlich auf Gefahr des Auftraggebers. Dem Auftraggeber ist es bewusst, dass bei Benutzung des Internet die Geheimhaltung nicht gesichert ist. Weiters sind Änderungen oder Ergänzungen zu Dokumenten, die übersandt werden, nur mit ausdrücklicher Zustimmung zulässig.

(4) Der Empfang und die Weiterleitung von Informationen an den Berufsberechtigten und seine Mitarbeiter sind bei Verwendung von Telefon – insbesondere in Verbindung von automatischen Anrufbeantwortersystemen, Fax, E-Mail und anderen elektronischen Kommunikationsmitteln – nicht immer sichergestellt. Aufträge und wichtige Informationen gelten daher dem Berufsberechtigten nur dann als zugegangen, wenn sie auch schriftlich zugegangen sind, es sei denn, es wird im Einzelfall der Empfang ausdrücklich bestätigt. Automatische Übermittlungs- und Lesebestätigungen gelten nicht als solche ausdrücklichen Empfangsbestätigungen. Dies gilt insbesondere für die Übermittlung von Bescheiden und anderen Informationen über Fristen. Kritische und wichtige Mitteilungen müssen daher per Post oder Kurier an den Berufsberechtigten gesandt werden. Die Übergabe von Schriftstücken an Mitarbeiter außerhalb der Kanzlei gilt nicht als Übergabe.

(5) Der Auftraggeber stimmt zu, dass er vom Berufsberechtigten wiederkehrend allgemeine steuerrechtliche und allgemeine wirtschaftsrechtliche Informationen elektronisch übermittelt bekommt. Es handelt sich dabei nicht um unerbetene Nachrichten gemäß § 107 TKG.

6. Schutz des geistigen Eigentums des Berufsberechtigten

(1) Der Auftraggeber ist verpflichtet, dafür zu sorgen, dass die im Rahmen des Auftrages vom Berufsberechtigten erstellten Berichte, Gutachten, Organisationspläne, Entwürfe, Zeichnungen, Berechnungen und dergleichen nur für Auftragszwecke (z.B. gemäß § 44 Abs 3 ESIG 1988) verwendet werden. Im Übrigen bedarf die Weitergabe beruflicher schriftlicher als auch mündlicher Äußerungen des Berufsberechtigten an einen Dritten zur Nutzung der schriftlichen Zustimmung des Berufsberechtigten.

(2) Die Verwendung schriftlicher als auch mündlicher beruflicher Äußerungen des Berufsberechtigten zu Werbezwecken ist unzulässig; ein Verstoß berechtigt den Berufsberechtigten zur fristlosen Kündigung aller noch nicht durchgeführten Aufträge des Auftraggebers.

(3) Dem Berufsberechtigten verbleibt an seinen Leistungen das Urheberrecht. Die Einräumung von Werknutzungsbewilligungen bleibt der schriftlichen Zustimmung des Berufsberechtigten vorbehalten.

7. Mängelbeseitigung

(1) Der Berufsberechtigte ist berechtigt und verpflichtet, nachträglich hervorkommende Unrichtigkeiten und Mängel in seiner beruflichen schriftlicher als auch mündlicher Äußerung zu beseitigen, und verpflichtet, den Auftraggeber hievon unverzüglich zu verständigen. Er ist berechtigt, auch über die ursprüngliche Äußerung informierte Dritte von der Änderung zu verständigen.

(2) Der Auftraggeber hat Anspruch auf die kostenlose Beseitigung von Unrichtigkeiten, sofern diese durch den Auftragnehmer zu vertreten sind; dieser Anspruch erlischt sechs Monate nach erbrachter Leistung des Berufsberechtigten bzw. – falls eine schriftliche Äußerung nicht abgegeben wird – sechs Monate nach Beendigung der beanstandeten Tätigkeit des Berufsberechtigten.

(3) Der Auftraggeber hat bei Fehlschlägen der Nachbesserung etwaiger Mängel Anspruch auf Minderung. Soweit darüber hinaus Schadenersatzansprüche bestehen, gilt Punkt 8.

8. Haftung

(1) Der Berufsberechtigte haftet nur für vorsätzliche und grob fahrlässig verschuldete Verletzung der übernommenen Verpflichtungen.

(2) Im Falle grober Fahrlässigkeit beträgt die Ersatzpflicht des Berufsberechtigten höchstens das zehnfache der Mindestversicherungssumme der Berufshaftpflichtversicherung gemäß § 11 Wirtschaftstreuhandberufsgesetz (WTBG) in der jeweils geltenden Fassung.

(3) Jeder Schadenersatzanspruch kann nur innerhalb von sechs Monaten nachdem der oder die Anspruchsberechtigten von dem Schaden Kenntnis erlangt haben, spätestens aber innerhalb von drei Jahren ab Eintritt des (Primär)Schadens nach dem anspruchsbegründenden Ereignis gerichtlich geltend gemacht werden, sofern nicht in gesetzlichen Vorschriften zwingend andere Verjährungsfristen festgesetzt sind.

(4) Gilt für Tätigkeiten § 275 UGB kraft zwingenden Rechtes, so gelten die Haftungsnormen des § 275 UGB insoweit sie zwingenden Rechtes sind und zwar auch dann, wenn an der Durchführung des Auftrages mehrere Personen beteiligt gewesen oder mehrere zum Ersatz verpflichtete Handlungen begangen worden sind, und ohne Rücksicht darauf, ob andere Beteiligte vorsätzlich gehandelt haben.

(5) In Fällen, in denen ein förmlicher Bestätigungsvermerk erteilt wird, beginnt die Verjährungsfrist spätestens mit Erteilung des Bestätigungsvermerkes zu laufen.

(6) Wird die Tätigkeit unter Einschaltung eines Dritten, z.B. eines Daten verarbeitenden Unternehmens, durchgeführt und der Auftraggeber hievon benachrichtigt, so gelten nach Gesetz und den Bedingungen des Dritten entstehende Gewährleistungs- und Schadenersatzanspruch gegen den Dritten als an den Auftraggeber abgetreten. Der Berufsberechtigte haftet nur für Verschulden bei der Auswahl des Dritten.

(7) Eine Haftung des Berufsberechtigten einem Dritten gegenüber wird bei Weitergabe schriftlicher als auch mündlicher beruflicher Äußerungen durch den Auftraggeber ohne Zustimmung oder Kenntnis des Berufsberechtigten nicht begründet.

(8) Die vorstehenden Bestimmungen gelten nicht nur im Verhältnis zum Auftraggeber, sondern auch gegenüber Dritten, soweit ihnen der Berufsberechtigte ausnahmsweise doch für seine Tätigkeit haften sollte. Ein Dritter kann jedenfalls keine Ansprüche stellen, die über einen allfälligen Anspruch des Auftraggebers hinausgehen. Die Haftungshöchstsumme gilt nur insgesamt einmal für alle Geschädigten, einschließlich der Ersatzansprüche des Auftraggebers selbst, auch wenn mehrere Personen (der Auftraggeber und ein Dritter oder auch mehrere Dritte) geschädigt worden sind; Geschädigte werden nach ihrem Zuverkommen befriedigt.

9. Verschwiegenheitspflicht, Datenschutz

(1) Der Berufsberechtigte ist gemäß § 91 WTBG verpflichtet, über alle Angelegenheiten, die ihm im Zusammenhang mit seiner Tätigkeit für den Auftraggeber bekannt werden, Stillschweigen zu bewahren, es sei denn, dass der Auftraggeber ihn von dieser Schweigepflicht entbindet oder gesetzliche Äußerungspflichten entgegen stehen.

(2) Der Berufsberechtigte darf Berichte, Gutachten und sonstige schriftliche Äußerungen über die Ergebnisse seiner Tätigkeit Dritten nur mit Einwilligung des Auftraggebers aushändigen, es sei denn, dass eine gesetzliche Verpflichtung hierzu besteht.

(3) Der Berufsberechtigte ist befugt, ihm anvertraute personenbezogene Daten im Rahmen der Zweckbestimmung des Auftrages zu verarbeiten oder durch Dritte gemäß Punkt 8 Abs 6 verarbeiten zu lassen. Der Berufsberechtigte gewährleistet gemäß § 15 Datenschutzgesetz die Verpflichtung zur Wahrung des Datengeheimnisses. Dem Berufsberechtigten überlassenes Material (Datenträger, Daten, Kontrollzahlen, Analysen und Programme) sowie alle Ergebnisse aus der Durchführung der Arbeiten werden grundsätzlich dem Auftraggeber gemäß § 11 Datenschutzgesetz zurückgegeben, es sei denn, dass ein schriftlicher Auftrag seitens des Auftraggebers vorliegt, Material bzw. Ergebnis an Dritte weiterzugeben. Der Berufsberechtigte verpflichtet sich, Vorsorge zu treffen, dass der Auftraggeber seiner Auskunftspflicht laut § 26 Datenschutzgesetz nachkommen kann. Die dazu notwendigen Aufträge des Auftraggebers sind schriftlich an den Berufsberechtigten weiterzugeben. Sofern für solche Auskunftsarbeiten kein Honorar vereinbart wurde, ist nach tatsächlichem Aufwand an den Auftraggeber zu verrechnen. Der Verpflichtung zur Information der Betroffenen bzw. Registrierung im Datenverarbeitungsregister hat der Auftraggeber nachzukommen, sofern nichts Anderes ausdrücklich schriftlich vereinbart wurde.

10. Kündigung

(1) Soweit nicht etwas Anderes schriftlich vereinbart oder gesetzlich zwingend vorgeschrieben ist, können die Vertragspartner den Vertrag jederzeit mit sofortiger Wirkung kündigen. Der Honoraranspruch bestimmt sich nach Punkt 12.

(2) Ein – im Zweifel stets anzunehmender – Dauerauftrag (auch mit Pauschalvergütung) kann allerdings, soweit nichts Anderes schriftlich vereinbart ist, ohne Vorliegen eines wichtigen Grundes (vergleiche § 88 Abs 4 WTBG) nur unter Einhaltung einer Frist von drei Monaten zum Ende eines Kalendermonats gekündigt werden.

(3) Bei einem gekündigten Dauerauftragsverhältnis zählen - außer in Fällen des Abs 5 - nur jene einzelnen Werke zum verbleibenden Auftragsstand, deren vollständige oder überwiegende Ausführung innerhalb der Kündigungsfrist möglich ist, wobei Jahresabschlüsse und Jahressteuererklärungen innerhalb von 2 Monaten nach Bilanzstichtag als überwiegend ausführbar anzusehen sind. Diesfalls sind sie auch tatsächlich innerhalb berufsbüblicher Frist fertig zu stellen, sofern sämtliche erforderlichen Unterlagen unverzüglich zur Verfügung gestellt werden und soweit nicht ein wichtiger Grund iSd § 88 Abs 4 WTBG vorliegt.

(4) Im Falle der Kündigung gemäß Abs 2 ist dem Auftraggeber innerhalb Monatsfrist schriftlich bekannt zu geben, welche Werke im Zeitpunkt der Kündigung des Auftragsverhältnisses noch zum fertig zu stellenden Auftragsstand zählen.

(5) Unterbleibt die Bekanntgabe von noch auszuführenden Werken innerhalb dieser Frist, so gilt der Dauerauftrag mit Fertigstellung der zum Zeitpunkt des Einlangens der Kündigungserklärung begonnenen Werke als beendet.

(6) Wären bei einem Dauerauftragsverhältnis im Sinne der Abs 2 und 3 - gleichgültig aus welchem Grunde - mehr als 2 gleichartige, üblicherweise nur einmal jährlich zu erstellende Werke (z.B. Jahresabschlüsse, Steuererklärungen etc.) fertig zu stellen, so zählen die darüber hinaus gehenden Werke nur bei ausdrücklichem Einverständnis des Auftraggebers zum verbleibenden Auftragsstand. Auf diesen Umstand ist der Auftraggeber in der Mitteilung gemäß Abs 4 gegebenenfalls ausdrücklich hinzuweisen.

11. Annahmeverzug und unterlassene Mitwirkung des Auftraggebers

Kommt der Auftraggeber mit der Annahme der vom Berufsberechtigten angebotenen Leistung in Verzug oder unterlässt der Auftraggeber eine ihm nach Punkt 3 oder sonst wie obliegende Mitwirkung, so ist der Berufsberechtigte zur fristlosen Kündigung des Vertrages berechtigt. Seine Honoraransprüche bestimmen sich nach Punkt 12. Annahmeverzug sowie unterlassene Mitwirkung seitens des Auftraggebers begründen auch dann den Anspruch des Berufsberechtigten auf Ersatz der ihm hierdurch entstandenen Mehraufwendungen sowie des verursachten Schadens, wenn der Berufsberechtigte von seinem Kündigungsrecht keinen Gebrauch macht.

12. Honoraranspruch

(1) Unterbleibt die Ausführung des Auftrages (z.B. wegen Kündigung), so gebührt dem Berufsberechtigten gleichwohl das vereinbarte Entgelt, wenn er zur Leistung bereit war und durch Umstände, deren Ursache auf Seiten des Bestellers liegen, daran verhindert worden ist (§ 1168 ABGB); der Berufsberechtigte braucht sich in diesem Fall nicht anrechnen zu lassen, was er durch anderweitige Verwendung seiner und seiner Mitarbeiter Arbeitskraft erwirbt oder zu erwerben unterlässt.

(2) Unterbleibt eine zur Ausführung des Werkes erforderliche Mitwirkung des Auftraggebers, so ist der Berufsberechtigte auch berechtigt, ihm zur Nachholung eine angemessene Frist zu setzen mit der Erklärung, dass nach fruchtlosem Verstreichen der Frist der Vertrag als aufgehoben gelte, im Übrigen gelten die Folgen des Abs 1.

(3) Kündigt der Berufsberechtigte ohne wichtigen Grund zur Unzeit, so hat er dem Auftraggeber den daraus entstandenen Schaden nach Maßgabe des Punktes 8 zu ersetzen. (4) Ist der Auftraggeber – auf die Rechtslage hingewiesen – damit einverstanden, dass sein bisheriger Vertreter den Auftrag ordnungsgemäß zu Ende führt, so ist der Auftrag auch auszuführen.

13. Honorar

(1) Sofern nicht ausdrücklich Unentgeltlichkeit, aber auch nichts Anderes vereinbart ist, wird gemäß § 1004 und § 1152 ABGB eine angemessenen Entlohnung geschuldet. Sofern nicht nachweislich eine andere Vereinbarung getroffen wurde sind Zahlungen des Auftraggebers immer auf die älteste Schuld anzurechnen. Der Honoraranspruch des Berufsberechtigten ergibt sich aus der zwischen ihm und seinem Auftraggeber getroffenen Vereinbarung.

(2) Das gute Einvernehmen zwischen den zur Ausübung eines Wirtschaftstreuhandberufes Berechtigten und ihren Auftraggebern wird vor allem durch möglichst klare Entgeltvereinbarungen bewirkt.

(3) Die kleinste verrechenbare Leistungseinheit beträgt eine viertel Stunde.

(4) Auch die Wegzeit wird üblicherweise im notwendigen Umfang verrechnet.

(5) Das Aktenstudium in der eigenen Kanzlei, das nach Art und Umfang zur Vorbereitung des Berufsberechtigten notwendig ist, kann gesondert verrechnet werden.

(6) Erweist sich durch nachträglich hervorgekommene besondere Umstände oder besondere Inanspruchnahme durch den Auftraggeber ein bereits vereinbartes Entgelt als unzureichend, so sind Nachverhandlungen mit dem Ziel, ein angemessenes Entgelt nachträglich zu vereinbaren, üblich. Dies ist auch bei unzureichenden Pauschalhonoraren üblich.

(7) Die Berufsberechtigten verrechnen die Nebenkosten und die Umsatzsteuer zusätzlich.

(8) Zu den Nebenkosten zählen auch belegte oder pauschalierte Barauslagen, Reisespesen (bei Bahnfahrten 1. Klasse, gegebenenfalls Schlafwagen), Diäten, Kilometergeld, Fotokopierkosten und ähnliche Nebenkosten.

(9) Bei besonderen Haftpflichtversicherungserfordernissen zählen die betreffenden Versicherungsprämien zu den Nebenkosten.

(10) Weiters sind als Nebenkosten auch Personal- und Sachaufwendungen für die Erstellung von Berichten, Gutachten uä. anzusehen.

(11) Für die Ausführung eines Auftrages, dessen gemeinschaftliche Erledigung mehreren Berufsberechtigten übertragen worden ist, wird von jedem das seiner Tätigkeit entsprechende Entgelt verrechnet.

(12) Entgelte und Entgeltvorschüsse sind mangels anderer Vereinbarungen sofort nach deren schriftlicher Geltendmachung fällig. Für Entgeltzahlungen, die später als 14 Tage nach Fälligkeit geleistet werden, können Verzugszinsen verrechnet werden. Bei beiderseitigen Unternehmerngeschäften gelten Verzugszinsen in der Höhe von 8 % über dem Basiszinssatz als vereinbart (siehe § 352 UGB).

(13) Die Verjährung richtet sich nach § 1486 ABGB und beginnt mit Ende der Leistung bzw. mit späterer, in angemessener Frist erfolgter Rechnungslegung zu laufen.

(14) Gegen Rechnungen kann innerhalb von 4 Wochen ab Rechnungsdatum schriftlich beim Berufsberechtigten Einspruch erhoben werden. Andernfalls gilt die Rechnung als anerkannt. Die Aufnahme einer Rechnung in die Bücher gilt jedenfalls als Anerkennung.

(15) Auf die Anwendung des § 934 ABGB im Sinne des § 351 UGB, das ist die Anfechtung wegen Verkürzung über die Hälfte für Geschäfte unter Unternehmern, wird verzichtet.

14. Sonstiges

(1) Der Berufsberechtigte hat neben der angemessenen Gebührenoder Honorarforderung Anspruch auf Ersatz seiner Auslagen. Er kann entsprechende Vorschüsse verlangen und seine (fortgesetzte)-Tätigkeit von der Zahlung dieser Vorschüsse abhängig machen. Er kann auch die Auslieferung des Leistungsergebnisses von der vollen Befriedigung seiner Ansprüche abhängig machen. Auf das gesetzliche Zurückbehaltungsrecht (§ 471 ABGB, § 369 UGB) wird in diesem Zusammenhang verwiesen. Wird das Zurückbehaltungsrecht zu Unrecht ausgeübt, haftet der Berufsberechtigte nur bei krass grober Fahrlässigkeit bis zur Höhe seiner noch offenen Forderung. Bei Dauerverträgen darf die Erbringung weiterer Leistungen bis zur Bezahlung früherer Leistungen verweigert werden. Bei Erbringung von Teilleistungen und offener Teilhonorierung gilt dies sinngemäß.

(2) Nach Übergabe sämtlicher, vom Wirtschaftstreuhänder erstellten aufbewahrungspflichtigen Daten an den Auftraggeber bzw. an den nachfolgenden Wirtschaftstreuhänder ist der Berufsberechtigte berechtigt, die Daten zu löschen.

(3) Eine Beanstandung der Arbeiten des Berufsberechtigten berechtigt, außer bei offenkundigen wesentlichen Mängeln, nicht zur Zurückhaltung der ihm nach Abs 1 zustehenden Vergütungen.

(4) Eine Aufrechnung gegen Forderungen des Berufsberechtigten auf Vergütungen nach Abs 1 ist nur mit unbestrittenen oder rechtskräftig festgestellten Forderungen zulässig.

(5) Der Berufsberechtigte hat auf Verlangen und Kosten des Auftraggebers alle Unterlagen herauszugeben, die er aus Anlass seiner Tätigkeit von diesem erhalten hat. Dies gilt jedoch nicht für den Schriftwechsel zwischen dem Berufsberechtigten und seinem Auftraggeber und für die Schriftstücke, die dieser in Urschrift besitzt und für Schriftstücke, die einer Aufbewahrungspflicht nach der Geldwäscherichtlinie unterliegen. Der Berufsberechtigte kann von Unterlagen, die er an den Auftraggeber zurückgibt, Abschriften oder Fotokopien anfertigen. Der Auftraggeber hat hierfür die Kosten insoweit zu tragen als diese Abschriften oder Fotokopien zum nachträglichen Nachweis der ordnungsgemäßen Erfüllung der Berufspflichten des Berufsberechtigten erforderlich sein könnten.

(6) Der Auftragnehmer ist berechtigt, im Falle der Auftragsbeendigung für weiterführende Fragen nach Auftragsbeendigung und die Gewährung des Zugangs zu den relevanten Informationen über das geprüfte Unternehmen ein angemessenes Entgelt zu verrechnen.

(7) Der Auftraggeber hat die dem Berufsberechtigten übergebenen Unterlagen nach Abschluss der Arbeiten binnen 3 Monaten abzuholen. Bei Nichtabholung übergebener Unterlagen kann der Berufsberechtigte nach zweimaliger nachweislicher Aufforderung an den Auftraggeber, übergebene Unterlagen abzuholen, diese auf dessen Kosten zurückstellen und/oder Depotgebühren in Rechnung stellen.

(8) Der Berufsberechtigte ist berechtigt, fällige Honorarforderungen mit etwaigen Depotguthaben, Verrechnungsgeldern, Treuhandgeldern oder anderen in seiner Gewahrsame befindlichen liquiden Mitteln auch bei ausdrücklicher Inverwahrungnahme zu kompensieren, sofern der Auftraggeber mit einem Gegenanspruch des Berufsberechtigten rechnen musste.

(9) Zur Sicherung einer bestehenden oder künftigen Honorarforderung ist der Berufsberechtigte berechtigt, ein finanzamtliches Guthaben oder ein anderes Abgaben- oder Beitragsguthaben des Auftraggebers auf ein Anderkonto zu transferieren. Diesfalls ist der Auftraggeber vom erfolgten Transfer zu verständigen. Danach kann der sichergestellte Betrag entweder im Einvernehmen mit dem Auftraggeber oder bei Vollstreckbarkeit der Honorarforderung eingezogen werden.

15. Anzuwendendes Recht, Erfüllungsort, Gerichtsstand

(1) Für den Auftrag, seine Durchführung und die sich hieraus ergebenden Ansprüche gilt nur österreichisches Recht.

(2) Erfüllungsort ist der Ort der beruflichen Niederlassung des Berufsberechtigten.

(3) Für Streitigkeiten ist das Gericht des Erfüllungsortes zuständig.

16. Ergänzende Bestimmungen für Prüfungen

(1) Bei Abschlussprüfungen, die mit dem Ziel der Erteilung eines förmlichen Bestätigungsvermerkes durchgeführt werden (wie z.B. §§ 268ff UGB) erstreckt sich der Auftrag, soweit nicht anderweitige schriftliche Vereinbarungen getroffen worden sind, nicht auf die Prüfung der Frage, ob die Vorschriften des Steuerrechts oder Sondervorschriften, wie z.B. die Vorschriften des Preis-, Wettbewerbsbeschränkungs- und Devisenrechts, eingehalten sind. Die Abschlussprüfung erstreckt sich auch nicht auf die Prüfung der Führung der Geschäfte hinsichtlich Sparsamkeit, Wirtschaftlichkeit und Zweckmäßigkeit. Im Rahmen der Abschlussprüfung besteht auch keine Verpflichtung zur Aufdeckung von Buchfälschungen und sonstigen Unregelmäßigkeiten.

(2) Bei Abschlussprüfungen ist der Jahresabschluss, wenn ihm der uneingeschränkte oder eingeschränkte Bestätigungsvermerk beigesetzt werden kann, mit jenem Bestätigungsvermerk zu versehen, der der betreffenden Unternehmensform entspricht.

(3) Wird ein Jahresabschluss mit dem Bestätigungsvermerk des Prüfers veröffentlicht, so darf dies nur in der vom Prüfer bestätigten oder in einer von ihm ausdrücklich zugelassenen anderen Form erfolgen.

(4) Widerruft der Prüfer den Bestätigungsvermerk, so darf dieser nicht weiterverwendet werden. Wurde der Jahresabschluss mit dem Bestätigungsvermerk veröffentlicht, so ist auch der Widerruf zu veröffentlichen.

(5) Für sonstige gesetzliche und freiwillige Abschlussprüfungen sowie für andere Prüfungen gelten die obigen Grundsätze sinngemäß.

17. Ergänzende Bestimmungen für die Erstellung von Jahres- und anderen Abschlüssen, für Beratungstätigkeit und andere im Rahmen eines Werkvertrages zu erbringende Tätigkeiten

(1) Der Berufsberechtigte ist berechtigt, bei obgenannten Tätigkeiten die Angaben des Auftraggebers, insbesondere Zahlenangaben, als richtig anzunehmen. Er hat jedoch den Auftraggeber auf von ihm festgestellte Unrichtigkeiten hinzuweisen. Der Auftraggeber hat dem Berufsberechtigten alle für die Wahrung von Fristen wesentlichen Unterlagen, insbesondere Steuerbescheide, so rechtzeitig vorzulegen, dass dem Berufsberechtigten eine angemessene Bearbeitungszeit, mindestens jedoch eine Woche, zur Verfügung steht.

(2) Mangels einer anderweitigen schriftlichen Vereinbarung umfasst die Beratungstätigkeit folgende Tätigkeiten:

- a) Ausarbeitung der Jahressteuererklärungen für die Einkommen- oder Körperschaftsteuer sowie Umsatzsteuer und zwar auf Grund der vom Auftraggeber vorzulegenden oder vom Auftragnehmer erstellten Jahresabschlüsse und sonstiger, für die Besteuerung erforderlichen Aufstellungen und Nachweise.
- b) Prüfung der Bescheide zu den unter a) genannten Erklärungen.
- c) Verhandlungen mit den Finanzbehörden im Zusammenhang mit den unter a) und b) genannten Erklärungen und Bescheiden.
- d) Mitwirkung bei Betriebsprüfungen und Auswertung der Ergebnisse von Betriebsprüfungen hinsichtlich der unter a) genannten Steuern.
- e) Mitwirkung im Rechtsmittelverfahren hinsichtlich der unter a) genannten Steuern. Erhält der Berufsberechtigte für die laufende Steuerberatung ein Pauschalhonorar, so sind mangels anderweitiger schriftlicher Vereinbarungen die unter d) und e) genannten Tätigkeiten gesondert zu honorieren.

(3) Die Bearbeitung besonderer Einzelfragen der Einkommensteuer, Körperschaftsteuer und Einheitsbewertung sowie aller Fragen der Umsatzsteuer, Lohnsteuer und sonstiger Steuern und Abgaben erfolgt nur auf Grund eines besonderen Auftrages. Dies gilt auch für

- a) die Bearbeitung einmalig anfallender Steuerangelegenheiten, z.B. auf dem Gebiet der Erbschaftssteuer, Kapitalverkehrsteuer, Grunderwerbsteuer,
- b) die Verteidigung und die Beiziehung zu dieser im Finanzstrafverfahren,
- c) die beratende und gutachtliche Tätigkeit im Zusammenhang mit Gründung, Umwandlung, Verschmelzung, Kapitalerhöhung und -herabsetzung, Sanierung, Eintritt und Ausscheiden eines Gesellschafters, Betriebsveräußerungen, Liquidation, betriebswirtschaftliche Beratung und andere Tätigkeiten gemäß §§ 3 bis 5 WTBG,
- d) die Verfassung der Eingaben zum Firmenbuch im Zusammenhang mit Jahresabschlüssen einschließlich der erforderlichen Evidenzführungen.

(4) Soweit die Ausarbeitung der Umsatzsteuerjahreserklärung zum übernommenen Auftrag zählt, gehört dazu nicht die Überprüfung etwaiger besonderer buchmäßiger Voraussetzungen sowie die Prüfung, ob alle in Betracht kommenden umsatzsteuerrechtlichen Begünstigungen wahrgenommen worden sind, es sei denn, hierüber besteht eine nachweisliche Beauftragung.

(5) Vorstehende Absätze gelten nicht bei Sachverständigentätigkeit.

II. TEIL

18. Geltungsbereich

Die Auftragsbedingungen des II. Teiles gelten für Werkverträge über die Führung der Bücher, die Vornahme der Personalsachbearbeitung und die Abgabenverrechnung.

19. Umfang und Ausführung des Auftrages

(1) Auf die Absätze 3 und 4 der Präambel wird verwiesen.

(2) Der Berufsberechtigte ist berechtigt, die ihm erteilten Auskünfte und übergebenen Unterlagen des Auftraggebers, insbesondere Zahlenangaben, als richtig und vollständig anzusehen und der Buchführung zu Grunde zu legen. Der Berufsberechtigte ist ohne gesonderten schriftlichen Auftrag nicht verpflichtet, Unrichtigkeiten fest zu stellen. Stellt er allerdings Unrichtigkeiten fest, so hat er dies dem Auftraggeber bekannt zu geben.

(3) Falls für die im Punkt 18 genannten Tätigkeiten ein Pauschalhonorar vereinbart ist, so sind mangels anderweitiger schriftlicher Vereinbarung die Vertretungstätigkeit im Zusammenhang mit abgabeneund beitragsrechtlichen Prüfungen aller Art einschließlich der Abschluss von Vergleichen über Abgabebemessungs- oder Beitragsgrundlagen, Berichterstattung, Rechtsmittelerhebung uä gesondert zu honorieren.

(4) Die Bearbeitung besonderer Einzelfragen im Zusammenhang mit den im Punkt 18 genannten Tätigkeiten, insbesondere Feststellungen über das prinzipielle Vorliegen einer Pflichtversicherung, erfolgt nur aufgrund eines besonderen Auftrages und ist nach dem I. oder III. Teil der vorliegenden Auftragsbedingungen zu beurteilen.

(5) Ein vom Berufsberechtigten bei einer Behörde (z.B. Finanzamt, Sozialversicherungsträger) elektronisch eingereichtes Anbringen ist als nicht von ihm beziehungsweise vom übermittelnden Bevollmächtigten unterschrieben anzusehen.

20. Mitwirkungspflicht des Auftraggebers

Der Auftraggeber hat dafür zu sorgen, dass dem Berufsberechtigten auch ohne dessen besondere Aufforderung alle für die Führung der Bücher, die Vornahme der Personalsachbearbeitung und die Abgabenverrechnung notwendigen Auskünfte und Unterlagen zum vereinbarten Termin zur Verfügung stehen.

21. Kündigung

(1) Soweit nicht etwas Anderes schriftlich vereinbart ist, kann der Vertrag ohne Angabe von Gründen von jedem der Vertragspartner unter Einhaltung einer dreimonatigen Kündigungsfrist zum Ende eines Kalendermonats gekündigt werden.

(2) Kommt der Auftraggeber seiner Verpflichtung gemäß Punkt 20 wiederholt nicht nach, berechtigt dies den Berufsberechtigten zu sofortiger fristloser Kündigung des Vertrages.

(3) Kommt der Berufsberechtigte mit der Leistungserstellung aus Gründen in Verzug, die er allein zu vertreten hat, so berechtigt dies den Auftraggeber zu sofortiger fristloser Kündigung des Vertrages.

(4) Im Falle der Kündigung des Auftragsverhältnisses zählen nur jene Werke zum Auftragsstand, an denen der Auftragnehmer bereits arbeitet oder die überwiegend in der Kündigungsfrist fertig gestellt werden können und die er binnen eines Monats nach der Kündigung bekannt gibt.

22. Honorar und Honoraranspruch

(1) Sofern nichts Anderes schriftlich vereinbart ist, gilt das Honorar als jeweils für ein Auftragsjahr vereinbart.

(2) Bei Vertragsauflösung gemäß Punkt 21 Abs 2 behält der Berufsberechtigte den vollen Honoraranspruch für drei Monate. Dies gilt auch bei Nichteinhaltung der Kündigungsfrist durch den Auftraggeber.

(3) Bei Vertragsauflösung gemäß Punkt 21 Abs 3 hat der Berufsberechtigte nur Anspruch auf Honorar für seine bisherigen Leistungen, sofern sie für den Auftraggeber verwertbar sind.

(4) Ist kein Pauschalhonorar vereinbart, richtet sich die Höhe des Honorars gemäß Abs 2 nach dem Monatsdurchschnitt des laufenden Auftragsjahres bis zur Vertragsauflösung.

(5) Sofern nicht ausdrücklich Unentgeltlichkeit, aber auch nichts Anderes vereinbart ist, wird gemäß § 1004 und § 1152 ABGB eine angemessenen Entlohnung geschuldet. Sofern nicht nachweislich eine andere Vereinbarung getroffen wurde sind Zahlungen des Auftraggebers immer auf die älteste Schuld anzurechnen. Der Honoraranspruch des Berufsberechtigten ergibt sich aus der zwischen ihm und seinem Auftraggeber getroffenen Vereinbarung. Im Übrigen gelten die unter Punkt 13. (Honorar) normierten Grundsätze.

(6) Auf die Anwendung des § 934 ABGB im Sinne des § 351 UGB, das ist die Anfechtung wegen Verkürzung über die Hälfte für Geschäfte unter Unternehmern, wird verzichtet.

23. Sonstiges

Im Übrigen gelten die Bestimmungen des I. Teiles der Auftragsbedingungen sinngemäß.

III. TEIL

24. Geltungsbereich

(1) Die Auftragsbedingungen des III. Teiles gelten für alle in den vorhergehenden Teilen nicht erwähnten Verträge, die nicht als Werkverträge anzusehen sind und nicht mit in den vorhergehenden Teilen erwähnten Verträgen in Zusammenhang stehen.

(2) Insbesondere gilt der III. Teil der Auftragsbedingungen für Verträge über einmalige Teilnahme an Verhandlungen, für Tätigkeiten als Organ im Insolvenzverfahren, für Verträge über einmaliges Einschreiten und über Bearbeitung der in Punkt 17 Abs 3 erwähnten Einzelfragen ohne Vorliegen eines Dauervertrages.

25. Umfang und Ausführung des Auftrages

(1) Auf die Absätze 3 und 4 der Präambel wird verwiesen.

(2) Der Berufsberechtigte ist berechtigt und verpflichtet, die ihm erteilten Auskünfte und übergebenen Unterlagen des Auftraggebers, insbesondere Zahlenangaben, als richtig und vollständig anzusehen. Er hat im Finanzstrafverfahren die Rechte des Auftraggebers zu wahren.

(3) Der Berufsberechtigte ist ohne gesonderten schriftlichen Auftrag nicht verpflichtet, Unrichtigkeiten fest zu stellen. Stellt er allerdings Unrichtigkeiten fest, so hat er dies dem Auftraggeber bekannt zu geben.

26. Mitwirkungspflicht des Auftraggebers

Der Auftraggeber hat dafür zu sorgen, dass dem Berufsberechtigten auch ohne dessen besondere Aufforderung alle notwendigen Auskünfte und Unterlagen rechtzeitig zur Verfügung stehen.

27. Kündigung

Soweit nicht etwas Anderes schriftlich vereinbart oder gesetzlich zwingend vorgeschrieben ist, können die Vertragspartner den Vertrag jederzeit mit sofortiger Wirkung kündigen (§ 1020 ABGB).

28. Honorar und Honoraranspruch

(1) Sofern nicht ausdrücklich Unentgeltlichkeit, aber auch nichts Anderes vereinbart ist, wird gemäß § 1004 und § 1152 ABGB eine angemessenen Entlohnung geschuldet. Sofern nicht nachweislich eine andere Vereinbarung getroffen wurde sind Zahlungen des Auftraggebers immer auf die älteste Schuld anzurechnen. Der Honoraranspruch des Berufsberechtigten ergibt sich aus der zwischen ihm und seinem Auftraggeber getroffenen Vereinbarung. Im Übrigen gelten die unter Punkt 13. (Honorar) normierten Grundsätze.

(2) Im Falle der Kündigung ist der Honoraranspruch nach den bereits erbrachten Leistungen, sofern sie für den Auftraggeber verwertbar sind, zu aliquotieren.

(3) Auf die Anwendung des § 934 ABGB im Sinne des § 351 UGB, das ist die Anfechtung wegen Verkürzung über die Hälfte für Geschäfte unter Unternehmern, wird verzichtet.

29. Sonstiges

Die Verweisungen des Punktes 23 auf Bestimmungen des I. Teiles der Auftragsbedingungen gelten sinngemäß.

IV. TEIL

30. Geltungsbereich

Die Auftragsbedingungen des IV. Teiles gelten ausschließlich für Verbrauchergeschäfte gemäß Konsumentenschutzgesetz (Bundesgesetz vom 8.3.1979/BGBl Nr.140 in der derzeit gültigen Fassung).

31. Ergänzende Bestimmungen für Verbrauchergeschäfte

(1) Für Verträge zwischen Berufsberechtigten und Verbrauchern gelten die zwingenden Bestimmungen des Konsumentenschutz-gesetzes.

(2) Der Berufsberechtigte haftet nur für vorsätzliche und grob fahrlässig verschuldete Verletzung der übernommenen Verpflichtungen.

(3) Anstelle der im Punkt 8 Abs 2 AAB normierten Begrenzung ist auch im Falle grober Fahrlässigkeit die Ersatzpflicht des Berufsberechtigten nicht begrenzt.

(4) Punkt 8 Abs 3 AAB (Geltendmachung der Schadenersatzansprüche innerhalb einer bestimmten Frist) gilt nicht.

(5) Rücktrittsrecht gemäß § 3 KSchG: Hat der Verbraucher seine Vertragserklärung nicht in den vom Berufsberechtigten dauernd benutzten Kanzleiräumen abgegeben, so kann er von seinem Vertragsantrag oder vom Vertrag zurücktreten. Dieser Rücktritt kann bis zum Zustandekommen des Vertrages oder danach binnen einer Woche erklärt werden; die Frist beginnt mit der Ausfolgung einer Urkunde, die zumindest den Namen und die Anschrift des Berufsberechtigten sowie eine Belehrung über das Rücktrittsrecht enthält an den Verbraucher, frühestens jedoch mit dem Zustandekommen des Vertrages zu laufen. Das Rücktrittsrecht steht dem Verbraucher nicht zu,

1. wenn er selbst die geschäftliche Verbindung mit dem Berufsberechtigten oder dessen Beauftragten zwecks Schließung dieses Vertrages angebahnt hat,

2. wenn dem Zustandekommen des Vertrages keine Besprechungen zwischen den Beteiligten oder ihren Beauftragten vorangegangen sind oder

3. bei Verträgen, bei denen die beiderseitigen Leistungen sofort zu erbringen sind, wenn sie üblicherweise von Berufsberechtigten außerhalb ihrer Kanzleiräume geschlossen werden und das vereinbarte Entgelt € 15 nicht übersteigt. Der Rücktritt bedarf zu seiner Rechtswirksamkeit der Schriftform. Es genügt, wenn der Verbraucher ein Schriftstück, das seine Vertragserklärung oder die des Berufsberechtigten enthält, dem Berufsberechtigten mit einem Vermerk zurückstellt, der erkennen lässt, dass der Verbraucher das Zustandekommen oder die Aufrechterhaltung des Vertrages ablehnt. Es genügt, wenn die Erklärung innerhalb einer Woche abgesendet wird. Tritt der Verbraucher gemäß § 3 KSchG vom Vertrag zurück, so hat Zug um Zug

1. der Berufsberechtigte alle empfangenen Leistungen samt gesetzlichen Zinsen vom Empfangstag an zurückzuerstatten und den vom Verbraucher auf die Sache gemachten notwendigen und nützlichen Aufwand zu ersetzen,

2. der Verbraucher dem Berufsberechtigten den Wert der Leistungen zu vergüten, soweit sie ihm zum klaren und überwiegenden Vorteil gereichen. Gemäß § 4 Abs 3 KSchG bleiben Schadenersatzansprüche unberührt.

(6) Kostenvoranschläge gemäß § 5 KSchG Für die Erstellung eines Kostenvoranschlages im Sinn des § 1170a ABG durch den Berufsberechtigten hat der Verbraucher ein Entgelt nur dann zu zahlen, wenn er vorher auf diese Zahlungspflicht hingewiesen worden ist. Wird dem Vertrag ein Kostenvoranschlag des Berufsberechtigten zugrunde gelegt, so gilt dessen Richtigkeit als gewährleistet, wenn nicht das Gegenteil ausdrücklich erklärt ist.

(7) Mängelbeseitigung: Punkt 7 wird ergänzt Ist der Berufsberechtigte nach § 932 ABGB verpflichtet, seine Leistungen zu verbessern oder Fehlendes nachzutragen, so hat er diese Pflicht zu erfüllen, an dem Ort, an dem die Sache übergeben worden ist. Ist es für den Verbraucher tunlich, die Werke und Unterlagen vom Berufsberechtigten gesendet zu erhalten, so kann dieser diese Übersendung auf seine Gefahr und Kosten vornehmen.

(8) Gerichtsstand: Anstelle Punkt 15 Abs 3: Hat der Verbraucher im Inland seinen Wohnsitz oder seinen gewöhnlichen Aufenthalt oder ist er im Inland beschäftigt, so kann für eine Klage gegen ihn nach den §§ 88, 89, 93 Abs 2 und 104 Abs1 JN nur die Zuständigkeit eines Gerichtes begründet werden, in dessen Sprengel der Wohnsitz, der gewöhnliche Aufenthalt oder der Ort der Beschäftigung liegt.

(9) Verträge über wiederkehrende Leistungen

(a) Verträge, durch die sich der Berufsberechtigte zu Werkleistungen und der Verbraucher zu wiederholten Geldzahlungen verpflichten und die für eine unbestimmte oder eine ein Jahr übersteigende Zeit geschlossen worden sind, kann der Verbraucher unter Einhaltung einer zweimonatigen Frist zum Ablauf des ersten Jahres, nachher zum Ablauf jeweils eines halben Jahres kündigen.

(b) Ist die Gesamtheit der Leistungen eine nach ihrer Art unteilbare Leistung, deren Umfang und Preis schon bei der Vertragsschließung bestimmt sind, so kann der erste Kündigungstermin bis zum Ablauf des

zweiten Jahres hinausgeschoben werden. In solchen Verträgen kann die Kündigungsfrist auf höchstens sechs Monate verlängert werden.

(c) Erfordert die Erfüllung eines bestimmten, in lit a) genannten Vertrages erhebliche Aufwendungen des Berufsberechtigten und hat er dies dem Verbraucher spätestens bei der Vertragsschließung bekannt gegeben, so können den Umständen angemessene, von den in lit a) und b) genannten abweichende Kündigungstermine und Kündigungsfristen vereinbart werden.

(d) Eine Kündigung des Verbrauchers, die nicht fristgerecht ausgesprochen worden ist, wird zum nächsten nach Ablauf der Kündigungsfrist liegenden Kündigungstermin wirksam.



ALESSANDRA OTERO GOEDERT

TRADUTOR PÚBLICO

Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.: 9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09656/16

Livro 133

Folhas 474

Eu, ALESSANDRA OTERO GOEDERT, Tradutora Pública, atesto que esta é uma tradução fiel e correta de um documento que me foi apresentado em língua inglesa.

Balanco Patrimonial

GAAP austríaca

31/12/2013

Sete Holding GmbH

ATIVO

31/12/2013

€

A. ATIVO CIRCULANTE

I. DEPÓSITOS BANCÁRIOS

70.039,07

Total do ativo

70.039,07

Balanco Patrimonial

31/12/2013

Sete Holding GmbH

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

31/12/2013

€

A. CAPITAL E RESERVAS

I. CAPITAL SOCIAL

70.000,00

II. PREJUÍZO DO BALANÇO PATRIMONIAL

-12.947,91

57.052,09

B. PROVISÕES

1. Outras provisões

7.200,00

C. PASSIVO

1. Dívidas com bancos

0,33

2. Dívidas de bens e serviços

5.786,65

5.786,98

Total do passivo e patrimônio líquido

70.039,07



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.: 9 9467-5609
 Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09656/16 Livro 133 Folhas 475

Demonstração do Resultado
GAAP austríaca
30/08/2013 - 31/12/2013

Sete Holding GmbH

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	2013
	€
1. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	
a) Outros	70,00
2. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	
a) Outros	
Custos de operação	31,38
Honorários advocatícios e de consultoria	12.986,65
	<u>13.018,03</u>
3. RESULTADO OPERACIONAL	-12.948,03
4. RECEITA FINANCEIRA E OUTRA RECEITA	0,16
5. RESULTADO FINANCEIRO	0,16
6. PREJUÍZO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	-12.947,87
7. IMPOSTO DE RENDA E RECEITA	0,04
8. LUCRO LÍQUIDO	-12.947,91
9. PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	-12.947,91
PREJUÍZO DO BALANÇO PATRIMONIAL	-12.947,91

Nada mais.

Conferi a tradução, dou fé e assino.
São Paulo, 18 de fevereiro de 2016.



Alessandra Otero Goedert
ALESSANDRA OTERO GOEDERT
 Tradutor Público



ALESSANDRA OTERO GOEDERT

TRADUTOR PÚBLICO

Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.: 9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09656/16

Livro 133

Folhas 474

Eu, ALESSANDRA OTERO GOEDERT, Tradutora Pública, atesto que esta é uma tradução fiel e correta de um documento que me foi apresentado em língua inglesa.

Balanco Patrimonial

GAAP austríaca

31/12/2013

Sete Holding GmbH

ATIVO

31/12/2013

€

A. ATIVO CIRCULANTE

I. DEPÓSITOS BANCÁRIOS

70.039,07

Total do ativo

70.039,07

Balanco Patrimonial

31/12/2013

Sete Holding GmbH

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

31/12/2013

€

A. CAPITAL E RESERVAS

I. CAPITAL SOCIAL

70.000,00

II. PREJUÍZO DO BALANÇO PATRIMONIAL

-12.947,91

57.052,09

B. PROVISÕES

1. Outras provisões

7.200,00

C. PASSIVO

1. Dívidas com bancos

0,33

2. Dívidas de bens e serviços

5.786,65

5.786,98

Total do passivo e patrimônio líquido

70.039,07



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.: 9 9467-5609
 Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09656/16 Livro 133 Folhas 475

Demonstração do Resultado
GAAP austríaca
30/08/2013 - 31/12/2013

Sete Holding GmbH

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	2013
	€
1. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	
a) Outros	70,00
2. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	
a) Outros	
Custos de operação	31,38
Honorários advocatícios e de consultoria	12.986,65
	<u>13.018,03</u>
3. RESULTADO OPERACIONAL	-12.948,03
4. RECEITA FINANCEIRA E OUTRA RECEITA	0,16
5. RESULTADO FINANCEIRO	0,16
6. PREJUÍZO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	-12.947,87
7. IMPOSTO DE RENDA E RECEITA	0,04
8. LUCRO LÍQUIDO	-12.947,91
9. PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	-12.947,91
PREJUÍZO DO BALANÇO PATRIMONIAL	<u>-12.947,91</u>

Nada mais.

*Conferi a tradução, dou fé e assino.
 São Paulo, 18 de fevereiro de 2016.*



Alessandra Otero Goedert
ALESSANDRA OTERO GOEDERT
 Tradutor Público

DOC. 14

Financial Statements

for the fiscal year from 2014-01-01 until 2014-12-31

Sete Holding GmbH

Langackergasse 18
1190 Wien
Austria

Table of contents

Engagement and Performance	1
Legal Matters	2
Tax Matters	3
Balance Sheet	4
Profit and Loss Statement	5
Notes to the Financial Statements	6 - 15
General Terms and Conditions	16 - 21

DRAFT 150317

Sete Holding GmbH
Langackergasse 18
1190 Wien

Report on the Compilation of the Financial Statements of Sete Holding GmbH as of December 31, 2014.

We have been engaged to compile the following financial statements of **Sete Holding GmbH** as of **December 31, 2014** – consisting of the balance sheet, the profit and loss statement, and the notes – on the basis of the accounting and the inventory as well as the provisions of applicable accounting and valuation methods.

The entire accounting carried out by us and, in addition, the documentation, accounting and inventory records – the regularity or plausibility of which we did not check in compliance with our engagement – as well as the information provided to us served as the basis for the compilation of the financial statements. You are responsible for the preparation of the inventory and the financial statements pursuant to Austrian Commercial Code (UGB) and the supplementary provisions of the Company's Articles of Association.

We did not perform either an audit, a review of the financial statements or an assurance engagement or agreed-upon procedures and, therefore, do not provide an assurance (confirmation) on these financial statements.

You are responsible for the accuracy as well as the exhaustiveness of the documentation and information provided to us; a responsibility which also applies vis-a-vis the users of the financial statements compiled by us. In this context, we refer to the Letter of Representation which you signed on March 27, 2015 on our request.

The compilation engagement was carried out under the provisions of the expert opinion KFS/RL 26 "Principles for the Compilation of Financial Statements". The General Conditions of Contract for the Public Accounting Professions (AAB), issued by the Austrian Chamber of Public Accountants and Tax Advisors (KWT), as of February 21, 2011, shall apply to this compilation engagement.

Any distribution to third parties of the financial statements compiled by us is only permissible upon inclusion of the compilation report.

If the financial statements compiled by us are distributed to any third parties, the provisions stipulated in Point 8. AAB for the Public Accounting Professions of KWT on the liability vis-a-vis third parties shall apply.

This English translation of the compilation report is presented for the convenience of the reader only and the German wording is the only legally binding version.

Legal Matters

Company: Sete Holding GmbH

Location of the corporate seat: Vienna

Address: A-1190 Vienna, Langackergasse 18

Business purpose: Holding

Incorporation: 2013-08-30

Financial year: - December 31

Legal form: private limited company (Gesellschaft mit beschränkter Haftung)

Articles of Association: 2013-08-23 Declaration of the establishment of the company

Size of the company: "small limited company" for the purpose of § 221 UGB

Commercial register: Commercial Court Vienna (Handelsgericht Wien), FN 401499s

Capital stock: € 70,000.00

Shareholder:	Name	Share in €	Share in %
	Sete Brasil Participacoes S.A., Brasilien	<u>70,000.00</u>	<u>100</u>

Managing Directors:	Name	as of	until
	Andre Vinicius Celani Duarte	2013-11-20	2014-07-13
	Bernardo Clemente da Fonseca Neto	2013-11-20	2014-07-13
	Dr. Klaus Hafner	2013-08-30	

Representation: The managing directors represent the company together with a second managing director or together with an authorised representative. Shareholders may authorise a Managing Director to represent individually through resolution.

Tax Matters

Tax authority: Tax office Vienna 9/18/19 Klosterneuburg(Finanzamt Wien 9/18/19 Klosterneuburg)

Tax number: 261/2732

Tax representative: TAXCOACH
Wirtschaftsprüfung und Steuerberatung GmbH
A-1190 Vienna, Muthgasse 109
WT803735

Determination of tax income: Balancing of accounts acc. to § 5 Austrian Income Tax Act (EStG)

Tax assessments: Value-Added Tax (VAT) and Corporate Income Tax (CIT) were assessed as declared during the past fiscal year.

Pending appeals: No appeals were pending as of the balance sheet date.

Tax evidence account according to § 4 para 12 Austrian Income Tax Act (EStG)

	Equity acc. to Balance Sheet 2014-12-31	Equity acc. to Balance Sheet 2014-01-01	Change	Capital paid-in as of 2014-12-31	Capital paid-in as of 2014-01-01	Change
Stated Capital	70,000.00	70,000.00	0.00	70,000.00	70,000.00	0.00
Capital Reserves	2,119,496,212.08	0.00	2,119,496,212.08	2,119,496,212.08	0.00	2,119,496,212.08
Revenue Reserves	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Balance Sheet Profit	-206,391.33	-12,947.91	-193,443.42	0.00	0.00	0.00
Total	2,119,359,820.75	57,052.09	2,119,302,768.66	2,119,566,212.08	70,000.00	2,119,496,212.08

ASSETS	2014-12-31 €	2013-12-31 €	LIABILITIES AND OWNER'S EQUITY	2014-12-31 €	2013-12-31 €
A. FIXED ASSETS			A. EQUITY		
I. FINANCIAL ASSETS			I. STATED CAPITAL	70,000.00	70,000.00
1. shares in affiliated undertakings	2,119,326,212.08	0.00	II. CAPITAL RESERVES		
B. CURRENT ASSETS			1. not appropriated	2,119,496,212.08	0.00
I. BANK DEPOSITS	<u>138,431.78</u>	<u>70,039.07</u>	III. BALANCE SHEET LOSS	-206,391.33	-12,947.91
			<i>thereof loss carried forward from the previous years</i>	<u>-12,947.91</u>	<u>0.00</u>
				2,119,359,820.75	57,052.09
			B. ACCRUALS		
			1. tax accruals	1,000.00	0.00
			2. other accruals	103,123.87	7,200.00
				104,123.87	7,200.00
			C. LIABILITIES		
			1. liabilities to banks	0.00	0.33
			2. liabilities arising from deliveries and services	699.24	5,786.65
				699.24	5,786.98
Total assets	<u>2,119,464,643.86</u>	<u>70,039.07</u>	Total Liabilities and Owner's Equity	<u>2,119,464,643.86</u>	<u>70,039.07</u>

PROFIT AND LOSS STATEMENT	2014	2013
	€	€
1. OTHER OPERATING INCOME		
a) other	6,759.36	70.00
2. OTHER OPERATING EXPENSES		
a) taxes, as far as they are not on income or on revenue	2,400.00	0.00
b) other		
fees and contribution	215.65	0.00
transaction costs	1,712.20	31.38
legal and consulting costs	195,207.17	12,986.65
other operating expenses	171.13	0.00
	<u>197,306.15</u>	<u>13,018.03</u>
	199,706.15	13,018.03
3. SUBTOTAL OF LINES 1 TO 2 (OPERATING RESULT)	-192,946.79	-12,948.03
4. OTHER INTEREST AND SIMILAR INCOME	4.76	0.16
5. INTEREST AND SIMILAR EXPENSES	0.19	0.00
6. SUBTOTAL OF LINES 4 TO 5 (FINANCIAL RESULT)	4.57	0.16
7. LOSS FROM OPERATING ACTIVITIES	-192,942.22	-12,947.87
8. TAXES ON INCOME AND REVENUE	501.20	0.04
9. NET LOSS OF THE YEAR	-193,443.42	-12,947.91
10. LOSS FOR THE YEAR	-193,443.42	-12,947.91
11. LOSS CARRIED FORWARD FROM THE PREVIOUS YEARS	-12,947.91	0.00
12. BALANCE SHEET LOSS	-206,391.33	-12,947.91



Accounting and valuation principles

General principles

These financial statements as of December 31, 2014 have been prepared in accordance with the financial reporting requirements of the Austrian Commercial Code (UGB) as amended. The financial statements, prepared under Austrian generally accepted accounting principles, present a true and fair view of the assets and liabilities, the financial situation of the Company as of December 31, 2014, as well as of the results of its operations for the year then ended.

Accounting and valuation methods are based on generally accepted accounting principles. Section 201 (2) UGB was adhered to, as were the provisions on classification and valuation of balance sheet and income statement items under Sections 195 to 211 and 222 to 235 UGB. The profit and loss statement was prepared using the total expenditure format.

The principle of completeness was applied in the preparation of the financial statements.

The valuation of assets and liabilities was carried out considering the principle of individual valuation and the going concern concept.

The principle of prudence was considered by showing only the realised gains at the balance sheet date. All recognizable risks and possible future losses arisen in the fiscal year were taken into account.

The financial statements as of December 31, 2014 were prepared under the going concern assumption. According to the business plan of Sete Group, short-term obligations as of December 31, 2014 shall be settled by raising long-term funds. The ultimate shareholder is under negotiations with multiple financial institutions which are in advanced stages. The completion of such negotiations depends on the fulfilment of certain precedent conditions which indicates the existence of a material uncertainty that may cast significant doubt about the Company's ability to continue as a going concern. Based on the assumption that long-term financing will be obtained management considers it appropriate to prepare the financial statements on a going concern basis.

Fixed assets

Financial assets

Financial assets are valued at acquisition cost or at the lower market value.

Extraordinary depreciation is considered if deteriorations in values are expected to be permanent.

Current assets**Receivables and other assets**

Receivables and other assets are valued at their nominal value. Recognizable risks are considered by individual allowances.

Accruals**Other accruals**

Other accruals are calculated according to the principle of prudence and considering all recognizable risks and anticipated losses at the balance sheet date that are deemed appropriate according to reasonable entrepreneurial judgement.

Liabilities

Liabilities are valued at repayment amounts, taking into account the principle of prudence.

DRAFT 150317

Comments on the balance sheet

General information

Principles for the conversion of foreign currency items into euro

The financial statements contain foreign currency transactions converted into euro.

Foreign currency receivables are converted using the exchange rate at the date of initial recognition or at the balance sheet date if lower. Declines in exchange rates led to a corresponding write-down.

Foreign currency bank deposits are valued at the foreign exchange rate.

Foreign currency liabilities are converted using the exchange rate of initial recognition or or at the balance sheet date. Increases in exchange rates led to a corresponding revaluation

DRAFT 150317

Notes to the balance sheet and the profit and loss statement

ASSETS

	2014-12-31	2013-12-31
	€	€
A. FIXED ASSETS		
I. FINANCIAL ASSETS		
1. SHARES IN AFFILIATED UNDERTAKINGS		
Shares to affiliated companies	2,119,326,212.08	0.00

Development of fixed assets

The development of fixed assets and details to the depreciation (Section 226 (1) UGB):

	Purch-value 2014-01-01	Addition	Disposal	Depreciation cumulated	Book value	Depreciation
	2014-12-31	Transfer posting	Transfer posting	2014-12-31	2014-01-01	Write-up
	€	€	€	€	2014-12-31	€
I. Financial Assets						
1. shares in affiliated undertakings						
Shares to affiliated companies	0.00	2,119,326,212.08	0.00	0.00	0.00	0.00
	<u>2,119,326,212.08</u>	<u>0.00</u>	<u>0.00</u>	<u>0.00</u>	<u>2,119,326,212.08</u>	<u>0.00</u>

	2014-12-31	2013-12-31
	€	€
B. CURRENT ASSETS		
I. BANK DEPOSITS		
Deutsche Bank EUR 0038306000	91,276.77	70,039.07
Deutsche Bank USD 0038306050	47,155.01	0.00
	<u>138,431.78</u>	<u>70,039.07</u>

LIABILITIES AND EQUITY

	2014-12-31	2013-12-31
	€	€
A. EQUITY		
I. STATED CAPITAL		
Nominal Capital (Share Cap)	70,000.00	70,000.00
II. CAPITAL RESERVES		
1. NOT APPROPRIATED		
unlinked accruals	2,119,496,212.08	0.00
III. BALANCE SHEET LOSS		
Annual loss	-193,443.42	-12,947.91
PY loss add carry	-12,947.91	0.00
	<u>-206,391.33</u>	<u>-12,947.91</u>
	2,119,359,820.75	57,052.09
	2014-12-31	2013-12-31
	€	€
B. ACCRUALS		
1. TAX ACCRUALS		
Accruals for other taxes	1,000.00	0.00
2. OTHER ACCRUALS		
Miscellaneous accruals	101.13	0.00
Consulting cost accruals	73,954.19	0.00
Accounting & tax advisory accruals	29,068.55	7,200.00
	<u>103,123.87</u>	<u>7,200.00</u>
	104,123.87	7,200.00

	2014-12-31	2013-12-31
	€	€
C. LIABILITIES		
1. LIABILITIES TO BANKS		
Deutsche Bank USD 0038306050	0.00	0.33
2. LIABILITIES ARISING FROM DELIVERIES AND SERVICES		
Delivery liabilities domestic	699.24	5,786.65
	699.24	5,786.98

Liabilities

The following information is disclosed in the maturity of the liabilities reported in the balance sheet:

	Total amount	thereof maturity
	€	up to 1 year
	€	€
C. Liabilities		
1. liabilities to banks	0.00	0.00
Previous year	0.33	0.33
2. liabilities arising from deliveries and services	699.24	699.24
Previous year	5,786.65	5,786.65
Total Liabilities	699.24	699.24
Previous year	5,786.98	5,786.98

Profit and Loss Statement

	2014	2013
	€	€
2. OTHER OPERATING EXPENSES		
a. TAXES, AS FAR AS THEY ARE NOT ON INCOME OR ON REVENUE		
Company tax	2,400.00	0.00
b. OTHER		
FEES AND CONTRIBUTION		
Other fees & costs	215.65	0.00
TRANSACTION COSTS		
Financial transaction fees	1,712.20	31.38
LEGAL AND CONSULTING COSTS		
Tax advisory costs	18,978.19	10,800.00
Legal and consulting costs	165,500.22	2,186.65
Auditing costs	10,728.76	0.00
	<u>195,207.17</u>	<u>12,986.65</u>
OTHER OPERATING EXPENSES		
Other operational costs	171.13	0.00
	<u>197,306.15</u>	<u>13,018.03</u>
	199,706.15	13,018.03
	2014	2013
	€	€
4. OTHER INTEREST AND SIMILAR INCOME		
Interest proceeds fixes int-secur	4.76	0.00
Interest proceeds from bank credits	0.00	0.16
	<u>4.76</u>	<u>0.16</u>
	2014	2013
	€	€
5. INTEREST AND SIMILAR EXPENSES		
Interest for bank credits	0.19	0.00

	2014 €	2013 €
8. TAXES ON INCOME AND REVENUE		
Corporate income tax	500.00	0.00
Capital gain tax	1.20	0.04
	501.20	0.04
	2014 €	2013 €
9. <u>NET LOSS OF THE YEAR</u>	<u>-193,443.42</u>	<u>-12,947.91</u>
	2014 €	2013 €
10. <u>LOSS FOR THE YEAR</u>	<u>-193,443.42</u>	<u>-12,947.91</u>
	2014 €	2013 €
11. LOSS CARRIED FORWARD FROM THE PREVIOUS YEARS		
PY loss add carry	-12,947.91	0.00

DRAFT 150317

Other statutory information**Related Parties**

The company holds at least 20% of the following corporations (Section 238 Number 2 UGB):

Company name	Domicil	Equity in €	Capital interest in %	Profit or loss of the previous financial year in €	Balance sheet date
		1,900,569,429.1			
Sete International One GmbH	A-1010 Vienna	6	100.0	-83,472,921.92	2014-12-31
Sete International Two GmbH	A-1010 Vienna	80,819,803.94	100.0	-901,326.27	2014-12-31

Group relations

The consolidated financial statements prepared by Sete Brasil Participacoes S.A., Rio de Janeiro, Brazil, will be published at the Company's register in Rio de Janeiro.

The option to apply the exemption regulation pursuant to Section 245 (4) UGB was used. The consolidated financial statements and the management report for the group of Sete Brasil Participacoes S.A., Rio de Janeiro, Brazil, are prepared under IFRS, as adopted by the IASB. There are no significant deviations from the IFRS, as adopted by the EU.

Average number of staff

The average number of employees, broken daown in workers and employees, is (Section 239 (1) No. 1 UGB)

	2014	2013
Workers	0	0
Employees	0	0
Total	0	0

Composition of the management board

Managing Directors:	Name	as of	until
	Andre Vinicius Celani Duarte	2013-11-20	2014-07-13
	Bernardo Clemente da Fonseca Neto	2013-11-20	2014-07-13
	Dr. Klaus Hafner	2013-08-30	

Vienna, March 27, 2015

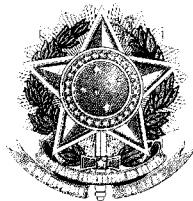
Signatures of the Managing Directors

DRAFT 150317

Diese Seite ist ein Platzhalter für ein externes Dokument. Wenn Sie den Ausdruck starten, wird das echte Dokument am Drucker ausgegeben:

G:\Wirtschaftsprüfung\Qualitätssicherung\Qualitätssicherungshandbuch\Handbuch 2014 03 01\Arbeitshilfen\
A_3_6 AAB für Wirtschaftstreuhänder (english) 2011.pdf

DRAFT 150317



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.: 9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09657/16 Livro 133 Folhas 476

Eu, ALESSANDRA OTERO GOEDERT, Tradutora Pública, atesto que esta é uma tradução fiel e correta de um documento que me foi apresentado em língua inglesa.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

do exercício fiscal de 01/01/2014 até 31/12/2014

Sete Holding GmbH

Langackergasse 18
1190 Wien
Austria

ÍNDICE

Contratação e Desempenho	1
Questões Jurídicas	2
Questões Fiscais	3
Balanço Patrimonial	4
Demonstração do Resultado	5
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	6 - 15
Termos e Condições Gerais	16 - 21

Relatório sobre a Compilação das Demonstrações Contábeis da Sete Holding GmbH em 31 de dezembro de 2014.

Fomos contratados para compilar as seguintes demonstrações contábeis da **Sete Holding GmbH em 31 de dezembro de 2014** – consistindo do balanço patrimonial, da demonstração do resultado e das notas – com base na contabilidade e no inventário, bem como nas disposições dos métodos contábeis e de valorização aplicáveis.

Toda a contabilidade conduzida por nós e, além disso, a documentação, registros contábeis e de inventário – cuja regularidade ou plausibilidade não verificamos em conformidade com nossa contratação – bem como as informações a nós fornecidas, serviram como base para a compilação das demonstrações contábeis. A Sociedade é responsável pela preparação do inventário e das demonstrações contábeis em conformidade com o Código Comercial da Áustria (UGB) e das disposições suplementares do Estatuto Social da Sociedade.

Também não realizamos uma auditoria, uma revisão das demonstrações contábeis ou um compromisso de garantia ou procedimentos acordados e, portanto, não fornecemos uma garantia (confirmação) sobre as demonstrações contábeis.



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.:9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09657/16

Livro 133

Folhas 477

A Sociedade é responsável pela exatidão, bem como pela abrangência da documentação e informações a nós fornecidas; uma responsabilidade que também se aplica em relação aos usuários das demonstrações contábeis compiladas por nós. Neste contexto, fazemos referência à Carta de Representação assinada pela Sociedade em 13 de junho de 2014 a nosso pedido.

O compromisso de compilação foi conduzido segundo as disposições do parecer de especialistas KFS/RL 26 “Princípios para a Compilação de Demonstrações contábeis”. As Condições Gerais do Contrato para as Profissões de Contabilidade Pública (AAB), publicadas pela Câmara Austríaca de Contadores Públicos e Assessores Fiscais (KWT), em 21 de fevereiro de 2011, deverão se aplicar a este compromisso de compilação.

Qualquer distribuição a terceiros das demonstrações contábeis compiladas por nós somente é permitida mediante inclusão do relatório de compilação.

Se as demonstrações contábeis compiladas por nós forem distribuídas a quaisquer terceiros, as disposições estipuladas no Ponto 8. AAB para as Profissões de Contabilidade Pública de KWT sobre a responsabilidade perante terceiros deverão se aplicar.

A tradução para o inglês do relatório de compilação é apresentada somente para referência do leitor e a redação no idioma alemão é a única versão que prevalece para fins de direito.

Questões Jurídicas

Companhia: Sete Holding GmbH

Local da sede: Viena

Endereço: A-1190 Vienna, Langackergasse 18

Objeto social: Holding

Constituição: 30/08/2013

Exercício financeiro: - 31 de dezembro

Espécie: sociedade limitada de capital fechado (*Gesellschaft mit beschränkter Haftung*)

Atos Constitutivos: 23/08/2013 Declaração da constituição da sociedade

Porte da companhia: “sociedade limitada de pequeno porte” para os fins do § 221 UGB

Registro comercial: Junta do Comércio de Viena (Handelsgericht Wien), FN 401499s

Capital social: € 70.000,00



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.: 9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09657/16 Livro 133 Folhas 478

Acionista:	Nome	Capital em €	Participação em %
	Sete Brasil Participações S.A., brasileira	70.000,00	100
Diretores Executivos:	Nome	de	até
	Andre Vinicius Celani Duarte	20/11/2013	13/07/2014
	Bernardo Clemente da Fonseca Neto	20/11/2013	13/07/2014
	Dr. Klaus Hafner	30/08/2013	

Representação: Os diretores executivos representam a sociedade com um segundo diretor executivo ou com um representante autorizado.
Os acionistas podem autorizar um Diretor Executivo a representar individualmente mediante deliberação.

Questões Fiscais

Autoridade fiscal: Órgão fiscal, Viena 9/18/19 Klosterneuburg (Finanzamt Wien 9/18/19 Klosterneuburg)

Número fiscal: 261/2732

Representante fiscal: TAXCOACH

Wirtschaftsprüfung und Steuerberatung GmbH

A-1190 Vienna, Muthgasse 109

WT803735

Apuração do imposto de renda: Balanço de contas, de acordo com o § 5 da Lei do Imposto de Renda Austríaca (EStG)

Aferição fiscal: Imposto sobre Valor Agregado (IVA) e Imposto de Renda Pessoa Jurídica (CIT) foram declarados com base no exercício fiscal anterior.

Recursos pendentes: Não existem recursos pendentes na data do balanço patrimonial.



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.: 9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09657/16

Livro 133

Folhas 479

Demonstração fiscal de acordo com § 4, parágrafo 12 da Lei do Imposto de Renda Austríaca (EStG)

	Patrimônio segundo o Balanço Patrimonial de 31/12/2014	Patrimônio segundo o Balanço Patrimonial de 01/01/2014	Varição	Capital integralizado em 31/12/2014	Capital integralizado em 01/01/2014	Varição
Capital Social	70.000,00	70.000,00	0,00	70.000,00	70.000,00	0,00
Reservas de Capital	2.119.496.212,08	0,00	2.119.496.212,08	2.119.496.212,08	0,00	2.119.496.212,08
Reservas de Receita	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucro do Exercício	-206.391,33	-12.947,91	-193.443,42	0,00	0,00	0,00
Total	2.119.359.820,75	57.052,09	2.119.302.768,66	2.119.566.212,08	70.000,00	2.119.496.212,08

Balanço Patrimonial

31/12/2014

Sete Holding GmbH

ATIVO

31/12/2014 31/12/2013

€ €

A. ATIVO IMOBILIZADO

I. ATIVO FINANCEIRO

1. ações em empresas coligadas

2.119.326.212,08 0,00

B. ATIVO CIRCULANTE

I. DEPÓSITOS BANCÁRIOS

138.431,78 70.039,07

Total do ativo

2.119.464.643,86 70.039,07



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.: 9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09657/16 Livro 133 Folhas 480

Balanco Patrimonial
31/12/2014

Sete Holding GmbH

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A. PATRIMÔNIO

I. CAPITAL SOCIAL

31/12/2014 31/12/2013
€ €

II. RESERVAS DE CAPITAL

1. não destinadas

70.000,00 70.000,00
2.119.496.212,08 0,00

III. PREJUÍZO DO EXERCÍCIO

Prejuízo lançado dos exercícios anteriores

-206.391,33 -12.947,91
-12.947,91 0,00

2.119.359.820,75 57.052,09

B. PROVISÕES

1. Provisões fiscais
2. Outras provisões

1.000,00 0,00
103.123,87 7.200,00

104.123,87 7.200,00

C. PASSIVO

1. Dívidas com bancos
2. Dívidas de bens e serviços

0,00 0,33
699,24 5.786,65

699,24 5.786,98

Total do passivo e patrimônio líquido

2.119.464.643,86 70.039,07



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.:9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09657/16

Livro 133

Folhas 481

Demonstração do Resultado
01/01/2014 - 31/12/2014

Sete Holding GmbH

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	2014	2013
	€	€
1. OUTRA RECEITA OPERACIONAL		
a) Outro	6.759,36	0,00
2. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		
a) impostos, desde que não incidam sobre renda ou receita	2.400,00	0,00
b) outros		
Impostos e contribuição	215,65	0,00
Custos de operação	1.712,20	31,38
Honorários advocatícios e de consultoria	195.207,17	12.986,65
Outras despesas operacionais	171,13	0,00
	197.306,15	13.018,03
	199.706,15	13.018,03
3. SUBTOTAL DAS LINHAS 1 e 2 (Resultado Operacional)	-192.946,79	-12.948,03
4. RECEITA FINANCEIRA E OUTRA RECEITA	4,76	0,16
5. DESPESAS DE JUROS E OUTRAS DESPESAS	0,19	0,00
6. SUBTOTAL DAS LINHAS 4 e 5 (Resultado Financeiro)	4,57	0,16
7. PREJUÍZO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	-192.942,22	-12.947,87
8. IMPOSTO DE RENDA E RECEITA	501,20	0,04
9. PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-193.443,42	-12.947,91
10. PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	-193.443,42	-12.947,91
11. PREJUÍZO LANÇADO DOS EXERCÍCIOS ANTERIORES	-12.947,91	0,00
12. PREJUÍZO DO BALANÇO PATRIMONIAL	-206.391,33	-12.947,91



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.: 9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09657/16

Livro 133

Folhas 482

Princípios contábeis e de avaliação

Princípios gerais

As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014 foram elaboradas de acordo com os requisitos para relatórios financeiros do Código Comercial Austríaco (UGB), conforme aditado. As demonstrações contábeis, elaboradas segundo as práticas contábeis adotadas na Áustria, apresentam uma visão fiel e justa dos ativos e passivos, da situação financeira da Sociedade em 31 de dezembro de 2014, bem como dos resultados de suas operações para o exercício então findo.

Os métodos contábeis e de avaliação são baseados nas práticas contábeis adotadas. O Capítulo 201 (2) do UGB foi observada, como foram as disposições sobre classificação e valorização dos itens do balanço patrimonial e da demonstração do resultado segundo as Seções 195 a 211 e 222 a 235 do UGB. A demonstração do resultado foi preparada utilizando o formato do dispêndio total.

O princípio da integralidade foi aplicado na elaboração das Demonstrações Contábeis.

A avaliação do ativo e passivo foi conduzida considerando o princípio da valorização de itens individuais e o conceito de operacionalidade.

O princípio da prudência foi considerado mostrando somente os ganhos realizados na data do balanço patrimonial. Todos os riscos reconhecíveis e possíveis prejuízos futuros surgidos no exercício fiscal foram levados em conta.

As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014 foram preparadas presumindo-se a operacionalidade da Sociedade.

De acordo com o Plano de Negócios do Grupo Sete, obrigações de curto prazo em 31 de dezembro de 2014 deverão ser liquidadas mediante a captação de recursos de longo prazo. O acionista final está em negociações com diversas instituições financeiras, as quais estão em estágios avançados. A conclusão dessas negociações depende da satisfação de certas condições prévias, as quais indicam a existência de uma incerteza relevante que poderá levantar dúvidas significativas sobre a capacidade da Sociedade de continuar em operação. Com base na suposição de que um financiamento de longo prazo será obtido, a administração considera apropriado preparar as demonstrações contábeis tendo como base a operacionalidade da Sociedade.

Ativo imobilizado

Ativos financeiros

Os ativos financeiros são avaliados pelo custo de aquisição ou pelo valor de mercado mais baixo.

Uma depreciação extraordinária será considerada, caso o valor justo seja inferior ao valor contábil.



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.: 9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09657/16

Livro 133

Folhas 483

Ativo circulante

Contas a receber e outros ativos

As contas a receber são avaliadas pelo seu valor nominal. Os riscos a serem reconhecidos são considerados por provisões individuais.

Provisões

Outras Provisões

As provisões são calculadas de acordo com o princípio da prudência e considerando todos os riscos contabilizáveis e perdas previstas na data do balanço patrimonial que são consideradas apropriadas segundo o parecer comercial razoável.

Passivo

O passivo é avaliado pelos valores de pagamento, levando em conta o princípio da prudência.

Comentários sobre o balanço patrimonial

Informações Gerais

Princípios para a conversão de itens em moeda estrangeira para Euros

As demonstrações contábeis anuais contêm transações em moeda estrangeira convertidas para Euros.

Recebíveis em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio na data da contabilização inicial ou na data do balanço patrimonial, se inferior. As quedas nas taxas de câmbio levaram a uma baixa correspondente.

Depósitos bancários em moeda estrangeira são avaliados pela taxa de câmbio.

Obrigações em moeda estrangeira são convertidas utilizando a taxa de câmbio da contabilização inicial ou na data do balanço patrimonial. Os aumentos nas taxas de câmbio levaram a uma reavaliação correspondente.



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.: 9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09657/16 Livro 133 Folhas 484

Notas explicativas ao balanço patrimonial e à demonstração do resultado

ATIVO	31/12/2014	31/12/2013
	€	€
A. ATIVO IMOBILIZADO		
I. ATIVO FINANCEIRO		
I. AÇÕES EM EMPRESAS COLIGADAS		
Ações em empresas coligadas	2.119.326.212,08	0,00

Desenvolvimento do ativo imobilizado

Desenvolvimento do ativo imobilizado e detalhes quanto à depreciação (Seção 226 (1) do UGB):

	Valor de compra 01/01/2014 31/12/2014 €	Acréscimo Transferência €	Alienações Transferência €	Depreciação acumulada 01/01/2014 31/12/2014 €	Valor contábil 01/01/2014 31/12/2014 €	Depreciação Baixa €
I. Ativos Financeiros						
1. ações em empreendimentos coligados	0,00	2.119.326.212,08	0,00	0,00	0,00	0,00
Ações para empresas coligadas	2.119.326.212,08	0,00	0,00	0,00	2.119.326.212,08	0,00

B. ATIVO CIRCULANTE

	31/12/2014	31/12/2013
	€	€
I. DEPÓSITOS BANCÁRIOS		
Deutsche Bank EUR 0038306000	91.276,77	70.039,07
Deutsche Bank EUR 0038306050	47.155,01	0,00
	138.431,78	70.039,07



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.:9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09657/16 Livro 133 Folhas 485

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

31/12/2014 31/12/2013
€ €

A. PATRIMÔNIO

I. CAPITAL SOCIAL

Capital Nominal (*Share Cap*) 70.000,00 70.000,00

II. RESERVAS DE CAPITAL

I. NÃO DESTINADAS

provisões não vinculadas 2.119.496.212,08 0,00

III. PREJUÍZO DO EXERCÍCIO

Prejuízo anual -193.773,42 -12.947,91

Lançamento do prejuízo do exercício fiscal -12.947,91 0,00

-206.391,33 -12.947,91
2.119.359.820,75 57.052,09

31/12/2014 31/12/2013
€ €

B. PROVISÕES

1. PROVISÕES FISCAIS

Provisões para outros impostos 1.000,00 0,00

2. OUTRAS PROVISÕES

Provisões diversas 101,13 0,00

Provisões para custo de consultoria 73.954,19 0,00

Provisões para consultoria contábil e fiscal 29.068,55 7.200,00

103.123,87 7.200,00

104.123,87 7.200,00

31/12/2014 31/12/2013
€ €

C. PASSIVO

1. DÍVIDAS COM BANCOS

Deutsche Bank US\$ 0038306050 0,00 0,33

2. DÍVIDAS DECORRENTES DE BENS E SERVIÇOS

Dívida de entrega doméstica 699,24 5.786,65

699,24 5.786,98



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.: 9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09657/16 Livro 133 Folhas 486

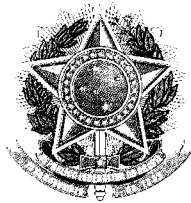
Passivo

As seguintes informações são divulgadas no vencimento do passivo contabilizado no balanço patrimonial:

	Valor total €	Vencimento até 1 ano
C. Passivo		
1. Dívidas com bancos	0,00	0,00
Exercício anterior	0,33	0,33
2. Dívidas decorrentes de bens e serviços	699,24	699,24
Exercício anterior	5.786,65	5.786,65
Total do passivo	699,24	699,24
Exercício anterior	5.786,98	5.786,98

Demonstração do Resultado

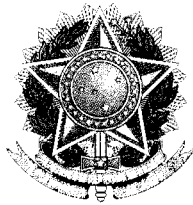
	2014 €	2013 €
2. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		
a. IMPOSTOS, DESDE QUE NÃO INCIDAM SOBRE RENDA OU RECEITA		
Imposto de sociedade	2.400,00	0,00
b. OUTROS		
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÃO		
Outros custos e despesas	215,65	0,00
CUSTOS DE OPERAÇÃO		
Custos de operação financeira	1.712,20	31,38
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E DE CONSULTORIA		
Custos de consultoria tributária	18.978,19	10.800,00
Honorários advocatícios e custos de consultoria	165.500,22	2.186,65
Custos de auditoria	10.728,76	0,00
	195.207,17	12.986,65
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		
Outros custos operacionais	171,13	0,00
	197.306,15	13.018,03
	199.706,15	13.018,03



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.: 9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09657/16	Livro 133	Folhas	487
		2014	2013
		€	€
4. RECEITA FINANCEIRA E OUTRA RECEITA			
Receitas financeiras fixas <i>int-secur</i>		4,76	0,00
Receitas financeiras de créditos bancários		0,00	0,16
		4,76	0,16
		2014	2013
		€	€
5. DESPESAS DE JUROS E OUTRAS DESPESAS			
Juros de créditos bancários		0,19	0,00
8. IMPOSTO DE RENDA E RECEITA			
Imposto de renda pessoa jurídica		500,00	0,00
Imposto sobre ganhos de capital		1,20	0,04
		501,20	0,04
		2014	2013
		€	€
9. <u>PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</u>			
		-193.443,42	-12.947,91
		2014	2013
		€	€
10. <u>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</u>			
		-193.443,42	-12.947,91
		2014	2013
		€	€
11. PREJUÍZO LANÇADO DOS EXERCÍCIOS ANTERIORES			
Prejuízo Lançado dos Exercícios Anteriores		-12.947,91	0,00



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.: 9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09657/16

Livro 133

Folhas 488

Outras informações estatutárias

Partes Relacionadas

A Sociedade detém pelo menos 20% das seguintes companhias (Capítulo 238 Número 2 UGB):

Nome da sociedade	Sede	Patrimônio em €	Participação no capital em %	Lucro ou prejuízo do exercício financeiro anterior em €	Data do balanço patrimonial
Sete International One GmbH	A-1010 Viena	1.900.569.429,16	100,0	-83.472.921,92	31/12/2014
Sete International Two GmbH	A-1010 Viena	80.819.803,94	100,0	-901.326,27	31/12/2014

Relações com o Grupo

As demonstrações contábeis consolidadas preparadas por Sete Brasil Participações S.A., Rio de Janeiro, Brasil, serão publicadas no registro da Sociedade no Rio de Janeiro.

Foi utilizada a opção de aplicar o regulamento de isenção segundo a Seção 245 (4) do UGB. As demonstrações contábeis consolidadas e o relatório da administração para o grupo da Sete Brasil Participações S.A., Rio de Janeiro, Brasil, são preparados segundo as IFRS, conforme adotado pelo IASB. Não existem variações significativas em relação às IFRS, conforme adotada pela EU.

Quantidade média de empregados

O número médio de empregados, discriminado em operários e empregados, é demonstrado abaixo (Capítulo 239 (1) N^o 1 UGB).

	2014	2013
Operários	0	0
Empregados	0	0
Total	0	0

Composição da diretoria

Diretores Executivos:

Nome	de	até
André Vinicius Celani Duarte	20/11/2013	13/07/2014
Bernardo Clemente da Fonseca Neto	20/11/2013	13/07/2014
Dr. Klaus Hafner	30/08/2013	

Viena, 27 de março de 2015.

(a.) (ilegível) Adriano Fagundes, Diretor Executivo

Nada mais.

Conferi a tradução, dou fé e assino.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2016.



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
Tradutor Público



21º TABELIÃO DE NOTAS
SAO PAULO



CONSELHO NOTARIAL DO BRASIL
12392
FIRMA 1084A0065894
Medina

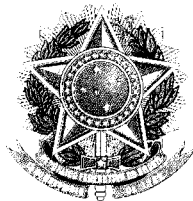
21º Tabelião de Notas

São Paulo - Capital
Lutz Alfonso Spagnuolo Medina - Tabelião

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) Firma(s) S/ VALOR ECONOMICO de: ALESSANDRA OTERO GOEDERT, a qual confere com padrao depositado em cartorio. Sao Paulo, 18/02/2016 - 16:01:01 Seq: 7ECDBA32 Em Testemunho da verdade. Total R\$ 5,35

VERA LUCIA DOS SANTOS - escrevente

R. Libero Badaro, 386 - E: 01008-000 - Centro - São Paulo - SP
Tel.: (11) 3291-9500 - Fax: (11) 3291-9501



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.: 9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09657/16 Livro 133 Folhas 476

Eu, ALESSANDRA OTERO GOEDERT, Tradutora Pública, atesto que esta é uma tradução fiel e correta de um documento que me foi apresentado em língua inglesa.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

do exercício fiscal de 01/01/2014 até 31/12/2014

Sete Holding GmbH

Langackergasse 18
1190 Wien
Austria

ÍNDICE

Contratação e Desempenho	1
Questões Jurídicas	2
Questões Fiscais	3
Balanço Patrimonial	4
Demonstração do Resultado	5
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	6 - 15
Termos e Condições Gerais	16 - 21

Relatório sobre a Compilação das Demonstrações Contábeis da Sete Holding GmbH em 31 de dezembro de 2014.

Fomos contratados para compilar as seguintes demonstrações contábeis da **Sete Holding GmbH em 31 de dezembro de 2014** – consistindo do balanço patrimonial, da demonstração do resultado e das notas – com base na contabilidade e no inventário, bem como nas disposições dos métodos contábeis e de valorização aplicáveis.

Toda a contabilidade conduzida por nós e, além disso, a documentação, registros contábeis e de inventário – cuja regularidade ou plausibilidade não verificamos em conformidade com nossa contratação – bem como as informações a nós fornecidas, serviram como base para a compilação das demonstrações contábeis. A Sociedade é responsável pela preparação do inventário e das demonstrações contábeis em conformidade com o Código Comercial da Áustria (UGB) e das disposições suplementares do Estatuto Social da Sociedade.

Também não realizamos uma auditoria, uma revisão das demonstrações contábeis ou um compromisso de garantia ou procedimentos acordados e, portanto, não fornecemos uma garantia (confirmação) sobre as demonstrações contábeis.



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.:9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09657/16

Livro 133

Folhas 477

A Sociedade é responsável pela exatidão, bem como pela abrangência da documentação e informações a nós fornecidas; uma responsabilidade que também se aplica em relação aos usuários das demonstrações contábeis compiladas por nós. Neste contexto, fazemos referência à Carta de Representação assinada pela Sociedade em 13 de junho de 2014 a nosso pedido.

O compromisso de compilação foi conduzido segundo as disposições do parecer de especialistas KFS/RL 26 “Princípios para a Compilação de Demonstrações contábeis”. As Condições Gerais do Contrato para as Profissões de Contabilidade Pública (AAB), publicadas pela Câmara Austríaca de Contadores Públicos e Assessores Fiscais (KWT), em 21 de fevereiro de 2011, deverão se aplicar a este compromisso de compilação.

Qualquer distribuição a terceiros das demonstrações contábeis compiladas por nós somente é permitida mediante inclusão do relatório de compilação.

Se as demonstrações contábeis compiladas por nós forem distribuídas a quaisquer terceiros, as disposições estipuladas no Ponto 8. AAB para as Profissões de Contabilidade Pública de KWT sobre a responsabilidade perante terceiros deverão se aplicar.

A tradução para o inglês do relatório de compilação é apresentada somente para referência do leitor e a redação no idioma alemão é a única versão que prevalece para fins de direito.

Questões Jurídicas

Companhia: Sete Holding GmbH

Local da sede: Viena

Endereço: A-1190 Vienna, Langackergasse 18

Objeto social: Holding

Constituição: 30/08/2013

Exercício financeiro: - 31 de dezembro

Espécie: sociedade limitada de capital fechado (*Gesellschaft mit beschränkter Haftung*)

Atos Constitutivos: 23/08/2013 Declaração da constituição da sociedade

Porte da companhia: “sociedade limitada de pequeno porte” para os fins do § 221 UGB

Registro comercial: Junta do Comércio de Viena (Handelsgericht Wien), FN 401499s

Capital social: € 70.000,00



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.: 9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09657/16 Livro 133 Folhas 478

Acionista:	Nome	Capital em €	Participação em %
	Sete Brasil Participações S.A., brasileira	70.000,00	100
Diretores Executivos:	Nome	de	até
	Andre Vinicius Celani Duarte	20/11/2013	13/07/2014
	Bernardo Clemente da Fonseca Neto	20/11/2013	13/07/2014
	Dr. Klaus Hafner	30/08/2013	

Representação: Os diretores executivos representam a sociedade com um segundo diretor executivo ou com um representante autorizado.
Os acionistas podem autorizar um Diretor Executivo a representar individualmente mediante deliberação.

Questões Fiscais

Autoridade fiscal: Órgão fiscal, Viena 9/18/19 Klosterneuburg (Finanzamt Wien 9/18/19 Klosterneuburg)

Número fiscal: 261/2732

Representante fiscal: TAXCOACH

Wirtschaftsprüfung und Steuerberatung GmbH

A-1190 Vienna, Muthgasse 109

WT803735

Apuração do imposto de renda: Balanço de contas, de acordo com o § 5 da Lei do Imposto de Renda Austríaca (EStG)

Aferição fiscal: Imposto sobre Valor Agregado (IVA) e Imposto de Renda Pessoa Jurídica (CIT) foram declarados com base no exercício fiscal anterior.

Recursos pendentes: Não existem recursos pendentes na data do balanço patrimonial.



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.: 9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09657/16

Livro 133

Folhas 479

Demonstração fiscal de acordo com § 4, parágrafo 12 da Lei do Imposto de Renda Austríaca (EStG)

	Patrimônio segundo o Balanço Patrimonial de 31/12/2014	Patrimônio segundo o Balanço Patrimonial de 01/01/2014	Varição	Capital integralizado em 31/12/2014	Capital integralizado em 01/01/2014	Varição
Capital Social	70.000,00	70.000,00	0,00	70.000,00	70.000,00	0,00
Reservas de Capital	2.119.496.212,08	0,00	2.119.496.212,08	2.119.496.212,08	0,00	2.119.496.212,08
Reservas de Receita	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucro do Exercício	-206.391,33	-12.947,91	-193.443,42	0,00	0,00	0,00
Total	2.119.359.820,75	57.052,09	2.119.302.768,66	2.119.566.212,08	70.000,00	2.119.496.212,08

Balanço Patrimonial

31/12/2014

Sete Holding GmbH

ATIVO

31/12/2014 31/12/2013

€ €

A. ATIVO IMOBILIZADO

I. ATIVO FINANCEIRO

1. ações em empresas coligadas

2.119.326.212,08 0,00

B. ATIVO CIRCULANTE

I. DEPÓSITOS BANCÁRIOS

138.431,78 70.039,07

Total do ativo

2.119.464.643,86 70.039,07



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.: 9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09657/16 Livro 133 Folhas 480

Balanco Patrimonial
31/12/2014

Sete Holding GmbH

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A. PATRIMÔNIO

I. CAPITAL SOCIAL

31/12/2014 31/12/2013
€ €

II. RESERVAS DE CAPITAL

1. não destinadas

70.000,00 70.000,00
2.119.496.212,08 0,00

III. PREJUÍZO DO EXERCÍCIO

Prejuízo lançado dos exercícios anteriores

-206.391,33 -12.947,91
-12.947,91 0,00

2.119.359.820,75 57.052,09

B. PROVISÕES

1. Provisões fiscais
2. Outras provisões

1.000,00 0,00

103.123,87 7.200,00

104.123,87 7.200,00

C. PASSIVO

1. Dívidas com bancos
2. Dívidas de bens e serviços

0,00 0,33

699,24 5.786,65

699,24 5.786,98

Total do passivo e patrimônio líquido

2.119.464.643,86 70.039,07



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.:9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09657/16

Livro 133

Folhas 481

Demonstração do Resultado
01/01/2014 - 31/12/2014

Sete Holding GmbH

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	2014	2013
	€	€
1. OUTRA RECEITA OPERACIONAL		
a) Outro	6.759,36	0,00
2. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		
a) impostos, desde que não incidam sobre renda ou receita	2.400,00	0,00
b) outros		
Impostos e contribuição	215,65	0,00
Custos de operação	1.712,20	31,38
Honorários advocatícios e de consultoria	195.207,17	12.986,65
Outras despesas operacionais	171,13	0,00
	197.306,15	13.018,03
	199.706,15	13.018,03
3. SUBTOTAL DAS LINHAS 1 e 2 (Resultado Operacional)	-192.946,79	-12.948,03
4. RECEITA FINANCEIRA E OUTRA RECEITA	4,76	0,16
5. DESPESAS DE JUROS E OUTRAS DESPESAS	0,19	0,00
6. SUBTOTAL DAS LINHAS 4 e 5 (Resultado Financeiro)	4,57	0,16
7. PREJUÍZO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	-192.942,22	-12.947,87
8. IMPOSTO DE RENDA E RECEITA	501,20	0,04
9. PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-193.443,42	-12.947,91
10. PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	-193.443,42	-12.947,91
11. PREJUÍZO LANÇADO DOS EXERCÍCIOS ANTERIORES	-12.947,91	0,00
12. PREJUÍZO DO BALANÇO PATRIMONIAL	-206.391,33	-12.947,91



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.: 9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09657/16

Livro 133

Folhas 482

Princípios contábeis e de avaliação

Princípios gerais

As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014 foram elaboradas de acordo com os requisitos para relatórios financeiros do Código Comercial Austríaco (UGB), conforme aditado. As demonstrações contábeis, elaboradas segundo as práticas contábeis adotadas na Áustria, apresentam uma visão fiel e justa dos ativos e passivos, da situação financeira da Sociedade em 31 de dezembro de 2014, bem como dos resultados de suas operações para o exercício então findo.

Os métodos contábeis e de avaliação são baseados nas práticas contábeis adotadas. O Capítulo 201 (2) do UGB foi observada, como foram as disposições sobre classificação e valorização dos itens do balanço patrimonial e da demonstração do resultado segundo as Seções 195 a 211 e 222 a 235 do UGB. A demonstração do resultado foi preparada utilizando o formato do dispêndio total.

O princípio da integralidade foi aplicado na elaboração das Demonstrações Contábeis.

A avaliação do ativo e passivo foi conduzida considerando o princípio da valorização de itens individuais e o conceito de operacionalidade.

O princípio da prudência foi considerado mostrando somente os ganhos realizados na data do balanço patrimonial. Todos os riscos reconhecíveis e possíveis prejuízos futuros surgidos no exercício fiscal foram levados em conta.

As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014 foram preparadas presumindo-se a operacionalidade da Sociedade.

De acordo com o Plano de Negócios do Grupo Sete, obrigações de curto prazo em 31 de dezembro de 2014 deverão ser liquidadas mediante a captação de recursos de longo prazo. O acionista final está em negociações com diversas instituições financeiras, as quais estão em estágios avançados. A conclusão dessas negociações depende da satisfação de certas condições prévias, as quais indicam a existência de uma incerteza relevante que poderá levantar dúvidas significativas sobre a capacidade da Sociedade de continuar em operação. Com base na suposição de que um financiamento de longo prazo será obtido, a administração considera apropriado preparar as demonstrações contábeis tendo como base a operacionalidade da Sociedade.

Ativo imobilizado

Ativos financeiros

Os ativos financeiros são avaliados pelo custo de aquisição ou pelo valor de mercado mais baixo.

Uma depreciação extraordinária será considerada, caso o valor justo seja inferior ao valor contábil.



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.: 9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09657/16

Livro 133

Folhas 483

Ativo circulante

Contas a receber e outros ativos

As contas a receber são avaliadas pelo seu valor nominal. Os riscos a serem reconhecidos são considerados por provisões individuais.

Provisões

Outras Provisões

As provisões são calculadas de acordo com o princípio da prudência e considerando todos os riscos contabilizáveis e perdas previstas na data do balanço patrimonial que são consideradas apropriadas segundo o parecer comercial razoável.

Passivo

O passivo é avaliado pelos valores de pagamento, levando em conta o princípio da prudência.

Comentários sobre o balanço patrimonial

Informações Gerais

Princípios para a conversão de itens em moeda estrangeira para Euros

As demonstrações contábeis anuais contêm transações em moeda estrangeira convertidas para Euros.

Recebíveis em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio na data da contabilização inicial ou na data do balanço patrimonial, se inferior. As quedas nas taxas de câmbio levaram a uma baixa correspondente.

Depósitos bancários em moeda estrangeira são avaliados pela taxa de câmbio.

Obrigações em moeda estrangeira são convertidas utilizando a taxa de câmbio da contabilização inicial ou na data do balanço patrimonial. Os aumentos nas taxas de câmbio levaram a uma reavaliação correspondente.



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.: 9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09657/16 Livro 133 Folhas 484

Notas explicativas ao balanço patrimonial e à demonstração do resultado

ATIVO	31/12/2014	31/12/2013
	€	€
A. ATIVO IMOBILIZADO		
I. ATIVO FINANCEIRO		
I. AÇÕES EM EMPRESAS COLIGADAS		
Ações em empresas coligadas	2.119.326.212,08	0,00

Desenvolvimento do ativo imobilizado

Desenvolvimento do ativo imobilizado e detalhes quanto à depreciação (Seção 226 (1) do UGB):

	Valor de compra 01/01/2014 31/12/2014 €	Acréscimo Transferência €	Alienações Transferência €	Depreciação acumulada 01/01/2014 31/12/2014 €	Valor contábil 01/01/2014 31/12/2014 €	Depreciação Baixa €
I. Ativos Financeiros						
1. ações em empreendimentos coligados	0,00	2.119.326.212,08	0,00	0,00	0,00	0,00
Ações para empresas coligadas	2.119.326.212,08	0,00	0,00	0,00	2.119.326.212,08	0,00

B. ATIVO CIRCULANTE

	31/12/2014	31/12/2013
	€	€
I. DEPÓSITOS BANCÁRIOS		
Deutsche Bank EUR 0038306000	91.276,77	70.039,07
Deutsche Bank EUR 0038306050	47.155,01	0,00
	138.431,78	70.039,07



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.:9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09657/16 Livro 133 Folhas 485

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

31/12/2014 31/12/2013
€ €

A. PATRIMÔNIO

I. CAPITAL SOCIAL

Capital Nominal (*Share Cap*) 70.000,00 70.000,00

II. RESERVAS DE CAPITAL

I. NÃO DESTINADAS

provisões não vinculadas 2.119.496.212,08 0,00

III. PREJUÍZO DO EXERCÍCIO

Prejuízo anual -193.773,42 -12.947,91

Lançamento do prejuízo do exercício fiscal -12.947,91 0,00

-206.391,33 -12.947,91
2.119.359.820,75 57.052,09

31/12/2014 31/12/2013
€ €

B. PROVISÕES

1. PROVISÕES FISCAIS

Provisões para outros impostos 1.000,00 0,00

2. OUTRAS PROVISÕES

Provisões diversas 101,13 0,00

Provisões para custo de consultoria 73.954,19 0,00

Provisões para consultoria contábil e fiscal 29.068,55 7.200,00

103.123,87 7.200,00

104.123,87 7.200,00

31/12/2014 31/12/2013
€ €

C. PASSIVO

1. DÍVIDAS COM BANCOS

Deutsche Bank US\$ 0038306050 0,00 0,33

2. DÍVIDAS DECORRENTES DE BENS E SERVIÇOS

Dívida de entrega doméstica 699,24 5.786,65

699,24 5.786,98



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.: 9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09657/16 Livro 133 Folhas 486

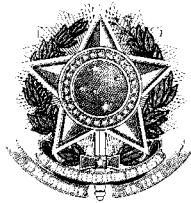
Passivo

As seguintes informações são divulgadas no vencimento do passivo contabilizado no balanço patrimonial:

	Valor total €	Vencimento até 1 ano
C. Passivo		
1. Dívidas com bancos	0,00	0,00
Exercício anterior	0,33	0,33
2. Dívidas decorrentes de bens e serviços	699,24	699,24
Exercício anterior	5.786,65	5.786,65
Total do passivo	699,24	699,24
Exercício anterior	5.786,98	5.786,98

Demonstração do Resultado

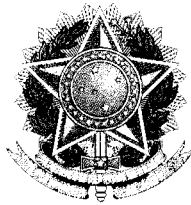
	2014 €	2013 €
2. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		
a. IMPOSTOS, DESDE QUE NÃO INCIDAM SOBRE RENDA OU RECEITA		
Imposto de sociedade	2.400,00	0,00
b. OUTROS		
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÃO		
Outros custos e despesas	215,65	0,00
CUSTOS DE OPERAÇÃO		
Custos de operação financeira	1.712,20	31,38
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E DE CONSULTORIA		
Custos de consultoria tributária	18.978,19	10.800,00
Honorários advocatícios e custos de consultoria	165.500,22	2.186,65
Custos de auditoria	10.728,76	0,00
	195.207,17	12.986,65
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		
Outros custos operacionais	171,13	0,00
	197.306,15	13.018,03
	199.706,15	13.018,03



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.: 9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09657/16	Livro 133	Folhas	487
		2014	2013
		€	€
4. RECEITA FINANCEIRA E OUTRA RECEITA			
Receitas financeiras fixas <i>int-secur</i>		4,76	0,00
Receitas financeiras de créditos bancários		0,00	0,16
		4,76	0,16
		2014	2013
		€	€
5. DESPESAS DE JUROS E OUTRAS DESPESAS			
Juros de créditos bancários		0,19	0,00
8. IMPOSTO DE RENDA E RECEITA			
Imposto de renda pessoa jurídica		500,00	0,00
Imposto sobre ganhos de capital		1,20	0,04
		501,20	0,04
		2014	2013
		€	€
9. <u>PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</u>			
		-193.443,42	-12.947,91
		2014	2013
		€	€
10. <u>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</u>			
		-193.443,42	-12.947,91
		2014	2013
		€	€
11. PREJUÍZO LANÇADO DOS EXERCÍCIOS ANTERIORES			
Prejuízo Lançado dos Exercícios Anteriores		-12.947,91	0,00



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.: 9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09657/16

Livro 133

Folhas 488

Outras informações estatutárias

Partes Relacionadas

A Sociedade detém pelo menos 20% das seguintes companhias (Capítulo 238 Número 2 UGB):

Nome da sociedade	Sede	Patrimônio em €	Participação no capital em %	Lucro ou prejuízo do exercício financeiro anterior em €	Data do balanço patrimonial
Sete International One GmbH	A-1010 Viena	1.900.569.429,16	100,0	-83.472.921,92	31/12/2014
Sete International Two GmbH	A-1010 Viena	80.819.803,94	100,0	-901.326,27	31/12/2014

Relações com o Grupo

As demonstrações contábeis consolidadas preparadas por Sete Brasil Participações S.A., Rio de Janeiro, Brasil, serão publicadas no registro da Sociedade no Rio de Janeiro.

Foi utilizada a opção de aplicar o regulamento de isenção segundo a Seção 245 (4) do UGB. As demonstrações contábeis consolidadas e o relatório da administração para o grupo da Sete Brasil Participações S.A., Rio de Janeiro, Brasil, são preparados segundo as IFRS, conforme adotado pelo IASB. Não existem variações significativas em relação às IFRS, conforme adotada pela EU.

Quantidade média de empregados

O número médio de empregados, discriminado em operários e empregados, é demonstrado abaixo (Capítulo 239 (1) N^o 1 UGB).

	2014	2013
Operários	0	0
Empregados	0	0
Total	0	0

Composição da diretoria

Diretores Executivos:

Nome	de	até
André Vinicius Celani Duarte	20/11/2013	13/07/2014
Bernardo Clemente da Fonseca Neto	20/11/2013	13/07/2014
Dr. Klaus Hafner	30/08/2013	

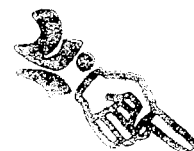
Viena, 27 de março de 2015.

(a.) (ilegível) Adriano Fagundes, Diretor Executivo

Nada mais.

Conferi a tradução, dou fé e assino.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2016.



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
Tradutor Público



21º TABELIÃO DE NOTAS
SAO PAULO



CONSELHO NOTARIAL DO BRASIL
12392
FIRMA 1084A065894 Medina

21º Tabelião de Notas

São Paulo - Capital

Lutz Alfonso Spagnuolo Medina - Tabelião

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) Firma(s) S/ VALOR ECONOMICO de: ALESSANDRA OTERO GOEDERT, a qual confere com padrao depositado em cartorio. Sao Paulo, 18/02/2016 - 16:01:01 Seq: 7ECDBA32 Em Testemunho da verdade. Total R\$ 5,35

VERA LUCIA DOS SANTOS - escrevente

R. Libero Badaro, 386 - Fone: 01008-000 - Centro - São Paulo - SP
Tel.: (11) 3291-9500 - Fax: (11) 3291-9501

DOC. 15

Audit Report

(Translation)

Sete International GmbH,
Vienna

Long-form Audit Report on the **Financial Statements**
as of December 31, 2012

We draw attention to the fact that the English translation of this long-form audit report according to Section 273 of the Austrian Commercial Code (UGB) is presented for the convenience of the reader only and that the German wording is the only legally binding version.



Table of Contents	Page
1. Engagement and Performance.....	1
2. Notes on and Disclosure of Material Items in the Financial Statements	3
3. Audit Summary.....	4
3.1. Report on Business Activities.....	4
3.2. Report on the Compliance of the Accounting and the Financial Statements	4
3.3. Information Provided.....	4
3.4. Statement on Matters Pursuant to Section 273 (2) and (3) UGB.....	4
4. Auditor's Report.....	5

Index of Appendices	Appendix
Financial Statements as of December 31, 2012.....	1
General Conditions of Contract for the Public Accounting Professions.....	2



PwC Wirtschaftsprüfung GmbH
Erdbergstraße 200
1030 Vienna
Austria
Tel.: +43 1 501 88 - 0
Fax: +43 1 501 88 - 601
E-mail: office.wien@at.pwc.com
www.pwc.at

To the
Management Board of
Sete International GmbH
Schubertring 6
1010 Vienna

LONG-FORM AUDIT REPORT ON THE FINANCIAL STATEMENTS AS OF DECEMBER 31, 2012 (TRANSLATION)

1. Engagement and Performance

The management board in a letter dated March 19, 2013 engaged us to audit the financial statements as of December 31, 2012 and to issue a report thereon. Prior to our appointment as auditor, we issued a declaration on our independence pursuant to Section 270 UGB.

The Company is a small corporation pursuant to Section 221 UGB. This audit is voluntary.

This is an initial audit.

Responsible for the proper performance of the engagement is Mr. Karl Hofbauer, Austrian Certified Public Accountant.

The objective of the audit was to examine compliance with legal requirements.

In performing the audit, we adhered to the applicable legal provisions and the relevant expert opinions and standards. We draw attention to the fact that the audit provides adequate assurance as to whether the financial statements are free from material misstatement. Absolute assurance cannot be achieved, since the possibility of errors is inherent in each accounting and internal control system and since the audit is based on samples, there is an unavoidable risk that material misstatements in the financial statements are not detected. The accounting, the records, inventory listings, as well as the financial statements as of December 31, 2012 provided by the Company served as the basis for our audit.

We performed the audit, with interruptions, from August 2013 to April 2014 in Vienna. The audit was concluded by the date of this report.

Our audit is based on the audit contract concluded with the Company, an integral part of which are the *General Conditions of Contract for the Public Accounting Professions ("AAB")* issued by the Austrian Chamber of Public Accountants and Tax Advisors on March 8, 2000, last amended on February 21, 2011 (refer to Appendix 2). These General Conditions of Contract do not only apply between the Company and the auditor, but also towards third parties. Section 275 UGB applies with regard to our responsibility and liability as auditor towards the Company and towards third parties. As provided under Section 275 (2) UGB (liability provision regarding the audit of financial statements of small and medium-sized companies), our responsibility and liability towards the Company and any third parties arising from the audit are limited to a total of EUR 2 million.

2. Notes on and Disclosure of Material Items in the Financial Statements

All required disclosures of material items in the balance sheet and income statement are included in the notes to the financial statements. We therefore refer you to the related disclosures by the management board in the notes to the financial statements.

3. Audit Summary

3.1. Report on Business Activities

Sete International GmbH, Vienna, acts as a holding company for 29 companies located in the Netherlands that charter oil rigs in the pre-salt area in front of the Brazilian coast in the Atlantic Ocean.

3.2. Report on the Compliance of the Accounting and the Financial Statements

In performing our audit, we established the compliance with statutory provisions and generally accepted **accounting** principles.

Under our risk and control oriented audit approach, we included in the audit - where we considered it necessary for our audit report - the internal controls in parts of the accounting process.

With regard to the legal compliance of the **financial statements**, we refer to our comments in the auditor's report.

3.3. Information Provided

We were allowed to inspect the Company's documents, contracts and correspondence. All the information required was provided by the management board and by the respective operative employees. A letter of representation signed by the management board has been included in our working papers.

3.4. Adverse Changes in the Financial Position, Financial Performance and Cash Flows and Significant Losses

The Company generated a negative operating result in 2012 which mainly resulted from USD exchange rate differences. The subsidiaries are still in the start-up phase and require significant investments.

3.5. Statement on Matters Pursuant to Section 273 (2) and (3) UGB

In performing our duties as auditor, we have not established any facts that might endanger the audited company's position as a going concern or adversely affect its future development, nor that would constitute a serious breach of the law or of the Company's articles of association by management or employees. Material weaknesses in the internal control of the accounting process have not come to our attention. The criteria for assuming a reorganization requirement (Section 22 (1) No. 1 URG (Austrian Reorganization Act)) are not met.

We draw attention to the fact that the English translation of this auditor's report according to Section 274 of the Austrian Commercial Code (UGB) is presented for the convenience of the reader only and that the German wording is the only legally binding version.

4. Auditor's Report

We have audited the accompanying financial statements, including the accounting system, of Sete International GmbH, Vienna, for the fiscal year from January 1 to December 31, 2012. These financial statements comprise the balance sheet as of December 31, 2012, the income statement for the fiscal year ended December 31, 2012, and the notes. As provided under Section 275 (2) UGB (liability provision regarding the audit of financial statements of small and medium-sized companies), our responsibility and liability towards the Company and any third parties arising from the audit are limited to a total of EUR 2 million.

Management's Responsibility for the Financial Statements and for the Accounting System

The Company's management is responsible for the accounting system and for the preparation and fair presentation of the financial statements in accordance with Austrian Generally Accepted Accounting Principles. This responsibility includes: designing, implementing and maintaining internal control relevant to the preparation and fair presentation of financial statements that are free from material misstatement, whether due to fraud or error; selecting and applying appropriate accounting policies; making accounting estimates that are reasonable in the circumstances.

Auditor's Responsibility and Description of Type and Scope of the Audit

Our responsibility is to express an opinion on these financial statements based on our audit. We conducted our audit in accordance with laws and regulations applicable in Austria and Austrian Standards on Auditing. Those standards require that we comply with professional guidelines and that we plan and perform the audit to obtain reasonable assurance whether the financial statements are free from material misstatement.

An audit involves performing procedures to obtain audit evidence about the amounts and disclosures in the financial statements. The procedures selected depend on the auditor's judgment, including the assessment of the risks of material misstatement of the financial statements, whether due to fraud or error. In making those risk assessments, the auditor considers internal control relevant to the Company's preparation and fair presentation of the financial statements in order to design audit procedures that are appropriate in the circumstances, but not for the purpose of expressing an opinion on the effectiveness of the Company's internal control. An audit also includes evaluating the appropriateness of accounting policies used and the reasonableness of accounting estimates made by management, as well as evaluating the overall presentation of the financial statements.

We believe that the audit evidence we have obtained is sufficient and appropriate to provide a reasonable basis for our audit opinion.

Opinion

Our audit did not give rise to any objections. In our opinion, which is based on the results of our audit, the financial statements comply with legal requirements and give a true and fair view of the financial position of the Company as of December 31, 2012 and of its financial performance for the fiscal year from January 1 to December 31, 2012 in accordance with Austrian Generally Accepted Accounting Principles.

A management report was not prepared in accordance with Section 243 (4) UGB.

Vienna, April 17, 2014

PwC Wirtschaftsprüfung GmbH
Wirtschaftsprüfungs- und
Steuerberatungsgesellschaft

signed:

p.p. Christina Decker
Austrian Certified Public Accountant

signed:

Karl Hofbauer
Austrian Certified Public Accountant

Disclosure, publication and duplication of the financial statements together with the auditor's report according to Section 281 (2) UGB in a form not in accordance with statutory requirements and differing from the version audited by us is not permitted. Reference to our audit may not be made without prior written permission from us.

Appendices



Financial Statements

of the fiscal year from 2012-01-01 until 2012-12-31

Sete International GmbH

Schubertring 6
1010 Wien
Austria

Sete International GmbH

Balance Sheet
 2012-12-31

ASSETS	<u>2012-12-31</u> €	<u>2011-12-31</u> €
A. FIXED ASSETS		
I. FINANCIAL ASSETS		
1. shares in affiliated undertakings	331,147,490.75	48,709,540.78
B. CURRENT ASSETS		
I. RECEIVABLES AND OTHER ASSETS		
1. receivables due from affiliated undertakings	481,396,266.23	0.00
<i>thereof other</i>	<i>481,396,266.23</i>	<i>0.00</i>
2. other receivables and assets	<u>8,098,375.05</u>	<u>31.88</u>
	489,494,641.28	31.88
II. BANK DEPOSITS	<u>3,541,095.65</u>	<u>2,950,546.77</u>
	493,035,736.93	2,950,578.65
C. PREPAID EXPENSES, DEFERRED CHARGES	<u>365,326.16</u>	<u>0.00</u>
Total assets	<u>824,548,553.84</u>	<u>51,660,119.43</u>

Sete International GmbH

Balance Sheet
2012-12-31

LIABILITIES AND OWNER'S EQUITY	2012-12-31 €	2011-12-31 €
A. CAPITAL AND RESERVES		
I. STATED CAPITAL	51,035,000.00	51,035,000.00
II. CAPITAL RESERVES		
1. not appropriated	654,224,432.08	176,000.00
III. BALANCE SHEET LOSS	-25,794,149.17	-202,226.38
<i>thereof loss carried forward from the previous years</i>	<u>-202,226.38</u>	<u>-531.35</u>
	679,465,282.91	51,008,773.62
B. ACCRUALS		
1. tax accruals	0.00	984.00
2. other accruals	<u>357,118.46</u>	<u>99,609.70</u>
	357,118.46	100,593.70
C. LIABILITIES		
1. liabilities to banks	0.00	26.05
2. liabilities arising from deliveries and services	0.00	40,726.08
3. liabilities to affiliated undertakings	139,761,064.35	0.00
<i>thereof other</i>	<u>139,761,064.35</u>	<u>0.00</u>
4. other liabilities	4,965,088.12	510,000.00
<i>thereof taxes</i>	<u>4,965,088.12</u>	<u>0.00</u>
	144,726,152.47	550,752.11
Total Liabilities and Owner's Equity	<u>824,548,553.84</u>	<u>51,660,119.43</u>
CONTINGENT LIABILITIES	908,176,001.64	0.00

Sete International GmbH

Profit and Loss Account
 2012-01-01 - 2012-12-31

PROFIT AND LOSS ACCOUNT	2012	2011
	€	€
1. OTHER OPERATING INCOME		
a) other	3,151,306.09	0.00
2. STAFF EXPENSES		
a) Expenses for social security payment prescribed by law as well as taxes and mandatory contributions dependant on compensation	55.36	0.00
3. OTHER OPERATING EXPENSES		
a) taxes, as far as they are not on income or on revenue	6,803,340.82	0.00
b) other	<u>30,009,811.12</u>	<u>204,918.82</u>
	36,813,151.94	204,918.82
4. OPERATING RESULT	-33,661,901.21	-204,918.82
5. OTHER INTEREST AND SIMILAR INCOME	14,518,751.07	4,480.79
6. INCOME FROM THE DISPOSAL OF AND REVALUATION OF FINANCIAL ASSETS	18,900.00	0.00
7. INTEREST AND SIMILAR EXPENSES	<u>6,465,922.65</u>	<u>0.00</u>
8. FINANCIAL RESULT	<u>8,071,728.42</u>	<u>4,480.79</u>
9. LOSS FROM OPERATING ACTIVITIES	-25,590,172.79	-200,438.03
10. TAXES ON INCOME AND REVENUE	<u>1,750.00</u>	<u>1,257.00</u>
11. NET INCOME	<u>-25,591,922.79</u>	<u>-201,695.03</u>
12. LOSS FOR THE YEAR	-25,591,922.79	-201,695.03
13. LOSS CARRIED FORWARD FROM THE PREVIOUS YEARS	<u>-202,226.38</u>	<u>-531.35</u>
14. BALANCE SHEET LOSS	<u>-25,794,149.17</u>	<u>-202,226.38</u>

Sete International GmbH

**Notes to the Financial Statements
for the Financial Year 2012**

Sete International GmbH
Vienna, Austria

General principles

The financial statements as of December 31, 2012 were prepared in accordance with current accounting principles of the Austrian Commercial Code (UGB).

The profit and loss account was drawn up in total cost format.

Compared to previous years, the presentation of the financial statements remained the same.

The company is classified as „small limited company“ according to § 221 of the Commercial Code.

Accounting and valuation principles

The Financial Statements were prepared under the Austrian Generally Accepted Accounting Principles, giving a true and fair view of the Company's financial position.

The principle of completeness was applied at preparation of the Financial Statements.

The evaluation of assets and liabilities was carried out considering the principle of individual items valuation and the going concern concept.

The principle of prudence was considered by showing only the realized gains at balance sheet date. All recognizable risks and possible future losses arisen in the fiscal year were taken into account.

Valuation principles remained unchanged compared to prior years.

Financial assets are valued at acquisition cost or at the lower market value.

Accounts receivable are valued at their nominal value. Recognizable risks are considered by individual allowances.

Foreign currency receivables are converted using the exchange rate at the date of initial recognition or at balance sheet date if lower.

Accruals are calculated according to legal requirements and considering all recognizable risks and anticipated losses.

Notes to the Financial Statements

Sete International GmbH

Liabilities are valued at repayment amounts.

Foreign currency liabilities are converted using the exchange rate of initial recognition or or at balance sheet date if higher.

The company is included in the consolidated financial statement of Sete Brasil Participacoes S.A., Rio de Janeiro, Brazil. The consolidated financial statements are deposited at the Civil Commercial Court of Vienna, Austria. Regulation according to § 245 Commercial Code is applied.

Sete International GmbH

Fixed assets

The development of fixed assets and details to the depreciation:

	Purch-value 2012-01-01 2012-12-31 €	Additions Transfer €	Disposals Transfer €	Depreciation cumulated 2012-01-01 2012-12-31 €	Book value 2012-01-01 2012-12-31 €	Depreciation Appreciation €
I. Financial Assets						
1. shares in affiliated undertakings	48.709.540,78 331.147.490,75	375.831.510,83 0,00	83.013.190,47 10.380.370,39	0,00 0,00	48.709.540,78 331.147.490,75	0,00 0,00

The company holds at least 20% of the following corporations:

Firmenname	Firmensitz	Equity USD	Capital interest in %	Profit or loss of the previous financial year USD	Closing date
ARPOADOR Drilling B.V.	Amsterdam	46.054.226,00	85,0	-387.775,00	2012-12-31
COPACABANA Drilling B.V.	Amsterdam	33.468.869,00	85,0	-393.533,00	2012-12-31
GRUMARI Drilling B.V.	Amsterdam	32.131.660,00	85,0	-469.436,00	2012-12-31
IPANEMA Drilling B.V.	Amsterdam	29.206.374,00	85,0	-469.238,00	2012-12-31
LEBLON Drilling B.V.	Amsterdam	29.206.172,00	85,0	-469.430,00	2012-12-31
LEME Drilling B.V.	Amsterdam	29.206.187,00	85,0	-469.432,00	2012-12-31
MARAMBAIA Drilling B.V.	Amsterdam	29.206.126,00	85,0	-469.552,00	2012-12-31
URCA Drilling B.V.	Amsterdam	33.194.279,00	85,0	-229.221,00	2012-12-31
GUARAPARI Drilling B.V.	Amsterdam	37.630.467,00	80,0	-593.004,00	2012-12-31
BRACUHY Drilling B.V.	Amsterdam	6.814.110,00	85,0	-29.625,00	2012-12-31
PORTOGALO Drilling B.V.	Amsterdam	6.813.753,00	85,0	-29.983,00	2012-12-31
MANGARATIBA Drilling B.V.	Amsterdam	6.814.173,00	85,0	-29.562,00	2012-12-31
BOTINAS Drilling B.V.	Amsterdam	6.814.276,00	85,0	-29.459,00	2012-12-31
ONDINA Drilling B.V.	Amsterdam	15.060.907,00	85,0	-202.829,00	2012-12-31
PITUBA Drilling B.V.	Amsterdam	9.969.115,00	85,0	-146.621,00	2012-12-31
BOIPEBA Drilling B.V.	Amsterdam	10.086.446,00	85,0	-29.290,00	2012-12-31
INTERLAGOS Drilling B.V.	Amsterdam	2.666.583,00	85,0	-29.153,00	2012-12-31
ITAPEMA Drilling B.V.	Amsterdam	5.469.183,00	85,0	-426.533,00	2012-12-31
COMANDATUBA Drilling B.V.	Amsterdam	5.469.279,00	85,0	-426.457,00	2012-12-31
FRADE Drilling B.V.	Amsterdam	6.814.045,00	85,0	-29.691,00	2012-12-31
CAMBURI Drilling B.V.	Amsterdam	13.503.987,00	70,0	-29.749,00	2012-12-31
ITAOCA Drilling B.V.	Amsterdam	10.042.455,00	80,0	-31.281,00	2012-12-31
ITAUNAS Drilling B.V.	Amsterdam	10.003.659,00	70,0	-30.076,00	2012-12-31
SIRI Drilling B.V.	Amsterdam	10.403.157,00	80,0	-30.578,00	2012-12-31
SAHY Drilling B.V.	Amsterdam	9.285.346,00	70,0	-148.390,00	2012-12-31
CASSINO Drilling B.V.	Amsterdam	21.207.240,00	85,0	-16.496,00	2012-12-31
CURUMIM Drilling B.V.	Amsterdam	20.861.107,00	85,0	-22.629,00	2012-12-31
SALINAS Drilling B.V.	Amsterdam	20.832.220,00	85,0	-21.516,00	2012-12-31
JOATINGA Drilling B.V.	Amsterdam	4.128.146,00	100,0	-94.927,00	2012-12-31

Notes to the Financial Statements

Sete International GmbH

Accounts receivable and other assets

	Total amount €	thereof maturity up to 1 year €
Receivables and other Assets		
receivables due from affiliated undertakings	481,396,266.23	481,396,266.23
Previous year	0.00	0.00
thereof other	481,396,266.23	481,396,266.23
Previous year	0.00	0.00
other receivables and assets	8,098,375.05	8,098,375.05
Previous year	31.88	31.88
Sum Receivables	489,494,641.28	489,494,641.28
Previous year	31.88	31.88

Liabilities

	Total amount €	thereof maturity up to 1 year €	thereof maturity of more than 1 year €	thereof maturity over 5 years €
Liabilities				
liabilities to banks	0.00	0.00	0.00	0.00
Previous year	26.05	26.05	0.00	0.00
liabilities arising from deliveries and services	0.00	0.00	0.00	0.00
Previous year	40,726.06	40,726.06	0.00	0.00
liabilities to affiliated undertakings	139,761,064.35	42,341,062.80	97,420,001.55	97,420,001.55
Previous year	0.00	0.00	0.00	0.00
thereof other	139,761,064.35	42,341,062.80	97,420,001.55	97,420,001.55
Previous year	0.00	0.00	0.00	0.00
other liabilities	4,965,088.12	4,965,088.12	0.00	0.00
Previous year	510,000.00	510,000.00	0.00	0.00
thereof taxes	4,965,088.12	4,965,088.12	0.00	0.00
Previous year	0.00	0.00	0.00	0.00
Sum Payables	144,726,152.47	47,306,150.92	97,420,001.55	97,420,001.55
Previous year	550,752.11	550,752.11	0.00	0.00

Sete International GmbH

Contingent liabilities

	2012
	€
Copacabana Drilling B.V.	89.415.359,13
Grumari Drilling B.V.	90.349.504,63
Ipanema Drilling B.V.	84.117.066,96
Leblon Drilling B.V.	84.117.066,96
Leme Drilling B.V.	84.117.066,97
Marambaia Drilling B.V.	84.117.066,97
Guarapari Drilling B.V.	41.172.524,72
Ondina Drilling B.V.	34.212.734,96
Pituba Drilling B.V.	25.291.655,01
Boipeba Drilling B.V.	4.664.523,67
Camburi Drilling B.V.	37.227.226,04
Itaoca Drilling B.V.	30.032.594,75
Itaunas Drilling B.V.	30.216.068,16
Cassino Drilling B.V.	63.750.541,60
Curumim Drilling B.V.	63.103.799,68
Salinas Drilling B.V.	62.271.201,41
Summe	908.176.001,64

Personnel expense

	2012	2011
	€	T€
a. Expenses for social security payment prescribed by law as well as taxes and mandatory contributions dependant on compensation	<u>55.36</u>	<u>0.00</u>

Other operating expenses

	2012	2011
	€	T€
a. taxes, as far as they are not on income or on revenue	6,803,340.82	0.00
b. other	30,009,811.12	204.92
	<u>36,813,151.94</u>	<u>204.92</u>

Sete International GmbH

Other information

The Company's Managing Directors are:

Name	as of	until
Isabela Costa de Faria	2011-04-01	2012-09-23
Adriano Jose dos Santos Fagundes	2012-05-03	2012-09-14
André Vinicius Celani Duarte	2013-12-01	
Susanna Gmeiner	2011-07-29	2012-09-23
Mag. Peter Anton Hammerschmidt	2010-07-13	
Wanderley Rezende de Souza	2012-09-24	2013-12-02

Average number of employees

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Workers	0	0
Employees	<u>0</u>	<u>0</u>
	<u>0</u>	<u>0</u>

Vienna, April 17, 2014

Managing Directors



General Conditions of Contract for the Public Accounting Professions (AAB 2011)

Laid down by the Working Group for Fees and Conditions of Contract of the Chamber of Public Accountants and Tax Advisors, recommended for use by the Board of the Chamber of Public Accountants and Tax Advisors in its decision of March 8, 2000, and revised by the Working Group for Fees and Conditions of Contract on May 23, 2002, on October 21, 2004, on December 18, 2006, on August 31, 2007, on February 26, 2008, on June 30, 2009, on March 22, 2010, as well as on February 21, 2011

Preamble and General Points

- (1) The General Conditions of Contract for the professions in the field of public accounting are divided into four sections: Section I deals with contracts for services, excluding contracts concerning bookkeeping, payroll accounting and administration and assessment of payroll-related taxes and contributions; Section II deals with contracts for rendering services in the field of bookkeeping, payroll accounting and administration and assessment of taxes and contributions; Section III covers contracts not regarded as contracts for the rendering of services, while Section IV is devoted to consumer business covered by the Austrian Consumer Act.
- (2) In the event that individual provisions of these General Conditions of Contract are void, this shall not affect the validity of the remaining provisions. The invalid provision shall be replaced by a valid provision that is as close as possible to the desired objective.
- (3) The person entitled to exercise profession in the field of public accounting shall be obliged to render the services negotiated in accordance with the principles of due professional care and conduct. He/she shall have the right to engage suitable staff for the execution of the Contract. This shall apply to all sections of The General Conditions of Contract.
- (4) Finally, foreign law shall only be taken into account by the person entitled to exercise the profession, if this has been explicitly agreed upon in writing. This shall apply to all sections of the General Conditions of Contract.
- (5) The work prepared in the offices of the person entitled to exercise the profession may, at the discretion of the person entitled to exercise the profession, be carried out with or without using electronic data processing. In case electronic data processing is used, the client – not the person entitled to exercise the profession – is obliged to effect the registrations or notifications required under the relevant provisions of the Data Protection Act.
- (6) The client undertakes not to employ staff of the person entitled to exercise the profession during and within one year after termination of the contractual relationship, either in his/her company or in an associated company, failing which he/she shall be obliged to pay the person entitled to exercise the profession the amount of the annual salary of the employee taken over.

SECTION I

1. Scope

- (1) The General Conditions of Contract in Section I shall apply to contracts concerning (statutory and voluntary) audits with or without auditor's certificate, expert opinions, court expert opinions, preparation of annual financial statements and other financial statements, tax consultancy and other services to be rendered within the framework of a contract for the rendering of services, excluding bookkeeping, payroll accounting and the administration and assessment of payroll-related taxes and contributions.
- (2) The General Conditions of Contract shall apply, if their use has been explicitly or tacitly agreed upon. Furthermore, in the absence of another agreement, they shall be used for reference to facilitate interpretation.
- (3) Point 8 shall also apply to third parties whose services, in certain cases, may be enlisted by the contractor for the execution of the contract.

2. Scope and Execution of Contract

- (1) Reference shall be made to items 3 and 4 of the Preamble.
 - (2) Should the legal situation change subsequent to delivering a final professional statement passed on by the client orally or in writing, the person entitled to exercise the profession shall not be obliged to inform the client of changes or of the consequences thereof. This shall also apply to the completed parts of a contract.
 - (3) An application submitted by the person entitled to exercise the profession to an authority (e.g. tax office, social security institution) by electronic means, shall be regarded as neither signed by the person entitled to exercise the profession nor by the person authorized to submit such an application.
- #### 3. Client's Obligation to Provide Information and Submit Complete Set of Documents
- (1) The client shall make sure that all documents required for the execution of the contract be placed in good time and without special request at the disposal of the person entitled to exercise the profession and that he/she be informed of all events and circumstances which may be of significance for the execution of the contract. This shall also apply to documents, events and circumstances which become known only after the person entitled to exercise the profession has commenced his/her work.
 - (2) The client shall confirm in writing that all documents submitted, all information provided and explanations given in the context of audits, expert opinions and expert services are complete. This statement may be made on the forms specifically designed for this purpose.
 - (3) If the client fails to disclose considerable risks in connection with the preparation of annual financial statements and other statements, the contractor shall not be obliged to render any compensation in this respect.

4. Maintenance of Independence

- (1) The client shall be obliged to take all measures to make sure that the independence of the employees of the person entitled to exercise the profession be maintained and shall refrain from jeopardizing their independence in any way. In particular, this shall apply to offers of employment and to offers to accept contracts on their own account.
- (2) The client consents that their personal details, meaning their name and the type and scope of the services, including the performance period, agreed between the professional practitioner and the client (both audit and non-audit services), shall be handled within the information network (network), to which the professional practitioner belongs, and for this purpose transferred to the other members of the information network (network) including abroad (a list of all recipients of communications shall be sent to the client at their request by the commissioned professional practitioner) for the purpose of examination of the existence of grounds of bias or grounds for exclusion within the meaning of Sections 271 et seq. of the Company Code (UGB). For this purpose the client expressly releases the professional practitioner in accordance with the Data Protection Act and in accordance with Section 91 Subsection 4 Clause 2 of the Auditing, Tax Advising and Related Professions Act (WTBG) from their obligation to maintain secrecy. Moreover, the client acknowledges in this regard that in states which are not EU members a lower level of data protection than in the EU may prevail. The client can revoke this consent at any time in writing to the professional practitioner.

5. Reporting Requirements

- (1) In the absence of an agreement to the contrary, a written report shall be drawn up in the case of audits and expert opinions.

(2) All information and opinions of the person entitled to exercise the profession and his employees shall only be binding provided they are set down or confirmed in writing. Written opinions shall only be those on which there is a company signature. Written opinions shall in no circumstances be information sent electronically, specifically not via e-mail.

(3) Transmission errors cannot be excluded when information and data is transmitted electronically. The person entitled to exercise the profession and his employees shall not be liable for losses which arise as a result of electronic transmission. Electronic transmission shall be exclusively at the client's risk. The client is aware that confidentiality is not guaranteed when the Internet is used. Furthermore, amendments or supplements to documents transmitted shall only be permissible subject to explicit approval.

(4) Receipt and forwarding of information to the person entitled to exercise the profession and his employees are not always guaranteed when the telephone is used, in particular in conjunction with automatic telephone answering systems, fax, e-mail and other electronic means of communication. As a result, instructions and important information shall only be deemed to have been received by the person entitled to exercise the profession provided they are also received in writing, unless explicit confirmation of receipt is provided in individual instances. Automatic confirmation that items have been transmitted and read shall not as such constitute explicit confirmations of receipt. This shall apply in particular to the transmission of decisions and other information relating to deadlines. As a result, critical and important notifications must be sent to the person entitled to exercise the profession by post or courier. Delivery of documents to employees outside the firm's offices shall not count as delivery.

(5) The client agrees to being sent recurrent general tax law and general commercial law information by the person entitled to exercise the profession via electronic means. This shall not apply to unsolicited information in accordance with § 107 of the Austrian Telecommunications Act (TKG).

6. Protection of Intellectual Property of the Person Entitled to Exercise the Profession

(1) The client shall be obliged to ensure that reports, expert opinions, organizational plans, drafts, drawings, calculations and the like, issued by the person entitled to exercise the profession, be used only for the purpose specified in the contract (e.g. pursuant to Section 44 Para. 3 Austrian Income Tax Act 1988). Furthermore, professional statements passed on by the client orally or in writing made by the person entitled to exercise the profession may be passed on to a third party for use only with the written consent of the person entitled to exercise the profession.

(2) The use of professional statements passed on by the client orally or in writing made by the person entitled to exercise the profession for promotional purposes shall not be permitted; a violation of this provision shall give the person entitled to exercise the profession the right to terminate without notice to the client all contracts not yet executed.

(3) The person entitled to exercise the profession shall retain the copyright on his/her work. Permission to use the work shall be subject to the written consent by the person entitled to exercise the profession.

7. Correction of Errors

(1) The person entitled to exercise the profession shall have the right and shall be obliged to correct all errors and inaccuracies in his/her professional statement passed on by the client orally or in writing which subsequently come to light and shall be obliged to inform the client thereof without delay. He/she shall also have the right to inform a third party acquainted with the original statement of the change.

(2) The client has the right to have all errors corrected free of charge, if the contractor can be held responsible for them; this right will expire six months after completion of the services rendered by the person entitled to exercise the profession and/or - in cases where a written statement has not been delivered - six months after the person entitled to exercise the profession has completed the work that gives cause to complaint.

(3) If the contractor fails to correct errors which have come to light, the client shall have the right to demand a reduction in price. The extent to which additional claims for damages can be asserted is stipulated under Point 8.

8. Liability

(1) The person entitled to exercise the profession shall only be liable for violating intentionally or by gross negligence the contractual duties and obligations entered into.

(2) In cases of gross negligence, the maximum liability for damages due from the appointed person entitled to exercise the profession is tenfold the minimum insurance sum of the professional liability insurance

according to Section 11 of the Act on Professions in the Field of Public Accounting (WTBG) in the currently valid version.

(3) Any action for damages may only be brought within six months after those entitled to assert a claim have gained knowledge of the damage, but not later than three years after the occurrence of the (primary) loss following the incident upon which the claim is based, unless other statutory limitation periods are laid down in other legal provisions.

(4) Should Section 275 of the Austrian Business Enterprise Code (Commercial Code, UGB) be mandatorily applicable, the liability provisions pursuant to Section 275 shall apply where these represent mandatory law, even in cases where several persons have participated in the execution of the contract or where several activities requiring compensation have taken place, irrespective of whether other participants have acted with intent.

(5) In cases where a formal audit certificate is issued, the applicable limitation period shall commence at the latest at the time of issue of said audit certificate.

(6) If activities are carried out by enlisting the services of a third party, e.g. a data-processing company, and the client is informed thereof, any warranty claims and claims for damages which arise against the third party according to law and in accordance with the conditions of the third party, shall be deemed as having been passed on to the client. The person entitled to exercise the profession shall only be liable for fault in choosing the third party.

(7) The person entitled to exercise the profession shall not be liable to a third party, if his/her professional statements are passed on by the client orally or in writing without the approval or knowledge of the person entitled to exercise the profession.

(8) The above provisions shall apply not only vis-à-vis the client but also vis-à-vis third parties, if the person entitled to exercise the profession, in exceptional cases, should be liable for his/her work. In any case, a third party cannot raise any claims that go beyond any claim raised by the client. The maximum sum of liability shall be valid only once for all parties injured, including the compensation claims of the client, even if several persons (the client and a third party or several third parties) have been wronged; the claims of the aggrieved parties shall be satisfied in the order in which the claims have been raised.

9. Secrecy, Data Protection

(1) According to Section 91 WTBG the person entitled to exercise the profession shall be obliged to maintain secrecy in all matters that become known to him/her in connection with his work for the client, unless the client releases him/her from this duty or he/she is bound by law to deliver a statement.

(2) The person entitled to exercise the profession shall be permitted to hand on reports, expert opinions and other written statements pertaining to the results of his/her services to third parties only with the permission of the client, unless he/she is required to do so by law.

(3) The person entitled to exercise the profession is authorized to process personal data entrusted to him/her within the framework of the purpose of the contract or to have them processed by a third party according to Point 8 Item 5. The person entitled to exercise the profession shall guarantee that according to Section 15 of the Data Protection Act secrecy be maintained. According to Section 11 of the Data Protection Act the material made available to the person entitled to exercise the profession (data carrier, data, control numbers, analyses and programs) as well as all results obtained as a result of the work provided shall be returned to the client, unless the client has requested in writing that the material and/or results be transferred to a third party. The person entitled to exercise the profession shall be obliged to take measures to ensure that the client can meet his/her obligation to provide information according to Section 26 of the Data Protection Act. The client's instructions required for this purpose shall be given in writing to the person entitled to exercise the profession. Unless a fee has been negotiated for providing such information, the client shall be charged only the actual efforts undertaken. The client shall meet his/her obligation to provide information to those concerned and/or to register in the data processing register, unless the contrary has been explicitly agreed in writing.

10. Termination

(1) Unless otherwise agreed in writing or stipulated by force of law, either contractual partner shall have the right to terminate the contract at any time with immediate effect. The fee shall be calculated according to Point 12.

(2) However, a continuing agreement (even with a flat fee) - always to be presumed in case of doubt - may, without good reason (cf. Section 88 Item 4 WTBG), only be terminated at the end of the calendar month by observing a period of notice of three months, unless otherwise agreed in writing.

(3) Except for cases listed in Item 5, in case of termination of a continuing agreement only those tasks shall be part of the list of jobs to be completed and finished that can be completed fully or to the largest part within the period of notice, with financial statements and annual income tax returns being deemed to be subject to successful completion within two months calculated from the balance sheet date. In this case the above-mentioned jobs actually have to be completed within a reasonable period of time, if all documents and records required are provided without delay and if no good reason within the meaning of Section 88 Paragraph 4 WTBG is cited.

(4) In case of a termination according to Item 2 the client shall be informed in writing within one month which assignments at the time of termination are considered to be part of the work to be completed.

(5) If the client is not informed within this period about the assignments still to be carried out, the continuing agreement shall be deemed terminated upon completion of the tasks under way at the date when the notice of termination is served.

(6) Should it happen that in case of a continuing agreement as defined under Items 2 and 3 – for whatever reason – more than two similar jobs which are usually completed only once a year (e.g. financial statements or annual tax returns etc.) are to be completed, any such jobs exceeding this number shall be regarded as assignments to be completed only with the client's explicit consent. If applicable, the client shall be informed of this explicitly in the statement pursuant to Item 4.

11. Default in Acceptance and Failure to Cooperate on the part of the Client

If the client defaults on acceptance of the services rendered by the person entitled to exercise the profession or fails to carry out a task incumbent on him/her either according to Point 3 or imposed on him/her in another way, the person entitled to exercise the profession shall have the right to terminate the contract without prior notice. His/her fees shall be calculated according to Point 12. Default in acceptance or failure to cooperate on the part of the client shall also justify a claim for compensation made by the person entitled to exercise the profession for the extra time and labor hereby expended as well as for the damage caused, if the person entitled to exercise the profession does not invoke his/her right to terminate the contract.

12. Entitlement to Fee

(1) If the contract fails to be executed (e.g. due to termination), the person entitled to exercise the profession shall be entitled to the negotiated fee, provided he/she was prepared to render the services and was prevented from so doing by circumstances caused by the client (Section 1168 of the Civil Code (ABGB)); in this case the person entitled to exercise the profession need not deduct the amount he/she obtained or could have obtained through alternative use of his/her own professional services or those of his/her employees.

(2) If the client fails to cooperate and the assignment cannot be carried out because of lack of cooperation, person entitled to exercise the profession shall also have the right to set a reasonable grace period on the understanding that, if this grace period expires without results, the contract shall be deemed cancelled and the consequences indicated in Item 1) shall apply.

(3) If the person entitled to exercise the profession terminates the contract without good reason and at an inopportune moment, he/she shall compensate the client for the damage caused according to Point 8.

(4) If the client – having been made aware of the legal situation – agrees that the person entitled to exercise the profession duly completes the task, the work shall be completed accordingly.

13. Fee

(1) Unless the parties agreed that the services would be rendered free of charge or unless explicitly stipulated otherwise, an appropriate remuneration in accordance with Sections 1004 and 1152 of the Austrian Civil Code (ABGB) is due. Unless a different agreement has demonstrably been reached, payments by the client shall in all cases be credited against the oldest debt. The claim for remuneration by the person entitled to exercise the profession is based upon an agreement concluded between him/her and the principal involved.

(2) Proper understanding between the person entitled to exercise the profession and their principals is most effectively achieved by clearly expressed remuneration agreements.

(3) The smallest service unit which may be charged is a quarter of an hour.

(4) Travel time to the extent required is also charged in most cases.

(5) Study of documents which, in terms of their nature and extent, may prove necessary for preparation of the person entitled to exercise the profession in his/her own office may also be charged as a special item

(6) Should a remuneration already agreed upon prove inadequate as a result of the subsequent occurrence of special circumstances or special requirements of the principal, additional negotiations for the agreement of a more suitable remuneration are usual. This also usually applies where inadequate fixed sum remunerations are concerned.

(7) Persons entitled to exercise the profession also include charges for supplementary costs and value-added (turnover) tax in addition to the above.

(8) Supplementary costs also include documented or illustrate cash expenses, travelling expenses (first class for train journeys, sleeping car (wagon lits) if necessary, dietary requirements, mileage allowance, photocopy costs and similar supplementary costs.

(9) Should particular third party liabilities be involved, the necessary insurance premiums also count as supplementary costs.

(10) Personnel and material expenses for the preparation of reports, expertises and similar documents are also viewed as supplementary costs.

(11) For the execution of a commission wherein mutual conclusion involves several persons entitled to exercise the profession, each of the latter will charge his/her own remuneration.

(12) Remunerations and advance payments required are due immediately after receipt of their written claim should no other agreements exist. Where payments of remuneration are made later than 14 days after the due date, default interest may be charged. Where mutual business transactions are concerned, a default interest rate of 6% above the base rate is agreed upon (Cf. Section 352 of the Austrian Business Enterprise Code (Commercial Code, UGB)).

(13) Time limitation is in accordance with Section 1486 of the Austrian Civil Code (ABGB), starting at the time of conclusion of the service involved or a later rendering of accounts after an appropriate time-limit.

(14) An objection may be raised in writing against bills presented by the appointed trustee up to 4 weeks after the date of presentation. Otherwise the bill is considered as accepted. Filing of a bill in the accounting system of the recipient is also considered as acceptance.

(15) Application of § 934 ABGB (Austrian Civil Code) within the meaning of § 351 Austrian Business Enterprise Code (Commercial Code, UGB), i.e. rescission for *laesio enormis* (lesion beyond moiety) among entrepreneurs, is hereby renounced.

14. Other Provisions

(1) In addition to the reasonable rate or fee charged, the person entitled to exercise the profession shall have the right to claim reimbursement of expenses. He/she can ask for advance payments and can make delivery of the results of his/her (continued) work dependent on satisfactory fulfillment of his/her demands. In this context reference shall be made to the legal right of retention (Section 471 of the Civil Code (ABGB), Section 369 of the Austrian Business Enterprise Code (Commercial Code, UGB)). If the right of retention is wrongfully exercised, the person entitled to exercise the profession shall be liable only in case of gross negligence up to the outstanding amount of his/her fee. As regards standing orders, the provision of further services may be denied until payment of previous services has been effected. This shall analogously apply if services are rendered in installments and fee installments are outstanding.

(2) After all the data to be archived, which has been prepared by the public accountant and tax advisor, has been delivered to the client or to the succeeding public accountant and tax advisor, the person entitled to exercise the profession shall be entitled to delete the data in question.

(3) With the exception of obvious essential errors, a complaint concerning the work of the person entitled to exercise the profession shall not justify the retention of remuneration owed in accordance with Item 1.

(4) Offsetting the remuneration claims made by the person entitled to exercise the profession in accordance with Item 1 shall only be permitted, if the demands are uncontested and legally valid.

(5) At the request and expense of the client, the person entitled to exercise the profession shall hand over all documents received from the client within the scope of his/her activities. However, this shall not apply to correspondence between the person entitled to exercise the profession and his/her client, to original documents in his/her possession or to

documents which have to be kept in accordance with the directive on money laundering. The person entitled to exercise the profession may make or retain copies or duplicates of the documents to be returned to the client. The client shall be obliged to bear these expenses in so far as these copies or duplicates may be required as a proof of the orderly execution of all professional duties by the person entitled to exercise the profession.

(6) In the event of termination of the contract, the contractor shall be entitled to charge an appropriate fee for further queries after termination of the contract and for granting access to the relevant information about the audited company.

(7) The client shall fetch the documents handed over to the person entitled to exercise the profession within three months after the work has been completed. If the client fails to do so, the person entitled to exercise the profession shall have the right to return them to the client at the cost of the client or to charge safe custody charges, if the person entitled to exercise the profession can prove that he/she has asked the client twice to pick up the documents handed over.

(8) The person entitled to exercise the profession shall have the right to compensation of any fees that are due by use of any available deposited funds, clearing balances, trust funds or other liquid resources at his/her disposal even if these funds are explicitly intended for safe keeping, if the client had to reckon with a counterclaim of the person entitled to exercise the profession.

(9) To safeguard an existing or future fee payable, the person entitled to exercise the profession shall have the right to transfer a balance held by the client with the tax office or another balance held by the client in connection with charges and contributions, to a trust account. In this case the client shall be informed about the transfer. Subsequently, the amount secured may be collected either after agreement has been reached with the client or after enforceability by execution has been declared.

15. Applicable Law, Place of Performance, Jurisdiction

(1) The contract, its execution and the claims resulting from it shall be exclusively governed by Austrian law.

(2) The place of performance shall be the place of business of the person entitled to exercise the profession.

(3) In case of disputes, the court of the place of performance shall be the competent court.

16. Supplementary Provisions for Audits

(1) For statutory audits of financial statements which are carried out in order to issue a formal audit certificate (e.g. Section 268 and the following sections of the Company Code), the purpose of the contract, unless otherwise agreed to in writing, shall not be to investigate whether regulations concerning tax laws or specific regulations, e.g. price fixing, restriction of competition and foreign exchange regulations have been adhered to. Neither shall the purpose of the statutory audit of financial statements be to investigate whether the business is run in an economical, efficient and expedient manner. Within the framework of a statutory audit of a financial statement there shall be no obligation to detect the falsification of accounts or other irregularities.

(2) When a qualified or unqualified audit certificate is issued within the scope of a statutory audit of the annual financial statement, the audit certificate issued shall be appropriate for the respective type of business organization.

(3) If financial statements are published together with the audit certificate, they shall only be published in the form confirmed or explicitly permitted by the auditor.

(4) If the auditor revokes his/her audit certificate, the further use thereof shall no longer be permitted. If the financial statements have been published with the audit certificate, the revocation thereof shall also be published.

(5) For other statutory and voluntary audits of financial statements as well as for other audits, the above principles shall apply accordingly.

17. Supplementary Provisions concerning the Preparation of Annual Financial Statements and Other Financial Statements, Consultation and Other Services to be Provided within the Framework of a Contract for the Rendering of Services

(1) The person entitled to exercise the profession, when performing the aforementioned activities, shall be justified in accepting information provided by the client, in particular figures, as correct. However, he/she is

obliged to inform the client of any errors identified by him/her. The client shall present the person entitled to exercise the profession with all important documents required for keeping deadlines, in particular tax assessment notices, in good time so as to ensure that the person entitled to exercise the profession has a reasonable amount of time, but not less than one week, to process the information.

(2) In the absence of written agreements to the contrary, consultation shall consist of the following activities:

- a) preparing annual tax returns for income tax and corporate tax as well as value-added tax (VAT) on the basis of the financial statements and other documents and papers required for taxation purposes and to be submitted by the client or prepared by the contractor.
- b) examining the tax assessment notices for the tax returns mentioned under a).
- c) negotiating with the fiscal authorities in connection with the tax returns and notices mentioned under a) and b).
- d) participating in external tax audits and assessing the results of external tax audits with regard to the taxes mentioned under a).
- e) participating in appeal procedures with regard to the taxes mentioned under a). If the person entitled to exercise the profession receives a flat fee for regular tax consultation, in the absence of written agreements to the contrary, the activities mentioned under d) and e) shall be invoiced separately.

(3) Particular matters pertaining to income tax, corporate tax and ratable value tax return as well as all matters relating to value-added tax, withholding tax on salaries and wages and other taxes and duties shall only be prepared on the basis of a specific contract. This shall also apply to

- a) processing non-recurring matters pertaining to tax, e.g. inheritance tax, capital transfer tax, land transfer tax,
- b) the defense and consultation in penal procedures relating to the taxes mentioned,
- c) providing consultation and expert opinions in matters pertaining to the foundation, restructuring, merger, capital increase and decrease, and reorganization of a company, entry and retirement of a shareholder or partner, sale of a business, winding up, management consultancy and other activities according to Sections 3 to 5 of the Act on Professions in the Field of Public Accounting (WTBG),
- d) the preparation of applications to the Register of Companies in connection with annual financial statements, including the keeping of records required.

(4) Provided the preparation of the annual value added tax return is part of the contract accepted, this shall not include the examination of any particular accounting conditions nor the examination of whether all relevant value added tax concessions have been utilized, unless the person entitled to exercise the profession can prove that he/she has been commissioned accordingly.

(5) The aforementioned paragraphs shall not apply to services requiring particular expertise provided by an expert.

SECTION II 18. Scope

The General Conditions of Contract in Section II shall apply to contracts for the rendering of services in the field of bookkeeping, payroll accounting and the administration and assessment of payroll-related taxes and contributions.

19. Scope and Execution of Contract

(1) Reference shall be made to items 3 and 4 of the Preamble.

(2) The person entitled to exercise the profession shall be justified in regarding information and documents presented to him/her by the client, in particular figures, as correct and complete and in using them as a basis for accounting. The person entitled to exercise the profession shall not be obliged to identify errors, unless he/she has been specifically instructed to do so in writing. However, if errors are identified, he/she shall inform the client thereof.

(3) If a flat fee has been negotiated for the activities mentioned in Point 18, in the absence of written agreements to the contrary, representation in matters concerning all types of tax audits and audits of payroll-related taxes and social security contributions including settlements concerning tax assessments and the basis for contributions, preparation of reports, appeals and the like shall be invoiced separately.

(4) Particular individual services in connection with the services mentioned in Point 18, in particular ascertaining whether the requirements for statutory social security contributions are met, shall be dealt with only

on the basis of a specific contract and shall be treated according to Section I or Section III of the General Conditions of Contract.

(5) Any application submitted to authorities (e.g. tax office, social insurance institution) electronically, shall be regarded as neither signed by the person entitled to exercise the profession nor by the person authorized to transmit the application.

20. Client's Duty to Cooperate

The client shall make sure that all information and documents required for bookkeeping, payroll accounting and administration and assessment of payroll-related taxes and contributions be placed at the disposal of the person entitled to exercise the profession on an agreed date without his/her specific request.

21. Termination

(1) Unless otherwise agreed to in writing, either contractual partner may terminate the contract at the end of each month with three months' notice without giving a particular reason.

(2) If the client repeatedly fails to fulfill his/her duties according to Point 20, the person entitled to exercise the profession shall have the right to terminate the contract immediately without prior notice.

(3) If the person entitled to exercise the profession delays in rendering services due to reasons for which he/she is solely responsible, the client shall have the right to terminate the contract immediately without prior notice.

(4) In case of a termination of the contractual relationship only those assignments shall be considered part of the contract which the contractor is already working on or major parts of which can be completed within the period of notice and which are notified to the client within one month.

22. Fee and Entitlement to Fee

(1) Unless otherwise agreed to in writing, the fee shall be considered agreed upon for one year at a time.

(2) If the contract is terminated pursuant to Point 21 Item 2 the person entitled to exercise the profession shall have the right to the full fee negotiated for three months. This shall also apply if the client fails to observe the period of notice.

(3) If the contract is terminated pursuant to Point 21 Item 3, the person entitled to exercise the profession shall only have the right to the fee corresponding to the services rendered up to this point, provided they are of value to the client.

(4) If a flat fee has not been negotiated, the fee shall be calculated pursuant to Item 2 according to the monthly average of the current year of contract until termination.

(5) Unless the parties agreed that the services would be rendered free of charge or unless explicitly stipulated otherwise, an appropriate remuneration in accordance with Sections 1004 and 1152 of the Austrian Civil Code (ABGB) is due. Unless a different agreement has demonstrably been reached, payments by the client shall in all cases be credited against the oldest debt. The claim for remuneration by the person entitled to exercise the profession is based upon an agreement concluded between him/her and the principal involved. Furthermore, the basics standardized under section 13 apply.

(6) Application of § 934 ABGB (Austrian Civil Code) within the meaning of § 351 Austrian Business Enterprise Code (Commercial Code, UGB), i.e. rescission for *laesio enormis* (lesion beyond moiety) among *entrepreneurs*, is hereby renounced.

23. Other Provisions

In all other cases, the provisions of Section I of the General Conditions of Contract shall apply accordingly.

SECTION III

24. Scope

(1) The General Conditions of Contract in Section III shall apply to all contracts not mentioned in the previous sections, which are not to be regarded as contracts for rendering services and are not related to the contracts mentioned in the previous sections.

(2) In particular, Section III of the General Conditions of Contract shall apply to contracts concerning the non-recurring participation in negotiations, to services as an agent in matters pertaining to insolvency, to contracts concerning non-recurring interventions and the handling of the

individual matters mentioned in Point 17 Item 3 in the absence of a continuing agreement.

25. Scope and Execution of Contract

(1) Reference shall be made to Items 3 and 4 of the Preamble.

(2) The person entitled to exercise the profession shall be justified in regarding and obliged to regard information and documents presented to him/her by the client, in particular figures, as correct and complete. In case of penal procedures he/she shall protect the rights of the client.

(3) The person entitled to exercise the profession shall not be obliged to identify errors, unless he/she has been specifically instructed to do so in writing. However, if he/she identifies errors, the client shall be informed accordingly.

26. Client's Duty to Cooperate

The client shall make sure that all the necessary information and documents be placed at the disposal of the person entitled to exercise the profession in good time and without his/her special request.

27. Termination

Unless otherwise agreed to in writing or stipulated by force of law, either contractual party shall have the right to terminate the contract at any time with immediate effect (Section 1020 of the Civil Code (ABGB)).

28. Fee and Entitlement to Fee

(1) Unless the parties agreed that the services would be rendered free of charge or unless explicitly stipulated otherwise, an appropriate remuneration in accordance with Sections 1004 and 1152 of the Austrian Civil Code (ABGB) is due. Unless a different agreement has demonstrably been reached, payments by the client shall in all cases be credited against the oldest debt. The claim for remuneration by the person entitled to exercise the profession is based upon an agreement concluded between him/her and the principal involved. Furthermore, the basics standardized under section 13 apply.

(2) In the event of termination the fee shall be calculated according to the services rendered up to this point, provided they are of value to the client.

(3) Application of § 934 ABGB (Austrian Civil Code) within the meaning of § 351 Austrian Business Enterprise Code (Commercial Code, UGB), i.e. rescission for *laesio enormis* (lesion beyond moiety) among *entrepreneurs*, is hereby renounced.

29. Other Provisions

The reference in Point 23 to provisions in Section I shall apply accordingly.

SECTION IV

30. Scope

The Conditions of Contract of Section IV shall only apply to consumer business in accordance with the Consumer Act (Federal Law of March 8, 1979/Federal Law Gazette No. 140 as amended).

31. Supplementary Provisions for Consumer Transactions

(1) Contracts between persons entitled to exercise the profession and consumers shall fall under the obligatory provisions of the Consumer Act.

(2) The person entitled to exercise the profession shall only be liable for the deliberate and gross negligent violation of the obligations assumed.

(3) Contrary to the limitation laid down in Point 8 Item 2 of the General Conditions of Contract, the duty to compensate on the part of the person entitled to exercise the profession shall not be limited in case of gross negligence.

(4) Point 8 Item 3 of the General Conditions of Contract (asserting claims for damages within a certain period) shall not apply.

(5) Right of Withdrawal according to Section 3 of the Consumer Protection Act

If the consumer has not made his/her contract statement in the office usually used by the person entitled to exercise his/her profession, he/she may withdraw from the contract application or the contract proper. This withdrawal may be declared until the contract has been concluded or within one week after its conclusion; the period commences as soon as a

document has been handed over to the consumer which contains at least the name and the address of the person entitled to exercise the profession as well as instructions on the right to revoke the contract, but no earlier than the conclusion of the contract.

The consumer shall not have the right to withdraw from the contract.

1. if the consumer himself/herself established the business relationship concerning the conclusion of this contract with the person entitled to exercise the profession or his/her agent,

2. if the conclusion of the contract has not been preceded by any talks between the parties involved or their agents or

3. in case of contracts where the mutual services have to be provided immediately, if the contracts are usually concluded outside the offices of the persons entitled to exercise the profession, and the fee agreed upon does not exceed €15.

In order to become legally effective, the revocation shall be declared in writing. It is sufficient if the consumer returns a document that contains his/her contract declaration or that of the person entitled to exercise the profession to the person entitled to exercise the profession with a note which reveals that the consumer rejects the conclusion or the maintenance of the contract. It is sufficient if this declaration is dispatched within a week.

If the consumer withdraws from the contract according to Section 3 of the Consumer Act,

1. the person entitled to exercise the profession shall return all benefits received, including all statutory interest, calculated from the day of receipt, and to compensate the consumer for all necessary and useful expenses incurred in this matter,

2. the consumer shall pay for the value of the services rendered by the person entitled to exercise the profession as far as they are of a clear and predominant benefit to him/her.

According to Section 4 Paragraph 3 of the Consumer Act claims for damages shall remain unaffected.

(6) Cost Estimates according to Section 5 of the Consumer Act

The consumer shall pay for the preparation of a cost estimate in accordance with Section 1170a of the Austrian Civil Code by the person entitled to exercise the profession only, if this payment obligation has been notified to the consumer beforehand.

If the contract is based on a cost estimate prepared by the person entitled to exercise the profession, its correctness shall be deemed warranted as long as the opposite has not been explicitly declared.

(7) Correction of Errors: Supplement to Point 7

If the person entitled to exercise the profession is obliged according to Section 932 of the Austrian Civil Code to improve or complement his/her services, he/she shall execute this duty at the place where the matter was transferred to him/her. If it is in the interest of the consumer to have the work and the documents returned by the person entitled to exercise the profession, the consumer may carry out this transfer at his/her own risk and expense.

(8) Jurisdiction: Instead of Point 15 Item 3:

If the domicile or the usual residence of the consumer is within the country or if he/she is employed within the country, in case of an action against him/her according to Sections 88, 89, 93 Paragraph 2 and 104 Paragraph 1 JN the jurisdiction of a court shall depend on the district where the consumer has his domicile, usual residence or place of employment.

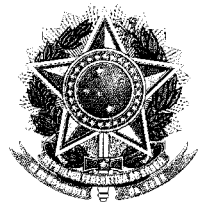
(9) Contracts on Recurring Services

(a) Contracts which oblige the person entitled to exercise the profession to render services and the consumer to effect repeated payments and which have been concluded for an indefinite period or a period exceeding one year, may be terminated by the consumer at the end of the first year, and after the first year at the end of every six months, by adhering to a two-month period of notice.

(b) If the total work is regarded as a service that cannot be divided on account of its character, the extent and price of which is determined already at the conclusion of the contract, the first date of termination may be postponed until the second year has expired. In case of such contracts the period of notice may be extended to a maximum of six months.

(c) If the execution of a certain contract indicated in lit.a) 1 requires considerable expenses on the part of the person entitled to exercise the profession and if he/she informed the consumer about this not later than when the contract was concluded, reasonable dates of termination and periods of notice which deviate from lit.a) and b) and which fit the respective circumstances may be agreed.

(d) If the consumer terminates the contract without complying with the period of notice, the termination shall become effective at the next termination date which follows the expiry of the period of notice.



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.:9 9467-5609
 Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09653/16 Livro 133 Folhas 398

Eu, ALESSANDRA OTERO GOEDERT, Tradutora Pública, atesto que esta é uma tradução fiel e correta de um documento que me foi apresentado em língua inglesa.

Relatório de Auditoria
 (Tradução)

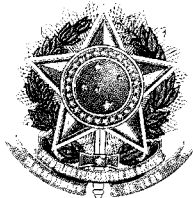
Sete International GmbH,
 Viena

Relatório de Auditoria sobre as Demonstrações Contábeis em Forma Longa
 em 31 de dezembro de 2012

Chamamos atenção para o fato de que a tradução do inglês deste relatório de auditoria extenso, de acordo com o Capítulo 273 do Código Comercial Austríaco (UGB) é apresentada somente para referência do leitor e que a redação em idioma alemão prevalecerá para os fins de direito.

Índice	Página
1. Contratação e Desempenho	1
2. Notas explicativas sobre e Divulgação de Itens Relevantes nas Demonstrações Contábeis	3
3. Resumo da Auditoria.....	4
3.1 Relatório sobre as Atividades Econômicas.....	4
3.2 Relatório sobre a Conformidade das Demonstrações Contábeis e Financeiras.....	4
3.3 Informações Fornecidas.....	4
3.4 Declaração sobre Questões conforme o Capítulo 273 (2) e (3) UGB	4
4. Relatório do Auditor.....	5

Índice de Apêndices	Apêndice
Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012.....	1
Condições Gerais do Contrato para Profissões de Auditoria Pública.....	2



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.: 9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09653/16

Livro 133

Folhas 399

pwc

PwC Wirtschaftsprüfung GmbH
Erdbergstrasse 200
1030 Viena
Austria
Tel.: +43 1 501 88-0
Fax: +43 1 501 8-601
E-mail: office.wien@at.pwc.com
www.pwc.at

Ao
Conselho de Administração da
Sete International GmbH
Schubertring 6
1010 Vienna

**RELATÓRIO DE AUDITORIA EM FORMA LONGA SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(TRADUÇÃO)**

1. Contratação e Desempenho

O Conselho de Administração em carta datada de 19 de março de 2013 nos contratou para auditarmos as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012 e emitirmos um relatório sobre elas. Antes de nossa nomeação como auditores, emitimos uma declaração sobre nossa autonomia em relação ao Capítulo 270 do UGB.

A Sociedade é uma companhia de pequeno porte segundo o Capítulo 221 do UGB.

Esta é uma auditoria inicial.

O responsável pelo desempenho devido da contratação é o Sr. Karl Hofbauer, Auditor Público Certificado na Áustria.

O objetivo da auditoria foi examinar a conformidade com os requisitos legais.

Ao realizar a auditoria, observamos as disposições legais aplicáveis e as normas e pareceres dos especialistas competentes. Chamamos a atenção para o fato de que a auditoria propicia uma garantia adequada de que as demonstrações contábeis estão isentas de distorções relevantes. Não se pode obter uma garantia absoluta, já que a possibilidade de erro é inerente a cada regime de controle interno e contábil e, visto que a auditoria é baseada em amostras, há um risco inevitável de que não sejam detectadas distorções relevantes nas demonstrações contábeis. A contabilidade, os registros, listagens de estoque, bem como as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012 fornecidas pela Sociedade serviram de base para nossa auditoria.

Realizamos a auditoria, com interrupções, de agosto de 2013 a abril de 2014 em Viena. A auditoria foi concluída na data deste relatório.



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.: 9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09653/16

Livro 133

Folhas 400

Nossa auditoria baseou-se no contrato de auditoria concluído com a Sociedade, cuja parte integrante são as Condições Gerais do Contrato para Profissões de Auditoria Pública (“AAB”) publicadas pela Câmara Austríaca de Auditores Públicos e Assessores Fiscais em 8 de março de 2000, tendo sido alteradas pela última vez em 21 de fevereiro de 2011 (consultar o Apêndice 2). Estas Condições Gerais do Contrato não somente se aplicam entre a Sociedade e o auditor, mas também a terceiros. O Capítulo 275 do UGB se aplica à nossa responsabilidade e ao compromisso como auditores perante a Sociedade e perante terceiros. Conforme disposto na Seção 275 (2) do UGB (disposição de compromisso em relação à auditoria de demonstrações contábeis de pequenas e médias empresas), nossa responsabilidade e compromisso perante a Sociedade e quaisquer terceiros decorrentes da auditoria estão limitados a um total de EUR 2 milhões.

2. Notas sobre a Divulgação de Itens Relevantes nas Demonstrações Contábeis

Todas as divulgações requeridas de itens relevantes no balanço patrimonial e na demonstração do resultado estão incluídas nas notas às demonstrações contábeis. Portanto, solicitamos que consultem as divulgações relacionadas feitas pelo conselho de administração nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

3. Resumo da Auditoria

3.1. Relatório sobre Atividades Econômicas

A Sete International GmbH de Viena atua como companhia holding de 29 companhias localizadas nos Países Baixos que fretam navios-sonda na área do pré-sal na frente da costa brasileira no Oceano Atlântico.

3.2. Relatório sobre a Conformidade das Demonstrações Contábeis e Financeiras

Ao realizarmos nossa auditoria, estabelecemos a conformidade com as disposições estatutárias e as práticas contábeis adotadas.

Segundo nossa abordagem de auditoria direcionada ao risco e controle, incluímos na auditoria, quando considerado necessário para nosso relatório de auditoria, os controles internos em partes do processo contábil.

Com relação à conformidade legal das **demonstrações contábeis**, fazemos referência a nossos comentários no relatório dos auditores.

3.3. Informações Fornecidas

Foi-nos permitido inspecionar os documentos, contratos e correspondência da Sociedade. Todas as informações requeridas foram fornecidas pelo Conselho de Administração e pelos respectivos funcionários operacionais. Uma carta de representação assinada pela diretoria foi incluída em nossos materiais de trabalho.



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.: 9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09653/16

Livro 133

Folhas 401

3.4. Mudanças Adversas na Posição Financeira, Desempenho Financeiro e Fluxos de Caixa e Prejuízos Significativos

A Sociedade gerou um resultado operacional negativo no exercício fiscal de 2012, o qual resultou principalmente de perdas de câmbio na conversão de dólares norte-americanos. As subsidiárias ainda estão na fase inicial de operações e demandam investimentos importantes.

3.5. Declarações sobre Questões Referentes Capítulo 273 (2) e (3) do UGB

Ao desempenharmos nossas atribuições de auditores, não estabelecemos quaisquer fatos que poderiam afetar a posição auditada da sociedade, sua operacionalidade ou afetar adversamente seu desenvolvimento futuro, nem constituiriam uma grave violação à lei ou ao estatuto da Sociedade por parte da administração ou dos empregados. Não tivemos conhecimento de quaisquer deficiências relevantes no controle interno do processo contábil. Não foram atendidos os critérios para se presumir a necessidade de uma reorganização (Capítulo 22 (1) No. 1 URG (Lei Austríaca de Reorganização)).

Chamamos a atenção para o fato de que a tradução para o inglês deste relatório dos auditores, de acordo com o Capítulo 274 do Código Comercial da Áustria (UGB) é apresentada somente para referência do leitor e que a redação no idioma alemão prevalece para fins de direito.

4. Relatório dos Auditores

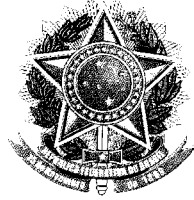
Auditamos as demonstrações contábeis anexas, incluindo o regime contábil, da Sete International GmbH, Viena, em relação ao exercício fiscal de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2012. Estas demonstrações contábeis compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012, a demonstração do resultado para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2012, e as respectivas notas explicativas. Conforme disposto segundo o Capítulo 275 (2) do UGB (provisão de compromisso referente à auditoria das demonstrações contábeis de empresas de pequeno e médio porte), nossa responsabilidade e compromisso com a Sociedade e terceiros decorrente da auditoria estão limitados a um total de EUR 2 milhões.

Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Contábeis e pelo Regime Contábil

A administração da Sociedade é responsável pelo regime contábil e pela elaboração e apresentação justa das demonstrações contábeis de acordo com as Práticas Contábeis adotadas na Áustria. Esta responsabilidade inclui: projetar, implementar e manter controle interno relevante à elaboração e apresentação justa das demonstrações contábeis que estejam isentas de distorções relevantes, seja devido à fraude ou erro; selecionar e aplicar políticas contábeis apropriadas; fazer estimativas contábeis que sejam razoáveis nas circunstâncias.

Responsabilidade dos Auditores e Descrição do Tipo e Escopo da Auditoria

Nossa responsabilidade é expressar um parecer sobre estas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria. Conduzimos nossa auditoria de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis na Áustria e as Normas sobre Auditoria da Áustria. Essas normas requerem que



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.: 9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09653/16

Livro 133

Folhas 402

observemos as diretrizes profissionais e que planejemos e executemos a auditoria para obter garantia razoável de que as demonstrações contábeis estejam livres de distorções relevantes.

Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter evidências de auditoria sobre os valores e divulgações contidos nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento dos auditores, inclusive a avaliação dos riscos de distorções relevantes das demonstrações contábeis, seja devido à fraude ou erro. Ao fazer essas avaliações de risco, os auditores consideram o controle interno relevante para a elaboração e apresentação justa pela Sociedade das demonstrações contábeis, a fim de elaborar procedimentos de auditoria que sejam apropriados para as circunstâncias, mas não com o intuito de expressar um parecer sobre a eficácia do controle interno da Sociedade. Uma auditoria também inclui avaliar a propriedade das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações contábeis.

Acreditamos que as evidências de auditoria que obtivemos são suficientes e apropriadas para fornecer uma base razoável para nosso parecer de auditoria.

Parecer

Nossa auditoria não deu ensejo a quaisquer objeções. Em nosso parecer, o qual se baseou nos resultados de nossa auditoria, as demonstrações contábeis cumprem os requisitos legais e oferecem uma visão fiel e justa da posição financeira da Sociedade em 31 de dezembro de 2012 e de seu desempenho financeiro para o exercício fiscal de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2012, de acordo com as Práticas Contábeis adotadas na Áustria.

Um relatório da administração não foi elaborado de acordo com o Capítulo 243 (4) do UGB.

Viena, 17 de abril de 2014.

PwC Wirtschaftsprüfung GmbH
Wirtschaftsprüfungs-und
Steuerberatungsgesellschaft

assinado: *[em branco]*
p.p. Christina Decker
Auditora Pública Certificada na Áustria

assinado: *[em branco]*
Karl Hofbauer
Auditor Público Certificado na Áustria

Não é permitida a divulgação, publicação e cópia das demonstrações contábeis juntamente com o relatório dos auditores de acordo com o Capítulo 281 (2) do UGB em uma forma que não esteja de acordo com os requisitos legais e que divirja da versão auditada por nós. Não poderá ser feita qualquer referência à nossa auditoria sem o nosso consentimento prévio.



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.: 9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09653/16

Livro 133

Folhas 403

Apêndices

Apêndice 1

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
do exercício fiscal de 01/01/2012 até 31/12/2012

Sete International GmbH

Schubertring 6
1010 Vienna
Austria

Balanco Patrimonial
31/12/2012

Sete International GmbH

ATIVO

31/12/2012 31/12/2011
€ €

A. ATIVO IMOBILIZADO

I. ATIVO FINANCEIRO

1. ações em empresas coligadas **331.147.490,75** **48.709.540,78**

B. ATIVO CIRCULANTE

I. RECEBÍVEIS E OUTRO ATIVO

1. recebíveis devidos das empresas coligadas 481.396.266,23 0,00

Outros 481.396.266,23 0,00

2. outros recebíveis e ativos 8.098.375,05 31,88

489.494.641,28 31,88

III. DEPÓSITOS BANCÁRIOS

3.541.095,65 2.950.546,77

493.035.736,93 **2.950.578,65**

C. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE, ENCARGOS DIFERIDOS

365.326,16 **0,00**

Total do ativo

824.548.553,84 **51.660.119,43**



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.: 9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09653/16

Livro 133

Folhas 404

Balanço Patrimonial
31/12/2012

Sete International GmbH

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

31/12/2012 31/12/2011
€ €

A. CAPITAL E RESERVAS

I. CAPITAL SOCIAL

51.035.000,00 51.035.000,00

II. RESERVAS DE CAPITAL

1. não destinadas

654.224.432,08 176.000,00

III. PREJUÍZO DO BALANÇO PATRIMONIAL

Prejuízo lançado dos exercícios anteriores

-25.794.149,17 -202.226,38
-202.226,38 -531,35
679.465.282,91 51.008.773,62

B. PROVISÕES

1. Provisões fiscais
2. Outras provisões

0,00 984,00
357.118,46 99.609,70
357.118,46 100.593,70

C. PASSIVO

1. Dívidas com bancos
2. Dívidas de bens e serviços
3. Dívidas a empresas coligadas
Outras
4. Outras dívidas
de impostos

0,00 26,05
0,00 40.726,06
139.761.064,35 0,00
139.761.064,35 0,00
4.965.088,12 510.000,00
4.965.088,12 0,00
144.726.152,47 550.752,11

Total do passivo e patrimônio líquido

824.548.553,84 51.660.119,43

PASSIVO CONTINGENTE

908.176.001,64 0,00



ALESSANDRA OTERO GOEDERT

TRADUTOR PÚBLICO

Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.: 9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09653/16

Livro 133

Folhas 405

Demonstração do Resultado

01/01/2012 - 31/12/2012

Sete International GmbH

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	2012	2011
	€	€
1. OUTRA RECEITA OPERACIONAL		
a) Outro	3.151.306,09	0,00
2. DESPESAS COM PESSOAL		
a) Despesas com pagamento de previdência social exigidas por lei, bem como impostos e contribuições obrigatórias incidentes sobre remuneração	55,36	0,00
3. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		
a) impostos, desde que não incidam sobre renda ou receita	6.803.340,82	0,00
b) outras	30.009.811,12	204.918,82
	<u>36.813.151,94</u>	<u>204.918,82</u>
4. RESULTADO OPERACIONAL	-33.661.901,21	-204.918,82
5. RECEITA FINANCEIRA E OUTRA RECEITA	14.518.751,07	4.480,79
6. RECEITA DE ALIENAÇÃO E REAVALIAÇÃO DE ATIVOS FINANCEIROS	18.900,00	0,00
7. DESPESAS DE JUROS E OUTRAS DESPESAS	6.465.922,65	0,00
8. RESULTADO FINANCEIRO	8.071.728,42	4.480,79
9. PREJUÍZO DE ATIVIDADES OPERACIONAIS	-25.590.172,79	-200.438,03
10. IMPOSTO DE RENDA E RECEITA	1.750,00	1.257,00
11. LUCRO LÍQUIDO	-25.591.922,79	-201.695,03
12. PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	-25.591.922,79	-201.695,03
13. PREJUÍZO LANÇADO DOS EXERCÍCIOS ANTERIORES	-202.226,38	-531,35
14. PREJUÍZO DO BALANÇO PATRIMONIAL	-25.794.149,17	-202.226,38



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.: 9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09653/16

Livro 133

Folhas 406

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis
do Exercício Financeiro de 2012

Sete International GmbH

Viena, Áustria

Princípios gerais

As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012 foram elaboradas de acordo com as atuais práticas contábeis do Código Comercial Austríaco (UGB).

A demonstração do resultado foi elaborada em formato de custo total.

Comparado aos exercícios anteriores, a apresentação das demonstrações contábeis permaneceu a mesma.

A sociedade está classificada como “sociedade limitada de pequeno porte”, de acordo com o parágrafo 221 do Código Comercial.

Princípios de avaliação e contabilidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas segundo as práticas contábeis adotadas na Áustria e apresentam uma visão fiel e justa da situação financeira da Sociedade.

O princípio da integralidade foi aplicado na elaboração das Demonstrações Contábeis.

A avaliação de ativos e passivos foi conduzida considerando o princípio da valorização de itens individuais e o conceito de operacionalidade.

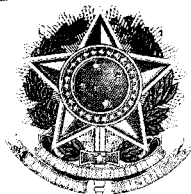
O princípio da prudência foi considerado mostrando somente os ganhos realizados na data do balanço patrimonial. Todos os riscos contabilizáveis e possíveis prejuízos futuros surgidos no exercício fiscal foram levados em conta.

Os princípios de avaliação permaneceram inalterados comparativamente aos exercícios anteriores.

Os ativos financeiros são avaliados ao custo de aquisição ou ao menor valor de mercado.

As contas a receber são avaliadas pelo seu valor nominal. Os riscos contabilizáveis são considerados por provisões individuais.

Os recebíveis em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio na data da contabilização inicial ou na data do balanço patrimonial, se anterior.



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.: 9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09653/16

Livro 133

Folhas 407

As provisões são calculadas de acordo com os requisitos legais e considerando todos os riscos contabilizáveis e as perdas previstas.

Os passivos são avaliados pelos valores de amortização.

Os passivos em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio na data da contabilização inicial ou na data do balanço patrimonial, se posterior.

A sociedade está incluída na demonstração contábil consolidada da Sete Brasil Participações S.A., Rio de Janeiro, Brasil. As demonstrações contábeis consolidadas são depositadas na Junta Comercial Civil de Viena, Áustria. Aplica-se o regulamento de acordo com o parágrafo 245 do Código Comercial.

Ativo imobilizado

O desenvolvimento do ativo imobilizado e detalhes à valorização:

	Valor de compra 01/01/2012 31/12/2012 €	Acréscimo Transferência €	Alienações Transferência €	Depreciação acumulada 01/01/2012 31/12/2012 €	Valor contábil 01/01/2012 31/12/2012 €	Depreciação Valorização €
I. Ativos Financeiros						
1. ações de empresas coligadas	48.709.540,78	375.831.510,83	83.013.190,47	0,00	48.709.540,78	0,00
	331.147.490,75	0,00	10.380.370,39	0,00	331.147.490,75	0,00

A empresa detém pelo menos 20% das seguintes companhias:

Companhia	Local da Sede	Patrimônio US\$	Participação no capital em %	Lucro ou prejuízo do exercício financeiro anterior US\$	Data de fechamento
ARPOADOR Drilling B.V.	Amsterdã	46.054.226,00	85,0	-387.775,00	31/12/2012
COPACABANA Drilling B.V.	Amsterdã	33.468.869,00	85,0	-393.533,00	31/12/2012
GRUMARI Drilling B.V.	Amsterdã	32.131.660,00	85,0	-469.436,00	31/12/2012
IPANEMA Drilling B.V.	Amsterdã	29.206.374,00	85,0	-469.238,00	31/12/2012
LEBLON Drilling B.V.	Amsterdã	29.206.172,00	85,0	-469.430,00	31/12/2012
LEME Drilling B.V.	Amsterdã	29.206.187,00	85,0	-469.432,00	31/12/2012
MARAMBAIA Drilling B.V.	Amsterdã	29.206.126,00	85,0	-469.552,00	31/12/2012
URCA Drilling B.V.	Amsterdã	33.194.279,00	85,0	-229.221,00	31/12/2012
GUARAPARI Drilling B.V.	Amsterdã	37.630.467,00	80,0	-539.004,00	31/12/2012
BRACUHY Drilling B.V.	Amsterdã	6.814.110,00	85,0	-29.625,00	31/12/2012
PORTOGALO Drilling B.V.	Amsterdã	6.813.753,00	85,0	-29.983,00	31/12/2012
MANGARATIBA Drilling B.V.	Amsterdã	6.814.173,00	85,0	-29.562,00	31/12/2012
BOTINAS Drilling B.V.	Amsterdã	6.814.276,00	85,0	-29.459,00	31/12/2012
ONDINA Drilling B.V.	Amsterdã	15.060.907,00	85,0	-202.829,00	31/12/2012
PITUBA Drilling B.V.	Amsterdã	9.969.115,00	85,0	-146.621,00	31/12/2012
BOIPEBA Drilling B.V.	Amsterdã	10.086.446,00	85,0	-29.290,00	31/12/2012



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.:9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09653/16	Livro 133	Folhas	408
INTERLAGOS Drilling B.V.	Amsterdã 2.666.583,00	85,0	-29.153,00 31/12/2012
ITAPEMA Drilling B.V.	Amsterdã 5.469.183,00	85,0	-426.533,00 31/12/2012
COMANDATUBA Drilling B.V.	Amsterdã 5.469.279,00	85,0	-426.457,00 31/12/2012
FRADE Drilling B.V.	Amsterdã 6.814.045,00	85,0	-29.691,00 31/12/2012
CAMBURI Drilling B.V.	Amsterdã 13.503.987,00	70,0	-29.749,00 31/12/2012
ITAOCA Drilling B.V.	Amsterdã 10.042.455,00	80,0	-31.281,00 31/12/2012
ITAUNAS Drilling B.V.	Amsterdã 10.003.659,00	70,0	-30.076,00 31/12/2012
SIRI Drilling B.V.	Amsterdã 10.403.157,00	80,0	-30.578,00 31/12/2012
SAHY Drilling B.V.	Amsterdã 9.285.346,00	70,0	-148.390,00 31/12/2012
CASSINO Drilling B.V.	Amsterdã 21.007.240,00	85,0	-16.496,00 31/12/2012
CURUMIM Drilling B.V.	Amsterdã 20.861.107,00	85,0	-22.629,00 31/12/2012
SALINAS Drilling B.V.	Amsterdã 20.832.220,00	85,0	-21.516,00 31/12/2012
JOATINGA Drilling B.V.	Amsterdã 4.128.146,00	100,0	-94.927,00 31/12/2012

Contas a receber e outros ativos

	Valor total €	Vencimento em até 1 ano €
Contas a receber e outros Ativos		
Contas a receber devidas de empresas coligadas	481.396.266,23	481.396.266,23
Exercício anterior	0,00	0,00
Outras	481.396.266,23	481.396.266,23
Exercício anterior	0,00	0,00
Outros recebíveis e ativos	8.098.375,05	8.098.375,05
Exercício anterior	31,88	31,88
Contas a receber	489.494.641,28	489.494.641,28
Exercício anterior	31,88	31,88

Passivo

	Valor total €	Vencimento em até 1 ano €	Vencimento em até 1 ano €	Vencimento em até 5 anos €
Passivo				
Dívidas com bancos	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercício anterior	26,05	26,05	0,00	0,00
Dívidas de bens e serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercício anterior	40.726,06	40.726,06	0,00	0,00
Dívidas com empresas coligadas	139.761.064,35	42.341.062,80	97.420.001,55	97.420.001,55
Exercício anterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	139.761.064,35	42.341.062,80	97.420.001,55	97.420.001,55
Exercício anterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras responsabilidades	4.965.088,12	4.965.088,12	0,00	0,00
Exercício anterior	510.000,00	510.000,00	0,00	0,00
Impostos	4.965.088,12	4.965.088,12	0,00	0,00
Exercício anterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Soma de contas a pagar	144.726.152,47	47.306.150,92	97.420.001,55	97.420.001,55
Exercício anterior	550.752,11	550.752,11	0,00	0,00



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.: 9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09653/16 Livro 133 Folhas 409

Passivos contingentes

	2012
	€
Copacabana Drilling B.V.	89.415.359,13
Grumari Drilling B.V.	90.349.504,63
Ipanema Drilling B.V.	84.117.066,96
Leblon Drilling B.V.	84.117.066,96
Leme Drilling B.V.	84.117.066,97
Marambaia Drilling B.V.	84.117.066,97
Guarapari Drilling B.V.	47.172.524,72
Ondina Drilling B.V.	34.212.734,96
Pituba Drilling B.V.	25.291.655,01
Boipeba Drilling B.V.	4.664.523,67
Camburi Drilling B.V.	37.227.226,04
Itaoca Drilling B.V.	30.032.594,75
Itaunas Drilling B.V.	30.216.068,16
Cassino Drilling B.V.	63.750.541,60
Curumim Drilling B.V.	63.103.799,68
Salinas Drilling B.V.	62.271.201,41
Total	908.176.001,64

Despesas com pessoal

	2012	2011
	€	TE
a. Despesas com pagamento de previdência social exigidas por lei, bem como impostos e contribuições obrigatórias incidentes sobre remuneração	55,36	0,00

Outras despesas operacionais

	2012	2011
	€	TE
a. impostos, desde que não incidam sobre renda ou receita	6.803.340,82	0,00
b. outro	30.009.811,12	204,92
	36.813.151,94	204,92



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.: 9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09653/16 Livro 133 Folhas 410

Outras informações

Os Diretores Executivos da Companhia são:

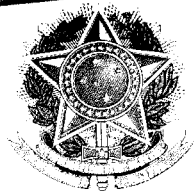
Nome	de	até
Isabela Costa de Faria	01/04/2011	23/09/2012
Adriano Jose dos Santos Fagundes	03/05/2012	14/09/2012
André Vinicius Celani Duarte	01/12/2013	
Susanna Gmeiner	29/07/2011	23/09/2012
Mag. Peter Anton Hammerschmidt	13/07/2010	
Wanderley Rezende de Souza	24/09/2012	02/12/2013

Número médio de empregados

	2012	2011
Operários	0	0
Empregados	0	0
	<u>0</u>	<u>0</u>

Viena, 17 de abril de 2014.

Diretores Executivos



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.:9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09653/16

Livro 133

Folhas 411

Apêndice 2/1

[Logotipo KAMMER DER WRTSCHAFTSTREUHÄNDER]

Condições Gerais do Contrato
para
as Profissões de Auditoria Pública
(AAB 2011)

Estabelecidas pelo Grupo de Trabalho para Honorários e Condições de Contrato da Câmara de Auditores Públicos e Assessores Fiscais, recomendadas para uso pelo Conselho da Câmara de Auditores Públicos e Assessores Fiscais na sua decisão de 8 de março de 2002, em 21 de outubro de 2004, em 18 de dezembro de 2006, em 31 de agosto de 2007, em 26 de fevereiro de 2008, em 30 de junho de 2009, em 22 de março de 2010, bem como em 21 de fevereiro de 2011.

Preâmbulo e Pontos Gerais

(1) As Condições Gerais de Contrato para as profissões no setor da Auditoria Pública estão divididas em quatro seções: A Seção I trata de contratos para prestação de serviços, excluindo contratos referentes à escrituração contábil, administração e contabilidade da folha de pagamentos e determinação de impostos e contribuições relacionados à folha de pagamento; a Seção II trata de contratos para a prestação de serviços no setor de escrituração contábil, contabilidade e administração da folha de pagamentos e determinação de impostos e contribuições; a Seção III abrange contratos não considerados como contratos para prestação de serviços, enquanto a Seção IV é devotada a negócios do consumidor cobertos pela Lei do Consumidor da Áustria.

(2) Na eventualidade de disposições individuais destas Condições Gerais de Contrato serem nulas, isto não deverá afetar a validade das disposições remanescentes. A disposição inválida deverá ser substituída por uma disposição válida que esteja o mais próximo possível do objetivo desejado.

(3) A pessoa autorizada a exercer a profissão no setor da Auditoria Pública estará obrigada a prestar os serviços negociados de acordo com os princípios do devido cuidado e conduta profissional. Ela terá o direito de contratar pessoal adequado para a execução do contrato. Isto deverá se aplicar a todas as seções das Condições Gerais de Contrato.

(4) Finalmente, a lei estrangeira somente deverá ser levada em consideração pela pessoa autorizada a exercer a profissão, se isto for explicitamente avençado, por escrito. Isto deverá se aplicar a todas as seções das Condições Gerais de Contrato.

(5) O trabalho preparado nos escritórios da pessoa autorizada a exercer a profissão poderá, a critério da pessoa autorizada a exercer a profissão, ser conduzido utilizando ou não o processamento eletrônico de dados. Caso o processamento eletrônico de dados seja usado, o cliente – não a pessoa autorizada a exercer a profissão – é obrigado a efetuar os registros ou notificações requeridos segundo as disposições pertinentes da Lei de Proteção de Dados.



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.: 9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09653/16

Livro 133

Folhas 412

(6) O cliente compromete-se a não empregar o pessoal da pessoa autorizada a exercer a profissão durante e durante o prazo de um ano após o término da relação contratual, seja em sua companhia ou em uma companhia associada, e caso essa condição não seja cumprida, o cliente estará obrigado a pagar à pessoa autorizada a exercer a profissão o montante do salário anual do empregado incorporado.

SEÇÃO I

1. Escopo

(1) As Condições Gerais de Contrato na Seção I deverão se aplicar a contratos referentes a auditorias (obrigatórias ou voluntárias), com ou sem o certificado dos auditores, pareceres de especialistas, pareceres de peritos judiciais, preparação de demonstrações contábeis anuais e outras demonstrações contábeis, consultoria fiscal e outros serviços a serem prestados no âmbito de um contrato de prestação de serviços, excluindo escrituração contábil, administração e contabilidade da folha de pagamentos e determinação de impostos e contribuições relacionados à folha de pagamento.

(2) As Condições Gerais de Contrato deverão se aplicar, se o seu uso tiver sido explícita e tacitamente acordado. Além disso, na ausência de outro acordo, elas deverão ser usadas como referência para facilitar a interpretação.

(3) O Ponto 8 também deverá ser aplicado a terceiros cujos serviços, em determinados casos, poderão ser solicitados pela contratada para a execução do contrato.

2. Escopo e Execução do Contrato

(1) Referências devem ser feitas aos Itens 3 e 4 do Preâmbulo.

(2) Caso haja uma mudança na situação legal após a entrega de uma declaração profissional final aprovada pelo cliente verbalmente ou por escrito, a pessoa autorizada a exercer a profissão não será obrigada a informar ao cliente as mudanças ou as suas consequências. Isto também deverá se aplicar às partes concluídas de um contrato.

(3) Um pedido submetido pela pessoa autorizada a exercer a profissão a uma autoridade (ex.: secretaria da receita, seguridade social) por meios eletrônicos, deverá ser considerado como não tendo sido assinado nem pela pessoa autorizada a exercer a profissão nem pela pessoa autorizada a submeter esse pedido.

3. Obrigação do Cliente de Fornecer Informações e Submeter um Conjunto Completo de Documentos

(1) O cliente deverá se assegurar de que todos os documentos requeridos para a assinatura do contrato sejam colocados, pontualmente e sem solicitação especial, à disposição da pessoa autorizada a exercer a profissão e que ele seja informado de todos os eventos e circunstâncias que possam ter importância para a assinatura do contrato. Isto também deverá ser aplicado a documentos, eventos e circunstâncias que cheguem ao conhecimento somente depois que a pessoa autorizada a exercer a profissão tiver começado seu trabalho.



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.: 9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09653/16

Livro 133

Folhas 413

(2) O cliente deverá confirmar por escrito que todos os documentos submetidos, todas as informações fornecidas e explicações dadas no contexto de auditorias, pareceres de especialistas e serviços de especialistas estejam completos. Esta declaração poderá ser feita nos formulários especialmente designados para este fim.

(3) Se o cliente deixar de divulgar riscos consideráveis em relação à preparação de demonstrações contábeis anuais e outras demonstrações, a contratada não será obrigada a pagar qualquer indenização a este respeito.

4. Manutenção da Independência

(1) O cliente será obrigado a tomar todas as medidas para assegurar que a independência dos empregados da pessoa autorizada a exercer a profissão seja mantida, devendo abster-se de prejudicar sua independência de qualquer forma. Em particular, isto deverá se aplicar a ofertas de trabalho e a ofertas para aceitar contratos por sua própria conta.

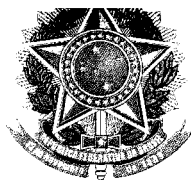
(2) O cliente consente que seus detalhes pessoais, quer dizer, seu nome e o tipo e escopo dos serviços, inclusive o período de execução, acordados entre o profissional e o cliente (tanto serviços de auditoria ou não), sejam manuseados no âmbito da rede de informações (rede) à qual o profissional pertence, e para este fim transferido para os outros membros da rede de informações (rede), inclusive no exterior (uma lista de todos os receptores de comunicações deverá ser enviada ao cliente, a pedido deste, pelo profissional contratado) com o fim de examinar a existência de motivo para preconceito ou motivo para exclusão, na acepção das Seções 271 et seq. do Código da Companhia (UGB). Para este fim, o cliente isenta o profissional, de acordo com a Lei de Proteção de Dados e de acordo com a Seção 91, Subseção 4, Cláusula 2 da Lei de Auditoria, Assessoria Fiscal e Profissões Relacionadas (WTBG), de sua obrigação de manter sigilo. Além do mais, o cliente reconhece neste contexto que em estados que não são membros da EU, poderá prevalecer um nível menor de proteção de dados do que na EU. O cliente pode revogar este consentimento, a qualquer tempo, por escrito, ao profissional.

5. Requisitos para Emissão de Relatório

(1) Na ausência de acordo em contrário, um relatório por escrito deverá ser redigido no caso de auditorias e pareceres de especialistas.

(2) Todas as informações e pareceres da pessoa autorizada a exercer a profissão e seus empregados somente serão vinculantes se estiverem estabelecidos ou confirmados por escrito. Pareceres escritos somente serão aqueles nos quais houver uma assinatura da companhia. Pareceres escritos, em nenhuma circunstância, deverão ser informações enviadas eletronicamente, especialmente não por e-mail.

(3) Erros de transmissão não podem ser excluídos quando informações e dados são transmitidos eletronicamente. A pessoa autorizada a exercer a profissão e seus empregados não serão responsáveis por prejuízos decorrentes em consequência de transmissão eletrônica. A transmissão eletrônica correrá exclusivamente por conta e risco do cliente. O cliente está ciente



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.: 9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09653/16

Livro 133

Folhas 414

de que a confidencialidade não é garantida quando a internet for usada. Além disso, alterações ou complementos a documentos transmitidos somente serão permitidos sujeito à aprovação explícita.

(4) O recebimento e o encaminhamento de informações à pessoa autorizada a exercer a profissão e seus empregados nem sempre são garantidos quando se fizer uso do telefone, em particular, em conjunto com sistemas de atendimento de telefone automático, fax, e-mail e outros meios eletrônicos de comunicação. Como resultado, instruções e informações importantes somente serão consideradas como tendo sido recebidas pela pessoa autorizada a exercer a profissão, se também forem recebidas por escrito, salvo se uma confirmação explícita do recebimento for fornecida em casos individuais. A confirmação automática de que itens foram transmitidos e lidos não constituirá como tal confirmações explícitas de recebimento. Isto deverá se aplicar particularmente à transmissão de decisões e outras informações referentes a prazos finais. Como resultado, notificações críticas e importantes devem ser enviadas à pessoa autorizada a exercer a profissão por correio ou courier. A entrega de documentos a empregados fora dos escritórios da empresa não deverá contar como entrega.

(5) O cliente concorda que lhe sejam enviadas informações periódicas referentes à Lei Geral Tributária e à Lei Geral Comercial pela pessoa autorizada a exercer a profissão via meios eletrônicos. Isto não deverá se aplicar a informações não solicitadas de acordo com o §107 da Lei Austríaca de Telecomunicações (TKG).

6. Proteção de Propriedade Intelectual da Pessoa Autorizada a Exercer a Profissão

(1) O cliente será obrigado a assegurar que relatórios, pareceres de especialistas, estruturas organizacionais, minutas, desenhos, cálculos e similares, emitidos pela pessoa autorizada a exercer a profissão, sejam usados somente para a finalidade especificada no contrato (ex.: conforme a Seção 44, Parágrafo 3 da Lei Austríaca do Imposto de Renda de 1988). Além do mais, declarações profissionais aprovadas pelo cliente, verbalmente ou por escrito, feitas pela pessoa autorizada a exercer a profissão poderão ser repassadas a uma terceira parte somente com o consentimento, por escrito, da pessoa autorizada a exercer a profissão.

(2) Não deverá ser permitido para fins promocionais, o uso de declarações profissionais aprovadas pelo cliente, verbalmente ou por escrito, feitas pela pessoa autorizada a exercer a profissão. A violação desta disposição dará à pessoa autorizada a exercer a profissão o direito de rescindir, sem aviso prévio ao cliente, todos os contratos ainda não executados.

(3) A pessoa autorizada a exercer a profissão deverá reter o direito autoral do seu trabalho. A permissão para o uso do trabalho estará sujeita ao consentimento, por escrito, da pessoa autorizada a exercer a profissão.

7. Correção de Erros

(1) A pessoa autorizada a exercer a profissão terá o direito e será obrigada a corrigir todos os erros e incorreções em sua declaração profissional aprovada pelo cliente verbalmente ou por escrito, que subseqüentemente apareçam, devendo informar o cliente o fato sem demora. Terá



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.: 9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09653/16

Livro 133

Folhas 415

também o direito de informar a mudança a uma terceira parte que tenha conhecimento da declaração original.

(2) O cliente tem o direito de ter todos os erros corrigidos sem ônus, se a contratada puder ser responsabilizada por eles. Este direito expirará seis meses após a conclusão dos serviços prestados pela pessoa autorizada a exercer a profissão e/ou – nos casos em que uma declaração escrita não tiver sido entregue – seus meses depois que a pessoa autorizada a exercer a profissão tiver concluído o trabalho que der motivo para a reclamação.

(3) Se a contratada deixar de corrigir os erros que aparecerem, o cliente terá o direito de exigir uma redução no preço. Até que ponto reivindicações adicionais por perdas e danos podem ser asseveradas encontra-se estipulado no Ponto 8.

8. Responsabilidade

(1) A pessoa autorizada a exercer a profissão somente será responsável pela violação intencional ou por negligência grave dos deveres e obrigações contratuais firmados.

(2) Nos casos de negligência grave, a responsabilidade máxima por danos devida pela pessoa nomeada autorizada a exercer a profissão é dez vezes a soma de seguro mínima do seguro de responsabilidade profissional, de acordo com a Seção 11 da Lei sobre Profissionais no Setor de Auditoria Pública (WTBG) na versão válida atual.

(3) Qualquer ação por perdas e danos poderá somente ser instaurada dentro de seis meses depois que aqueles que tenham o direito de asseverar uma reivindicação tenham tido conhecimento dos danos, porém não antes de três anos após a ocorrência da perda (inicial) após o incidente, sobre o qual a reivindicação se baseia, salvo se outros períodos de limitação sejam estabelecidos em outras disposições legais.

(4) Caso a Seção 275 do Código de Empresas Comerciais Austríaco (Código Comercial, UGB) seja obrigatoriamente aplicável, as disposições de responsabilidade conforme a Seção 275 deverão se aplicar quando estas representarem a lei obrigatória, mesmo nos casos em que diversas pessoas tenham participado da assinatura do contrato ou em que diversas atividades que exigiam remuneração tenham ocorrido, independentemente do fato de outros participantes terem agido intencionalmente.

(5) Nos casos em que um certificado de auditoria formal seja emitido, o período de limitação aplicável deverá começar o mais tardar na ocasião da emissão do referido certificado de auditoria.

(6) Se forem conduzidas atividades utilizando-se dos serviços de uma terceira parte, ex.: uma empresa de processamento de dados, e o cliente for informado disto, quaisquer reivindicações de garantia e reivindicações por perdas e danos que sejam levantadas contra a terceira parte de acordo com a lei e de acordo com as condições da terceira parte, serão consideradas como tendo sido repassadas ao cliente. A pessoa autorizada a exercer a profissão somente será responsável por negligência em ter escolhido a terceira parte.



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.: 9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09653/16

Livro 133

Folhas 416

(7) A pessoa autorizada a exercer a profissão não será responsável perante uma terceira parte, se suas declarações profissionais forem repassadas pelo cliente, verbalmente ou por escrito, sem a aprovação ou o conhecimento da pessoa autorizada a exercer a profissão.

(8) As disposições acima deverão se aplicar não somente em relação ao cliente, mas também em relação às terceiras partes, se a pessoa autorizada a exercer a profissão, em casos excepcionais, for responsável pelo seu trabalho. Em qualquer caso, um terceiro não pode levantar reivindicações que estejam além de qualquer reivindicação levantada pelo cliente. A soma máxima de responsabilidade somente será válida uma vez para todas as partes prejudicadas, inclusive as reivindicações de indenização do cliente, mesmo se diversas pessoas (o cliente e um terceiro ou diversos terceiros) tiverem sido ofendidas; as reivindicações das partes ofendidas deverão ser satisfeitas na ordem em que as reivindicações foram levantadas.

9. Sigilo, Proteção de Dados

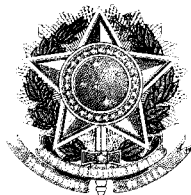
(1) De acordo com a Seção 91 WTBG, a pessoa autorizada a exercer a profissão será obrigada a manter sigilo em todas as questões que cheguem ao seu conhecimento em relação ao seu trabalho para o cliente, salvo se o cliente a isentar deste dever ou se ela for obrigada por lei a entregar uma declaração.

(2) À pessoa autorizada a exercer a profissão é permitido entregar relatórios, pareceres de especialistas e outras declarações escritas referentes aos resultados dos seus serviços a terceiros somente com a permissão do cliente, salvo se for obrigada a fazê-lo por lei.

(3) A pessoa autorizada a exercer a profissão está autorizada a processar dados pessoais a ela confiados no âmbito da estrutura da finalidade do contrato ou tê-los processado por um terceiro de acordo com o Ponto 8, Item 5. A pessoa autorizada a exercer a profissão deverá garantir que, de acordo com a Seção 15 da Lei de Proteção de Dados, o sigilo será mantido. De acordo com a Seção 11 da Lei de proteção de Dados, o material disponibilizado à pessoa autorizada a exercer a profissão (transmissor de dados, dados, números de controle, análises e programas), bem como todos os resultados obtidos como resultado do trabalho prestado deverão ser devolvidos ao cliente, exceto se este tiver solicitado, por escrito, que o material e/ou resultados sejam transferidos a um terceiro. A pessoa autorizada a exercer a profissão será obrigada a tomar medidas para assegurar que o cliente possa cumprir sua obrigação de fornecer informações de acordo com a Seção 26 da Lei de Proteção de Dados. As instruções do cliente requeridas para este fim deverão ser dadas por escrito à pessoa autorizada a exercer a profissão. Exceto se um honorário tiver sido negociado para fornecer essas informações, ao cliente será cobrado somente os esforços efetivamente realizados. O cliente deverá cumprir sua obrigação de fornecer informações àqueles implicados e/ou registrar no registro de processamento de dados, salvo se o contrário tiver sido explicitamente acordado por escrito.

10. Rescisão

(1) Salvo acordado de outro modo por escrito ou estipulado por força de lei, qualquer parceiro contratual terá o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo com efeito imediato. O honorário deverá ser calculado de acordo com o Ponto 12.



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.: 9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09653/16

Livro 133

Folhas 417

(2) Entretanto, um acordo de continuidade (mesmo com um honorário fixo) – sempre a ser presumido em caso de dúvida – poderá, sem justa razão (cf. Seção 88 item 4 WTBG), somente ser rescindido ao final do mês civil, observando-se um prazo de aviso prévio de três meses, salvo se acordado de outro modo por escrito.

(3) Exceto nos casos listados no Item 5, no caso de rescisão de um acordo de continuidade, somente aquelas tarefas farão parte da lista de trabalhos a serem completados e terminados que podem ser concluídos integralmente ou na maior parte dentro do prazo do aviso prévio, sendo que as demonstrações contábeis e as declarações anuais de imposto de renda estarão sujeitas à conclusão satisfatória dentro de dois meses calculados a partir da data do balanço patrimonial. Neste caso, os trabalhos acima mencionados devem efetivamente ser completados dentro um prazo razoável, se todos os documentos e registros requeridos forem fornecidos sem demora e se nenhuma razão justa for citada na aceitação da Seção 88, Parágrafo 4 WTGB.

(4) No caso de rescisão de acordo com o Item 2, o cliente deverá ser informado, por escrito, dentro de um mês, quais tarefas na ocasião da rescisão são consideradas como sendo parte do trabalho a ser concluído.

(5) Se o cliente não for informado dentro deste prazo sobre as tarefas ainda a serem realizadas, o acordo de continuidade será considerado rescindido mediante a conclusão das tarefas em andamento na data em que o aviso de rescisão for entregue.

(6) Caso aconteça que no caso de um acordo de continuidade, conforme definido nos itens 2 e 3 – por qualquer razão – mais de dois trabalhos similares que sejam normalmente concluídos somente uma vez ao ano (ex.: demonstrações contábeis ou declarações anuais de imposto, etc.) devam ser completados, quaisquer desses trabalhos que excederem este número deverão ser considerados como tarefas a serem completadas somente com o consentimento explícito do cliente. Se aplicável, o cliente deverá ser informado desta explicitação na declaração referente ao item 4.

11. Falta de Aceitação e Falta de Cooperação por Parte do Cliente

Se o cliente deixar de aceitar os serviços prestados pela pessoa autorizada a exercer a profissão ou deixar de realizar uma tarefa a ele incumbida, seja de acordo com o Ponto 3 ou a ele imposta de outra forma, a pessoa autorizada a exercer a profissão terá o direito de rescindir o contrato sem aviso prévio. Seus honorários serão calculados de acordo com o Ponto 12. A falta de aceitação ou a falta de cooperação por parte do cliente também justificarão uma reivindicação de indenização feita pela pessoa autorizada a exercer a profissão pelo tempo e mão-de-obra extra aqui dispendidos, bem como pelos danos causados, se a pessoa autorizada a exercer a profissão não invocar seu direito de rescindir o contrato.

12. Direito ao Honorário

(1) Se o contrato deixar de ser executado (ex.: devido à rescisão), a pessoa autorizada a exercer a profissão terá direito ao honorário negociado, desde que esta estava preparada para prestar os serviços e foi impedida de fazê-lo pelas circunstâncias causadas pelo cliente (Seção 1168 do



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.: 9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09653/16

Livro 133

Folhas 418

Código Civil (ABGD). Neste caso, a pessoa autorizada a exercer a profissão não necessita deduzir o valor que ela obteve ou poderia ter obtido mediante o uso alternativo dos seus próprios serviços profissionais ou daqueles de seus empregados.

(2) Se o cliente deixar de cooperar e a tarefa não puder ser realizada por falta de cooperação, a pessoa autorizada a exercer a profissão também terá o direito de definir um prazo de carência razoável, ficando entendido que, se este prazo de carência expirar sem resultados, o contrato deverá ser considerado cancelado e as consequências indicadas no Item 1) deverão ser aplicadas.

(3) Se a pessoa autorizada a exercer a profissão rescindir o contrato sem motivo justo e em um momento inoportuno, ela deverá compensar o cliente pelos danos causados de acordo com o Ponto 8.

(4) Se o cliente – tendo sido informado da situação legal – concordar que a pessoa autorizada a exercer a profissão complete devidamente a tarefa, o trabalho deverá ser completado de acordo.

13. Honorário

(1) Exceto se as partes tiverem concordado que os serviços seriam prestados sem ônus ou exceto explicitamente estipulado de outro modo, uma remuneração apropriada de acordo com as Seções 1004 e 1152 do Código Civil Austríaco (ABGB) será devida. Exceto se um acordo diferente tiver sido comprovadamente estabelecido, os pagamentos feitos pelo cliente deverão, em todos os casos, ser creditados contra a dívida mais antiga. A reivindicação de remuneração por parte da pessoa autorizada a exercer a profissão é baseada em um acordo concluído entre ela e o diretor envolvido.

(2) Entendimentos adequados entre a pessoa autorizada a exercer a profissão e seus diretores são mais eficientemente estabelecidos mediante acordos de remuneração claramente expressados.

(3) A menor unidade de prestação de serviço que poderá ser cobrada é de um quarto de hora.

(4) O tempo de viagem, conforme necessário, também é cobrado na maioria dos casos.

(5) Poderá também ser cobrado como um item especial o estudo de documentos os quais, em termos de sua natureza e extensão, possam se provar necessários para a preparação da pessoa autorizada a exercer a profissão no seu próprio escritório.

(6) Caso uma remuneração já convencionada prove ser inadequada como resultado da ocorrência subsequente de circunstâncias especiais ou exigências especiais do diretor, negociações adicionais para se chegar a um acordo com uma remuneração mais adequada são habituais. Isto também normalmente se aplica no que diz respeito a remunerações em somas fixas inadequadas.

(7) Pessoas autorizadas a exercer a profissão também incluem despesas com custos complementares e imposto de valor agregado (faturamento), além dos acima.

(8) Custos complementares também incluem despesas em dinheiro documentadas ou com taxa fixa, despesas de viagem (primeira classe para viagens de trem, vagão-dormitório (wagon lits),



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.: 9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09653/16

Livro 133

Folhas 419

se necessário, exigências dietéticas, auxílio quilometragem, despesas com fotocópias e custos complementares similares.

(9) Caso obrigações de terceiros específicas estejam envolvidas, os prêmios de seguro necessários também contam como custos complementares.

(10) Despesas com pessoal e material para a preparação de relatórios, documentos especializados e similares também são vistos como custos complementares.

(11) Para o estabelecimento de uma comissão na qual a conclusão mútua envolve diversas pessoas autorizadas a exercer a profissão, cada uma delas cobrará sua própria remuneração.

(12) Remunerações e pagamentos de adiantamento requeridos são devidos imediatamente após o recebimento de sua reclamação por escrito, caso não existirem quaisquer outros acordos. Quando os pagamentos de remuneração forem efetuados mais do que 14 dias depois da data do vencimento, poderão ser cobrados juros de mora. No que diz respeito a transações comerciais mútuas, fica estabelecida uma taxa de juros de mora de 8% acima da taxa base (cf. Seção 352 do Código de Empresas Comerciais Austríaco (Código Comercial UGB))

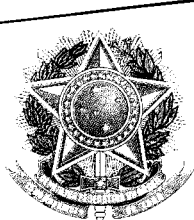
(13) O prazo de prescrição é de acordo com a Seção 1486 do Código Civil Austríaco (ABGB), iniciando na ocasião da conclusão do serviço envolvido ou uma prestação de contas subsequente após um limite de tempo apropriado.

(14) Poderá ser levantada uma objeção por escrito contra faturas apresentadas pelo fiduciário nomeado até 4 semanas após a data da apresentação. De outro modo, a fatura será considerada aceita. A entrada de uma fatura no sistema contábil do receptor também é considerada como aceitação.

(15) A aplicação do § 934 ABGD (Código Civil Austríaco) na aceção do §351 do Código de Empresas Comerciais Austríaco (Código Comercial, UGB), i.e. rescisão for *laesio enormis* (lesão enorme) entre empreendedores, é neste ato renunciada.

14. Outras Disposições

(1) Além da taxa ou honorário razoável cobrado, a pessoa autorizada a exercer a profissão terá o direito de reivindicar reembolso de despesas. Ela pode solicitar pagamentos de adiantamentos e pode fazer a entrega dos resultados do seu trabalho (continuado), dependendo do cumprimento satisfatório de suas exigências. Neste contexto, far-se-á referência ao direito legal de retenção (Seção 471 do Código Civil (ABGB), Seção 369 do Código de Empresas Comerciais Austríaco (Código Comercial, UGB). Se o direito de retenção for erroneamente exercido, a pessoa autorizada a exercer a profissão somente será responsável no caso de negligência grave até o valor pendente do seu honorário. Com relação a pedidos existentes, a prestação de serviços adicionais poderá ser recusada até que o pagamento dos serviços anteriores seja efetuado. Isto deverá se aplicar analogamente se os serviços forem prestados em prestações e as prestações dos honorários estiverem pendentes.



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.: 9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09653/16

Livro 133

Folhas 420

(2) Depois que todos os dados a serem arquivados, que tenham sido preparados pelo contador público e pelo assessor fiscal, tiverem sido entregues ao cliente ou ao contador público ou assessor fiscal sucessor, a pessoa autorizada a exercer a profissão poderá deletar os dados em questão.

(3) Com a exceção de erros essenciais óbvios, uma reclamação referente ao trabalho da pessoa autorizada a exercer a profissão não deverá justificar a retenção da remuneração devida de acordo com o Item 1.

(4) A compensação das reivindicações de remuneração feitas pela pessoa autorizada a exercer a profissão de acordo com o Item 1 somente será permitida se as exigências não forem contestadas e forem legalmente válidas.

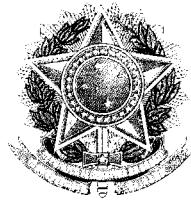
(5) A pedido e custas do cliente, a pessoa autorizada a exercer a profissão deverá entregar todos os documentos recebidos do cliente no âmbito do escopo de suas atividades. Entretanto, isto não deverá se aplicar à correspondência entre a pessoa autorizada a exercer a profissão e seu cliente, a documentos originais em seu poder ou a documentos que devam ser mantidos de acordo com a diretriz sobre lavagem de dinheiro. A pessoa autorizada a exercer a profissão poderá fazer ou reter cópias ou duplicatas dos documentos a serem devolvidos ao cliente. O cliente será obrigado a custear as despesas, na medida em que estas cópias ou duplicatas possam ser exigidas como prova da execução regular de todos os deveres profissionais por parte da pessoa autorizada a exercer a profissão.

(6) No caso de rescisão do contrato, a contratada poderá cobrar um honorário apropriado por consultas adicionais após a rescisão do contrato e para conceder acesso às informações relevantes sobre a companhia auditada.

(7) O cliente deverá buscar os documentos entregues à pessoa autorizada a exercer a profissão no prazo de três meses após o trabalho ter sido completado. Caso o cliente não o faça, a pessoa autorizada a exercer a profissão terá o direito de devolvê-los ao cliente às custas deste ou de cobrar encargos pela sua guarda segura, se a pessoa autorizada a exercer a profissão puder provar que pediu duas vezes ao cliente para buscar os documentos entregues.

(8) A pessoa autorizada a exercer a profissão terá direito à remuneração de quaisquer honorários que sejam devidos pelo uso de quaisquer fundos depositados disponíveis, saldos de compensação, fundos fiduciários ou outros recursos líquidos a sua disposição, mesmo se estes fundos forem explicitamente destinados a serem guardados em segurança, se o cliente tiver que contar com uma reconvenção da pessoa autorizada a exercer a profissão.

(9) Para proteger um honorário existente ou futuro a ser pago, a pessoa autorizada a exercer a profissão terá o direito de transferir um saldo devido pelo cliente na secretaria da receita ou um outro saldo devido pelo cliente referente a encargos e contribuições, em uma conta fiduciária. Neste caso, o cliente deverá ser informado sobre a transferência. Subsequentemente, o valor garantido poderá ser cobrado, depois que tenha se chegado a um acordo com o cliente ou depois que tenha sido declarada sua exigibilidade por execução.



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.: 9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09653/16

Livro 133

Folhas 421

15. Lei Aplicável, Local de Execução, Jurisdição

- (1) O contrato, sua execução e as reivindicações dele resultantes deverão ser regidos exclusivamente pela lei da Áustria.
- (2) O local de execução deverá ser o local de negócios da pessoa autorizada a exercer a profissão.
- (3) Em caso de litígios, o tribunal do local de execução deverá ser o tribunal competente.

16. Disposições Complementares para Auditorias

- (1) Para auditorias regulamentares de demonstrações contábeis que sejam conduzidas a fim de emitir um certificado de auditoria formal (ex.: Seção 268 e as seções seguintes do Código das Sociedades), a finalidade do contrato, exceto acordado de outro modo por escrito, não deverá ser investigar se os regulamentos referentes a leis fiscais ou regulamentos específicos, ex.: fixação de preços, restrição da concorrência e regulamentos cambiais foram observados. Não deverá também ser a finalidade da auditoria regulamentar de demonstrações contábeis investigar se o negócio é conduzido de maneira econômica, eficiente e expediente. No âmbito da estrutura de uma auditoria regulamentar de uma demonstração contábil não existe a obrigação de detectar a falsificação de contas ou outras irregularidades.
- (2) Quando um certificado de auditoria com ou sem ressalvas for emitido dentro do escopo de uma auditoria regulamentar das demonstrações contábeis anuais, o certificado de auditoria emitido deverá ser apropriado para o respectivo tipo de entidade comercial.
- (3) Se as demonstrações contábeis forem publicadas juntamente com o certificado de auditoria, elas deverão somente ser publicadas no formato confirmado ou explicitamente permitido pelos auditores.
- (4) Se os auditores revogarem seu certificado de auditoria, o uso adicional deste não será mais permitido. Se as demonstrações contábeis tiverem sido publicadas com o certificado de auditoria, a sua revogação também deverá ser publicada.
- (5) Para outras auditorias regulamentares e voluntárias de demonstrações contábeis, bem como para outras auditorias, os princípios acima deverão se aplicar de acordo.

17. Disposições Complementares referentes à Preparação de Demonstrações Contábeis Anuais e Outras Demonstrações Contábeis, Consultoria e Outros Serviços a serem Prestados dentro da Estrutura de um Contrato para a Prestação de Serviços

- (1) A pessoa autorizada a exercer a profissão, ao realizar as atividades acima mencionadas, deverá ser justificada ao aceitar informações fornecidas pelo cliente, em particular, números, como corretas. Entretanto, ela é obrigada a informar o cliente quaisquer erros que identificar. O cliente deverá apresentar à pessoa autorizada a exercer a profissão todos os documentos importantes requeridos para manter os prazos finais, em particular, autuações fiscais, com pontualidade, de modo a garantir que a pessoa autorizada a exercer a profissão tenha um tempo razoável, porém não inferior a uma semana, para processar as informações.



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.: 9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09653/16

Livro 133

Folhas 422

(2) Na ausência de acordos escritos em contrário, consultoria deverá consistir das seguintes atividades:

- a) preparar declarações de imposto anuais para imposto de renda e imposto de renda pessoa jurídica, bem como imposto de valor agregado (IVA) com base nas demonstrações contábeis e outros documentos e papéis requeridos para fins de tributação e a serem submetidos pelo cliente ou preparados pela contratada;
- b) examinar as autuações fiscais para as declarações de imposto mencionadas em a).
- c) negociar com as autoridades fiscais em relação às declarações de imposto e autuações mencionadas em a e b);
- d) participar de auditorias fiscais externas e determinar os resultados das auditorias fiscais externas com relação aos impostos mencionado em a);
- e) participar de procedimentos de apelação com relação aos impostos mencionados em a). Se a pessoa autorizada a exercer a profissão receber um honorário fixo pela consultoria fiscal regular, na ausência de acordos escritos em contrário, as atividades mencionadas em d) e e) deverão ser faturadas separadamente.

(3) Questões particulares pertinentes a imposto de renda, imposto de renda pessoa jurídica e declaração de imposto de valor proporcional, bem como todas as questões relacionadas ao imposto de valor agregado, retenção de imposto sobre salários e ordenados e outros impostos e tributos somente deverão ser preparados com base em um contrato específico. Isto também deverá ser aplicado aos seguintes:

- a) processamento de questões não recorrentes pertinentes a imposto, ex.: imposto sobre herança, imposto sobre transferência de capital, imposto de transferência de terra;
- b) a defesa e consultoria em procedimentos penais relacionados aos impostos mencionados;
- c) prestação de consultoria e pareceres de especialista em questões pertinentes à fundação, reestruturação, fusão, aumento e redução de capital e reorganização de uma companhia, admissão e retirada de um acionista ou sócio, venda de um negócio, liquidação, consultoria de administração e outras atividades de acordo com as Seções 3 a 5 da Lei sobre Profissões no Setor de Auditoria Pública (WTBG);
- d) a preparação de pedidos ao Registro de Sociedades com respeito às demonstrações contábeis, incluindo a manutenção de registros exigidos.

(4) Na medida em que a preparação da declaração de imposto de valor agregado anual faça parte do contrato aceito, isto não deverá incluir o exame de quaisquer condições contábeis particulares nem o exame de se todas as concessões do imposto de valor agregado relevante foram utilizadas, salvo se a pessoa autorizada a exercer a profissão puder provar que ela foi comissionada de acordo.



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.: 9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09653/16 Livro 133 Folhas 423

(5) Os parágrafos acima mencionados não deverão se aplicar a serviços que requeiram uma expertise particular prestada por um especialista.

SEÇÃO II
18. Escopo

As Condições Gerais de Contrato na Seção II deverão se aplicar a contratos para a prestação de serviços no setor de escrituração contábil, contabilidade da folha de pagamentos e a administração e determinação de impostos e contribuições relacionados à folha de pagamentos.

19. Escopo e Execução do Contrato

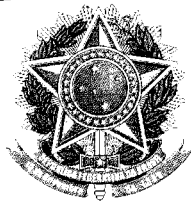
- (1) Referências deverão ser feitas aos Itens 3 e 4 do Preâmbulo.
- (2) A pessoa autorizada a exercer a profissão será justificada ao considerar informações e documentos a ela apresentados pelo cliente, em particular números, como corretos e completos e ao utilizá-los como base para contabilidade. A pessoa autorizada a exercer a profissão não será obrigada a identificar erros, exceto se tiver sido especificamente instruída a fazê-lo por escrito. Entretanto, se forem identificados erros, ela deverá informar o cliente sobre o fato.
- (3) Se um honorário fixo tiver sido negociado para as atividades mencionadas no Ponto 18, na ausência de acordos escritos em contrário, a representação em questões referentes a todos os tipos de auditorias fiscais e auditorias de impostos relacionados à folha de pagamento e contribuições para a seguridade social, inclusive liquidações referentes a autuações fiscais e a base para contribuições, preparação de relatórios, apelações e similares, deverão ser faturados separadamente.
- (4) Serviços individuais específicos em relação aos serviços mencionados no Ponto 18, em particular estabelecer se os requisitos para as contribuições para a seguridade social regulamentar são atendidos, deverão ser tratados somente com base em um contrato específico e deverão ser tratados de acordo com a Seção I ou Seção III das Condições Gerais do Contrato.
- (5) Qualquer pedido submetido às autoridades (ex.: secretaria da receita, seguro social) eletronicamente deverá ser considerado como não tendo sido assinada nem pela pessoa autorizada a exercer a profissão nem pela pessoa autorizada a transmitir o pedido.

20. Dever do Cliente de Cooperar

O cliente deverá assegurar que todas as informações e documentos requeridos para a escrituração contábil, contabilidade e administração da folha de pagamento e determinação de impostos e contribuições relacionados à folha de pagamentos sejam colocados à disposição da pessoa autorizada a exercer a profissão em uma data convencionada, sem sua solicitação específica.

21. Rescisão

- (1) Exceto acordado de outro modo por escrito, qualquer sócio contratual poderá rescindir o contrato ao final de cada mês com aviso prévio de três meses, sem dar uma razão específica.



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.: 9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09653/16

Livro 133

Folhas 424

(2) Se o cliente deixar repetidamente de cumprir seus deveres de acordo com o Ponto 20, a pessoa autorizada a exercer a profissão terá o direito de rescindir o contrato imediatamente sem aviso prévio.

(3) Se a pessoa autorizada a exercer a profissão demorar em prestar serviços devido a razões pelas quais ela seja exclusivamente responsável, o cliente terá o direito de rescindir o contrato imediatamente sem aviso prévio.

(4) No caso de rescisão da relação contratual, somente deverão ser consideradas parte do contrato aquelas tarefas nas quais a contratada já estiver trabalhando ou as partes principais daquelas que podem ser concluídas dentro do prazo do aviso prévio e que sejam notificadas ao cliente dentro de um mês.

22. Honorário e Direito ao Honorário

(1) Exceto acordado de outro modo por escrito, o honorário deverá ser considerado acordado por um ano de cada vez.

(2) Se o contrato for rescindido segundo o Ponto 21, Item 2, a pessoa autorizada a exercer a profissão terá o direito ao honorário integral negociado por três meses. Isto também deverá ser aplicado se o cliente deixar de observar o prazo do aviso prévio.

(3) Se o contrato for rescindido segundo o Ponto 21, Item 3, a pessoa autorizada a exercer a profissão somente terá o direito ao honorário correspondente aos serviços prestados até este ponto, deste que eles sejam de valor para o cliente.

(4) Se um honorário fixo não for negociado, o honorário deverá ser calculado conforme o Item 2, de acordo a média mensal do ano corrente do contrato até a rescisão.

(5) Salvo se as partes concordarem que os serviços serão prestados sem ônus ou exceto explicitamente estipulado de outro modo, uma remuneração apropriada de acordo com as Seções 1004 e 1152 do Código Civil Austríaco (ABGB) será devida. Salvo se um acordo diferente tiver sido comprovadamente estabelecido, os pagamentos pelo cliente deverão, em todos os casos, ser creditados contra a dívida mais antiga. A reivindicação de remuneração pela pessoa autorizada a exercer a profissão se baseia em um acordo concluído entre ela e o diretor envolvido. Além disso, as regras básicas padronizadas segundo a Seção 13 se aplicam.

(6) A aplicação do §934 ABGB (Código Civil Austríaco) na acepção do §351 do Código das Empresas Comerciais Austríaco (Código Comercial, UGB), i.e. rescisão por *laesio enormis* (lesão enorme) entre empreendedores, é neste ato renunciada.

23. Outras Disposições

Em todos os outros casos, as disposições da Seção I das Condições Gerais do Contrato deverão se aplicar de acordo.

SEÇÃO III

24. Escopo



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.: 9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09653/16

Livro 133

Folhas 425

(1) As Condições Gerais de Contrato na Seção III deverão se aplicar a todos os contratos não mencionados nas seções anteriores, que não sejam considerados como contratos para a prestação de serviços e não estejam relacionados com os contratos mencionados nas seções anteriores.

(2) Em particular, a Seção III das Condições Gerais de Contrato deverá se aplicar a contratos referentes à participação não recorrente em negociações, a serviços como agente em questões pertinentes à insolvência, a contratos referentes a intervenções não recorrentes e ao tratamento de questões individuais mencionadas no Ponto 17, Item 3, na ausência de um acordo continuado.

25. Escopo e Execução do Contrato

(1) Referências deverão ser feitas aos Itens 3 e 4 do Preâmbulo.

(2) A pessoa autorizada a exercer a profissão será justificada em considerar e obrigada a considerar informações e documentos a ela apresentados pelo cliente, em particular números, como corretos e completos. No caso de procedimentos penais ela deverá proteger os direitos do cliente.

(3) A pessoa autorizada a exercer a profissão não será obrigada a identificar erros, exceto se tiver sido especificamente instruída a fazê-lo por escrito. Entretanto, se forem identificados erros, o cliente deverá ser informado sobre o fato.

26. Dever do Cliente de Cooperar

O cliente deverá assegurar que todas as informações e documentos necessários sejam colocados à disposição da pessoa autorizada a exercer a profissão em tempo hábil e sem sua solicitação específica.

27. Rescisão

Exceto acordado de outro modo por escrito ou estipulado por força de lei, qualquer das partes contratuais poderá rescindir o contrato a qualquer tempo com efeito imediato (Seção 1020 do Código Civil (ABGB)).

28. Honorário e Direito ao Honorário

(1) Salvo se as partes concordarem que os serviços serão prestados sem ônus ou exceto explicitamente estipulado de outro modo, uma remuneração apropriada de acordo com as Seções 1004 e 1152 do Código Civil Austríaco (ABGB) será devida. Salvo se um acordo diferente tiver sido comprovadamente estabelecido, os pagamentos pelo cliente deverão, em todos os casos, ser creditados contra a dívida mais antiga. A reivindicação de remuneração pela pessoa autorizada a exercer a profissão se baseia em um acordo concluído entre ela e o diretor envolvido. Além disso, as regras básicas padronizadas segundo a Seção 13 se aplicam.

(2) Em caso de rescisão, o honorário deverá ser calculado de acordo com os serviços prestados até este ponto, desde que eles sejam de valor para o cliente.



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.: 9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09653/16

Livro 133

Folhas 426

(3) A aplicação do §934 ABGB (Código Civil Austríaco) na acepção do §351 do Código das Empresas Comerciais Austríaco (Código Comercial, UGB), i.e. rescisão por *laesio enormis* (lesão enorme) entre empreendedores, é neste ato renunciada.

29. Outras Disposições

A referência no Ponto 23 a disposições na Seção I deverá se aplicar de acordo.

SEÇÃO IV

30. Escopo

As Condições Gerais de Contrato da Seção IV somente deverão se aplicar ao negócio de consumidor de acordo com a Lei do Consumidor (Lei Federal de 8 de março de 1979/Diário da Lei Federal No.140, conforme aditado).

31. Disposições Complementares para Transações com Consumidor

(1) Contratos entre pessoas autorizadas a exercer a profissão e consumidores deverão recair sob as disposições obrigatórias da Lei do Consumidor.

(2) A pessoa autorizada a exercer a profissão somente será responsável pela violação deliberada e com negligência grave das obrigações assumidas.

(3) Contrariamente à limitação estabelecida no Ponto 8, Item 2 das Condições Gerais do Contrato, o dever de indenizar por parte da pessoa autorizada a exercer a profissão não será limitado no caso de negligência grave.

(4) O Ponto 8, Item 3 das Condições Gerais de Contrato (asseverando reivindicações por perdas e danos dentro de um determinado período) não deverá se aplicar.

(5) Direito de Retirada de acordo com a Seção 3 da Lei de Proteção ao Consumidor

Se o consumidor não tiver feito sua declaração contratual no escritório habitualmente usado pela pessoa autorizada a exercer sua profissão, ele poderá retirar-se da aplicação do contrato ou do próprio contrato. Esta retirada poderá ser declarada até que o contrato tenha sido concluído ou dentro de uma semana após sua conclusão; o prazo se inicia tão logo um documento tenha sido entregue ao consumidor que contenha pelo menos o nome e o endereço da pessoa autorizada a exercer a profissão, bem como instruções sobre o direito de revogar o contrato, porém não antes da conclusão do contrato.

O consumidor não terá o direito de se retirar do contrato:

1. se o próprio consumidor estabeleceu a relação comercial referente à conclusão deste contrato com a pessoa autorizada a exercer a profissão ou seu agente;

2. se a conclusão do contrato não tiver sido precedida por quaisquer conversas entre as partes envolvidas ou seus agentes, ou



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.: 9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09653/16

Livro 133

Folhas 427

3. no caso de contratos em que os serviços mútuos devam ser prestados imediatamente, se os contratos forem normalmente concluídos fora dos escritórios das pessoas autorizadas a exercer a profissão, e o honorário acordado não exceder €15.

A fim de se tornar legalmente válida, a revogação deverá ser declarada por escrito. É suficiente que o consumidor devolva um documento que contenha sua declaração de contrato ou aquela da pessoa autorizada a exercer a profissão à pessoa autorizada a exercer a profissão com uma nota que revele que o consumidor recusa a conclusão ou a manutenção do contrato. É suficiente que esta declaração seja despachada dentro de uma semana.

Se o consumidor se retirar do contrato de acordo com a Seção 3 da lei do Consumidor:

1. a pessoa autorizada a exercer a profissão deverá devolver todos os benefícios recebidos, incluindo todos os juros regulamentares, calculados a partir do dia do recebimento, e indenizar o consumidor por todas as despesas necessárias e úteis incorridas nesta questão;

2. o consumidor deverá pagar pelo valor dos serviços prestados pela pessoa autorizada a exercer a profissão, desde que estes sejam um benefício claro e predominante para ele.

De acordo com a seção 4, Parágrafo 3 da Lei do Consumidor, reivindicações por perdas e danos deverão permanecer inalteradas.

(6) Estimativas de Custo de acordo com a Seção 5 da Lei do Consumidor

O consumidor deverá pagar pela preparação de uma estimativa de custo de acordo com a Seção 1170ª do Código Civil Austríaco somente pela pessoa autorizada a exercer a profissão, se esta obrigação de pagamento tiver sido notificada ao consumir antecipadamente.

Se o contrato estiver baseado em uma estimativa de custo preparada pela pessoa autorizada a exercer a profissão, sua exatidão deverá ser considerada garantida desde que o oposto não tenha sido explicitamente declarado.

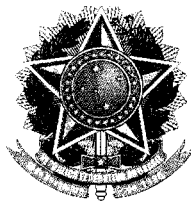
(7) Correção de Erros: Complemento ao Ponto 7

Se a pessoa autorizada a exercer a profissão for obrigada de acordo com a Seção 932 do Código Civil Austríaco a melhorar ou complementar seus serviços, ela deverá cumprir seu dever no local onde a questão foi transferida para ela. Se for do interesse do consumidor ter o trabalho e os documentos devolvidos pela pessoa autorizada a exercer a profissão, o consumidor poderá realizar esta transferência por sua própria conta e risco.

(8) Jurisdição: Ao invés do Ponto 15, Item 3:

Se o domicílio ou a residência habitual do consumidor for dentro do país ou ele se estiver empregado dentro do país, no caso de uma ação contra ele de acordo com as Seções 88, 89, 93, Parágrafo 2 e 104, Parágrafo 1 JN, a jurisdição de um tribunal deverá depender do distrito em que o consumidor tiver seu domicílio, residência habitual ou local de trabalho.

(9) Contratos de Serviços Recorrentes



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.: 9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09653/16

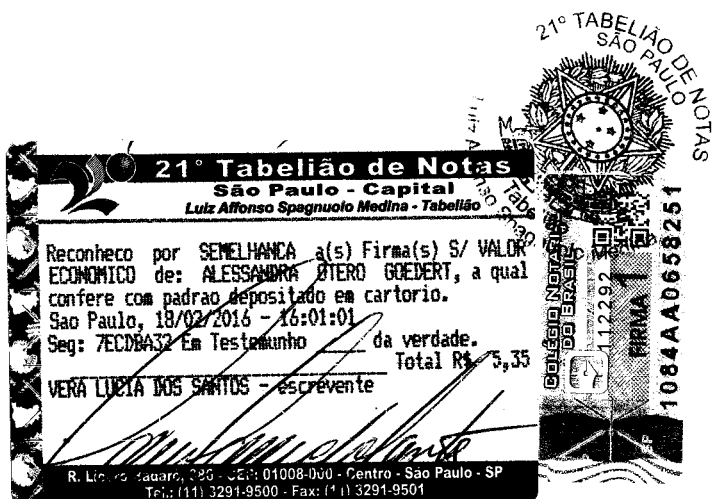
Livro 133

Folhas 428

- (a) Contratos que obriguem a pessoa autorizada a exercer a profissão a prestar serviços e o consumidor a efetuar repetidos pagamentos e que foram concluídos por um prazo indefinido ou um prazo superior a um ano, e após o primeiro ano no final de cada seis meses, observando um prazo de aviso prévio de dois meses;
- b) Se o trabalho total for considerado como um serviço que não pode ser dividido por conta da sua natureza, cuja extensão e preço é determinado já na conclusão do contrato, a primeira data da rescisão poderá ser prorrogada até que segundo ano tenha expirado. No caso desses contratos, o prazo de aviso prévio poderá ser prorrogado por um máximo de seis meses.
- (c) Se a execução de um determinado contrato indicado em lit.a) 1 requerer despesas consideráveis por parte da pessoa autorizada a exercer a profissão e se ela informou consumidor sobre isto não depois que o contrato foi concluído, datas razoáveis de rescisão e prazos de aviso prévio que variam de lit.a) e b) e que se adequam às respectivas circunstâncias poderão ser acordados.
- (d) se o consumidor rescindir o contrato sem cumprir o período de aviso prévio, a rescisão entrará em vigor na próxima data de rescisão que se segue à expiração do período de aviso prévio.

Nada mais.

Conferi a tradução, dou fé e assino.
São Paulo, 18 de fevereiro de 2016.



Alessandra Otero Goedert
ALESSANDRA OTERO GOEDERT
Tradutor Público

DOC. 16



*PwC Wirtschaftsprüfung GmbH
Erdbergstraße 200
1030 Vienna
Austria
Tel.: +43 1 501 88 - 0
Fax: +43 1 501 88 - 601
E-mail: office.wien@at.pwc.com
www.pwc.at*

To the
Management Board of
Sete International GmbH
Schubertring 6
1010 Vienna

**LONG-FORM AUDIT REPORT ON THE
FINANCIAL STATEMENTS AS OF DECEMBER 31, 2013
(TRANSLATION)**

1. Engagement and Performance

The management board in a letter dated June 3, 2014 engaged us to audit the financial statements as of December 31, 2013 and to issue a report thereon. Prior to our appointment as auditor, we issued a declaration on our independence pursuant to Section 270 UGB.

The Company is a small corporation pursuant to Section 221 UGB. This audit is voluntary.

Responsible for the proper performance of the engagement is Mr. Karl Hofbauer, Austrian Certified Public Accountant.

The objective of the audit was to examine compliance with legal requirements.

In performing the audit, we adhered to the applicable legal provisions and the relevant expert opinions and standards. We draw attention to the fact that the audit provides adequate assurance as to whether the financial statements are free from material misstatement. Absolute assurance cannot be achieved, since the possibility of errors is inherent in each accounting and internal control system and since the audit is based on samples, there is an unavoidable risk that material misstatements in the financial statements are not detected. The accounting, the records, inventory listings, as well as the financial statements as of December 31, 2013 provided by the Company served as the basis for our audit.

We performed the audit, with interruptions, from May to June 2014 in Vienna. The audit was concluded by the date of this report.

Our audit is based on the audit contract concluded with the Company, an integral part of which are the General Conditions of Contract for the Public Accounting Professions (“AAB”) issued by the Austrian Chamber of Public Accountants and Tax Advisors on March 8, 2000, last amended on February 21, 2011 (refer to Appendix 2). These General Conditions of Contract do not only apply between the Company and the auditor, but also towards third parties. Section 275 UGB applies with regard to our responsibility and liability as auditor towards the Company and towards third parties. As provided under Section 275 (2) UGB (liability provision regarding the audit of financial statements of small and medium-sized companies), our responsibility and liability towards the Company and any third parties arising from the audit are limited to a total of EUR 2 million.

2. Notes on and Disclosure of Material Items in the Financial Statements

All required disclosures of material items in the balance sheet and income statement are included in the notes to the financial statements. We therefore refer you to the related disclosures by the management board in the notes to the financial statements.

3. Audit Summary

3.1. Report on Business Activities

Sete International GmbH, Vienna, acts as a holding company for 29 companies located in the Netherlands. Each of the Dutch subsidiaries entered into a contract with a shipyard to build an ultra-deep-water drillship in the pre-salt area in front of the Brazilian coast in the Atlantic Ocean, which - upon completion - will be chartered to an operator on the basis of a long-term contract. The drillships are currently under construction, and the first ones are expected to be completed in 2015.

3.2. Report on the Compliance of the Accounting and the Financial Statements

In performing our audit, we established the compliance with statutory provisions and generally accepted accounting principles.

Under our risk and control oriented audit approach, we included in the audit - where we considered it necessary for our audit report - the internal controls in parts of the accounting process.

With regard to the legal compliance of the financial statements, we refer to our comments in the auditor's report.

3.3. Information Provided

We were allowed to inspect the Company's documents, contracts and correspondence. All the information required was provided by the management board and by the respective operative employees. A letter of representation signed by the management board has been included in our working papers.

3.4. Adverse Changes in the Financial Position, Financial Performance and Cash Flows and Significant Losses

The Company generated a negative operating result in the fiscal year 2013, same as last year, which mainly resulted from USD exchange losses. The subsidiaries are still in the start-up phase and require significant investments. The financing is predominately in USD.

3.5. Statement on Matters Pursuant to Section 273 (2) and (3) UGB (Execution of Reporting Obligation)

3.5.1. Information Pursuant to Section 273 (2) 1st Sentence UGB (Possible Inability to Continue as a Going Concern)

We have established the following facts:

As of balance sheet date December 31, 2013 the current liabilities and accruals (EUR 919,516k) of the Company exceed the current assets (EUR 546,804k). On shareholder level there are currently negotiations with financial institutions to secure long-term financing of the group and the completion of the drillships including the financing of Sete International GmbH, Vienna. The completion of such negotiations depends on the fulfillment of certain conditions precedent, the non-occurrence of which indicates the existence of a material uncertainty that may cast significant doubt about the Company's ability to continue as a going concern.

Apart from that, in performing our duties as auditor, we have not established any facts that would constitute a serious breach of the law or of the Company's articles of association by management or employees. Material weaknesses in the internal control of the accounting process have not come to our attention. The criteria for assuming a reorganization requirement (Section 22 (1) No. 1 URG) are not met.

We draw attention to the fact that the English translation of this auditor's report according to Section 274 of the Austrian Commercial Code (UGB) is presented for the convenience of the reader only and that the German wording is the only legally binding version.

4. Auditor's Report

We have audited the accompanying financial statements, including the accounting system, of Sete International GmbH, Vienna, for the fiscal year from January 1 to December 31, 2013. These financial statements comprise the balance sheet as of December 31, 2013, the income statement for the fiscal year ended December 31, 2013, and the notes. As provided under Section 275 (2) UGB (liability provision regarding the audit of financial statements of small and medium-sized companies), our responsibility and liability towards the Company and any third parties arising from the audit are limited to a total of EUR 2 million.

Management's Responsibility for the Financial Statements and for the Accounting System

The Company's management is responsible for the accounting system and for the preparation and fair presentation of the financial statements in accordance with Austrian Generally Accepted Accounting Principles. This responsibility includes: designing, implementing and maintaining internal control relevant to the preparation and fair presentation of financial statements that are free from material misstatement, whether due to fraud or error; selecting and applying appropriate accounting policies; making accounting estimates that are reasonable in the circumstances.

Auditor's Responsibility and Description of Type and Scope of the Audit

Our responsibility is to express an opinion on these financial statements based on our audit. We conducted our audit in accordance with laws and regulations applicable in Austria and Austrian Standards on Auditing. Those standards require that we comply with professional guidelines and that we plan and perform the audit to obtain reasonable assurance whether the financial statements are free from material misstatement.

An audit involves performing procedures to obtain audit evidence about the amounts and disclosures in the financial statements. The procedures selected depend on the auditor's judgment, including the assessment of the risks of material misstatement of the financial statements, whether due to fraud or error. In making those risk assessments, the auditor considers internal control relevant to the Company's preparation and fair presentation of the financial statements in order to design audit procedures that are appropriate in the circumstances, but not for the purpose of expressing an opinion on the effectiveness of the Company's internal control. An audit also includes evaluating the appropriateness of accounting policies used and the reasonableness of accounting estimates made by management, as well as evaluating the overall presentation of the financial statements.

We believe that the audit evidence we have obtained is sufficient and appropriate to provide a reasonable basis for our audit opinion.

Opinion

Our audit did not give rise to any objections. In our opinion, which is based on the results of our audit, the financial statements comply with legal requirements and give a true and fair view of the financial position of the Company as of December 31, 2013 and of its financial performance for the fiscal year from January 1 to December 31, 2013 in accordance with Austrian Generally Accepted Accounting Principles.

Without qualifying our audit opinion, we draw attention to the note on page 5 in the notes to the financial statements according to which negotiations on shareholder level are currently underway with the aim to secure the funding of Sete Group in the long run. Management assumes that the negotiations will be successfully concluded in 2014 and has therefore prepared the financial statements under the going concern assumption, to which at present no objections have been raised. If this assumption is not realized there is a material uncertainty that may cast significant doubt about the Company's ability to continue as a going concern.

A management report was not prepared in accordance with Section 243 (4) UGB.

Vienna, June 13, 2014

PwC Wirtschaftsprüfung GmbH
Wirtschaftsprüfungs- und
Steuerberatungsgesellschaft

signed:

p.p. Christina Decker
Austrian Certified Public Accountant

signed:

Karl Hofbauer
Austrian Certified Public Accountant

Disclosure, publication and duplication of the financial statements together with the auditor's report according to Section 281 (2) UGB in a form not in accordance with statutory requirements and differing from the version audited by us is not permitted. Reference to our audit may not be made without prior written permission from us.

Appendices

Financial Statements

of the fiscal year from 2013-01-01 until 2013-12-31

Sete International GmbH

Schubertring 6
1010 Vienna
Austria

Table of contents

Engagement	1
Balance Sheet	2 - 3
Profit- and Loss Account	4
Notes to the Financial Statements	5 - 22

Sete International GmbH

Sete International GmbH
Schubertring 6
A-1010 Vienna
Austria

**Report on the Compilation of Financial Statements of
Sete International GmbH as of December 31, 2013**

We have been engaged to compile the following financial statements of Sete International GmbH as of December 31, 2013 – consisting of the balance sheet, the income statement, and the notes – on the basis of the accounting and the inventory as well as the provisions of applicable accounting and valuation methods.

The entire accounting carried out by us and, in addition, the documentation, accounting and inventory records – the regularity or plausibility of which we did not check in compliance with our engagement – as well as the information provided to us served as the basis for the compilation of the financial statements. You are responsible for the preparation of the inventory and the financial statements pursuant to the Austrian Commercial Code (UGB) and the supplementary provisions of the Company's Articles of Association.

We did not perform either an audit, a review of the financial statements or an assurance engagement or agreed-upon procedures and, therefore, do not provide an assurance (confirmation) on financial statements.

You are responsible for the accuracy as well as the exhaustiveness of the documentation and information provided to us; a responsibility which also applies vis-à-vis the users of the financial statements compiled by us. In this context, we refer to the Letter of Representation which you signed on June 13, 2014 on our request.

The compilation engagement was carried out under the provisions of the expert opinion KFS/RL 26 "Principles for the Compilation of Financial Statements". The General Conditions of Contract for the Public Accounting Professions (AAB), issued by the Austrian Chamber of Public Accountants and Tax Advisors (KWT), as of February 21, 2011, shall apply to this compilation engagement.

Any distribution to third parties of the financial statements compiled by us is only permissible upon inclusion of the compilation report.

If the financial statements compiled by us are distributed to any third parties, the provisions stipulated in Point 8. AAB for the Public Accounting Professions of KWT on the liability vis-à-vis third parties shall apply.

This English translation of the compilation report is presented for the convenience of the reader only and the German wording is the only legally binding version.

Sete International GmbH

Balance Sheet
2013-12-31

A S S E T S	2013-12-31 €	2012-12-31 €
A. FIXED ASSETS		
I. FINANCIAL ASSETS		
1. shares in affiliated undertakings	434,231,541.45	331,147,490.75
B. CURRENT ASSETS		
I. RECEIVABLES AND OTHER ASSETS		
1. receivables due from affiliated undertakings	1,763,687,822.53	481,396,266.23
<i>thereof other</i>	1,763,687,822.53	481,396,266.23
2. other receivables and assets	0.00	8,098,375.05
	1,763,687,822.53	489,494,641.28
II. SECURITIES AND SHARES		
1. other securities and shares	419,778.93	0.00
III. BANK DEPOSITS	82,210,118.92	3,541,095.65
	1,846,317,720.38	493,035,736.93
C. PREPAID EXPENSES, DEFERRED CHARGES	6,912,610.65	365,326.16
Total assets	2,287,461,872.48	824,548,553.84

Sete International GmbH

Balance Sheet
2013-12-31

LIABILITIES AND OWNER'S EQUITY	2013-12-31 €	2012-12-31 €
A. CAPITAL AND RESERVES		
I. STATED CAPITAL	51,035,000.00	51,035,000.00
II. CAPITAL RESERVES		
1. not appropriated	784,224,432.08	654,224,432.08
III. BALANCE SHEET LOSS	-53,562,700.79	-25,794,149.17
<i>thereof loss carried forward from the previous years</i>	<u>-25,794,149.17</u>	<u>-202,226.38</u>
	781,696,731.29	679,465,282.91
B. ACCRUALS		
1. tax accruals	230,000.00	0.00
2. other accruals	<u>701,340.23</u>	<u>357,118.46</u>
	931,340.23	357,118.46
C. LIABILITIES		
1. liabilities to banks	918,040,531.52	0.00
2. liabilities arising from deliveries and services	542,937.32	0.00
3. liabilities to affiliated undertakings	586,248,805.00	139,761,064.35
<i>thereof other</i>	<u>586,248,805.00</u>	<u>139,761,064.35</u>
4. other liabilities	1,527.12	4,965,088.12
<i>thereof taxes</i>	<u>1,527.12</u>	<u>4,965,088.12</u>
	1,504,833,800.96	144,726,152.47
Total Liabilities and Owner's Equity	2,287,461,872.48	824,548,563.84
CONTINGENT LIABILITIES	1,725,451,705.46	908,176,001.64

Sete International GmbH

Profit and Loss Account
2013-01-01 - 2013-12-31

PROFIT AND LOSS ACCOUNT	<u>2013</u> €	<u>2012</u> €
1. OTHER OPERATING INCOME		
a) other	0.00	3,151,306.09
2. STAFF EXPENSES		
a) Expenses for social security payment prescribed by law as well as taxes and mandatory contributions dependant on compensation	0.00	55.36
3. OTHER OPERATING EXPENSES		
a) taxes, as far as they are not on income or on revenue	1,340,000.00	6,803,340.82
b) other	<u>60,309,007.90</u>	<u>30,009,811.12</u>
	61,649,007.90	36,813,151.94
4. OPERATING RESULT	-61,649,007.90	-33,661,901.21
5. REVENUES RESULTING FROM OTHER SECURITIES	2,108.71	0.00
6. OTHER INTEREST AND SIMILAR INCOME	62,850,116.81	14,518,751.07
<i>THEREOF FROM AFFILIATED COMPANIES</i>	<i>62,818,361.63</i>	<i>14,340,526.70</i>
7. INCOME FROM THE DISPOSAL OF AND REVALUATION OF FINANCIAL ASSETS	454,012.27	18,900.00
8. INTEREST AND SIMILAR EXPENSES	29,422,140.73	6,465,922.65
<i>THEREOF CONCERNING AFFILIATED UNDERTAKINGS</i>	<i><u>24,457,680.78</u></i>	<i><u>0.00</u></i>
9. FINANCIAL RESULT	<u>33,884,097.06</u>	<u>8,071,728.42</u>
10. LOSS FROM OPERATING ACTIVITIES	-27,764,910.84	-25,590,172.79
11. TAXES ON INCOME AND REVENUE	<u>3,640.78</u>	<u>1,750.00</u>
12. NET INCOME	<u>-27,768,551.62</u>	<u>-25,591,922.79</u>
13. LOSS FOR THE YEAR	-27,768,551.62	-25,591,922.79
14. LOSS CARRIED FORWARD FROM THE PREVIOUS YEARS	<u>-25,794,149.17</u>	<u>-202,226.38</u>
BALANCE SHEET LOSS	<u><u>-53,562,700.79</u></u>	<u><u>-25,794,149.17</u></u>

Accounting and valuation principles

General principles

The financial statements as of December 31, 2013 have been prepared in accordance with the financial reporting requirements of the Austrian Commercial Code (UGB) as amended. The financial statements, prepared under Austrian generally accepted accounting principles, present a true and fair view of the assets and liabilities, the financial situation of the Company, as well as of the results of its operations for the year then ended.

Accounting and valuation methods are based on generally accepted accounting principles. Section 201 (2) UGB was adhered to, as were the provisions on classification and valuation of balance sheet and income statement items under Sections 195 to 211 and 222 to 235 UGB. The income statement was prepared using the total expenditure format.

The principle of completeness was applied at preparation of the Financial Statements.

The evaluation of assets and liabilities was carried out considering the principle of individual items valuation and the going concern concept.

The principle of prudence was considered by showing only the realized gains at balance sheet date. All recognizable risks and possible future losses arisen in the fiscal year were taken into account.

The financial statements for financial year 2013 were prepared under the going-concern assumption.

As of December 31, 2013, the Company's current liabilities exceed its current assets. According to the Business Plan of Sete Group, short-term obligations applicable on December 31, 2013 shall be settled by raising long-term funds. The ultimate shareholder is under negotiations with multiple financial institutions which are in advanced stages. The completion of such negotiations depends on the fulfilment of certain precedent conditions which indicates the existence of a material uncertainty that may cast significant doubt about the Company's ability to continue as a going concern. Based on the assumption that long-term financing will be obtained management considers it appropriate to prepare the financial statements on a going-concern basis.

Sete International GmbH

Fixed assets

Financial assets

Financial assets are valued at acquisition cost or at the lower market value.

Extraordinary depreciation is considered if the fair value is lower than the book-value.

Current assets

Accounts receivable and other assets

Accounts receivable are valued at their nominal value. Recognizable risks are considered by individual allowances.

Accruals

Other Accruals

Accruals are calculated according to legal requirements and considering all recognizable risks and anticipated losses.

Liabilities

Liabilities are valued at repayment amounts.

Comments on the balance sheet

General information

Principles for the conversion of foreign currency items into euros

The annual financial statements contain foreign currency transactions converted into euros.

Foreign currency receivables are converted using the exchange rate at the date of initial recognition or at balance sheet date if lower.

Foreign currency bank deposits are valued at the foreign exchange rate.

Foreign currency liabilities are converted using the exchange rate of initial recognition or or at balance sheet date if higher.

Sete International GmbH

Notes to the balance sheet and the profit and loss account

Assets

A. Fixed Assets

I. Financial Assets

1. shares in affiliated undertakings

	2013-12-31	2012-12-31
	€	€
Arpoador Drilling B.V.	45,923,456.06	29,930,370.37
Leblon Drilling B.V.	20,207,050.27	20,207,050.27
Marambala Drilling B.V.	20,188,959.09	20,188,959.09
Ipanema Drilling B.V.	19,941,968.46	19,941,968.46
Grumari Drilling B.V.	21,831,220.11	21,831,220.11
Copacabana Drilling B.V.	27,480,577.76	23,124,989.55
Leme Drilling B.V.	20,189,577.32	20,188,959.09
Urca Drilling B.V.	36,116,527.86	21,814,886.07
Guarapari Drilling B.V.	25,003,745.20	23,563,054.00
Mangaratiba Drilling B.V.	4,658,092.85	4,479,507.17
Cassino Drilling B.V.	15,465,518.40	13,751,776.00
Pituba Drilling B.V.	6,774,226.30	6,602,018.68
Itaunas Drilling B.V.	5,549,455.17	5,549,455.17
Portogalo Drilling B.V.	4,601,732.72	4,474,171.52
Itapema Drilling B.V.	6,089,420.25	3,874,635.75
Ondina Drilling B.V.	17,938,609.71	10,275,817.98
Siri Drilling B.V.	8,644,643.04	6,614,887.76
Frade Drilling B.V.	20,682,260.56	4,286,731.52
Camburi Drilling B.V.	7,476,395.99	7,423,870.79
Bracuhy Drilling B.V.	4,474,107.17	4,474,107.17
Salinas Drilling B.V.	13,218,735.69	13,552,548.34
Boipeba Drilling B.V.	9,820,474.83	6,541,542.03
Sahy Drilling B.V.	6,806,808.12	5,224,753.17
Interlagos Drilling B.V.	4,837,424.29	1,772,883.25
Comandatuba Drilling B.V.	6,089,420.25	3,874,635.75
Itaoca Drilling B.V.	6,556,383.76	6,394,306.00
Botinas Drilling B.V.	4,610,852.45	4,432,266.77
Curumim Drilling B.V.	13,545,217.74	13,566,870.92
Joatinga Drilling B.V.	29,508,680.03	3,189,248.00
	<u>434,231,541.45</u>	<u>331,147,490.75</u>

Development of fixed assets

Development of fixed assets and details to the depreciation (Section 226 (1) UGB):

	Purch-value 2013-01-01 2013-12-31 €	Addition Reposting €	Disposal Reposting €	Depreciation cumulated 2013-01-01 2013-12-31 €	Book value 2013-01-01 2013-12-31 €	Depreciation Write-up €
I. Financial Assets						
1. shares in affiliated undertakings	331,147,490.75 434,231,541.45	110,584,495.01 0.00	7,500,444.31 0.00	0.00 0.00	331,147,490.75 434,231,541.45	0.00 0.00

Sete International GmbH

B. Current Assets

I. Receivables and other Assets

1. receivables due from affiliated undertakings

	2013-12-31	2012-12-31
	€	€
Urca Drilling B.V.	68,089,875.28	103,523,795.60
Cassino Drilling B.V.	48,872,224.85	2,998,050.14
Salinas Drilling B.V.	50,096,003.25	3,999,845.43
Curumim Drilling B.V.	54,677,980.62	4,002,391.42
Camburi Drilling B.V.	66,075,875.03	0.00
Itaunas Drilling B.V.	78,377,234.26	0.00
Itaoca Drilling B.V.	30,662,185.63	0.00
Guarapari Drilling B.V.	68,700,686.36	113,633,973.05
Copacabana Drilling B.V.	62,638,642.03	0.00
Grumari Drilling B.V.	40,045,618.66	0.00
Marambaia Drilling B.V.	117,593,286.09	0.00
Leme Drilling B.V.	19,160,413.49	0.00
Leblon Drilling B.V.	19,161,634.57	0.00
Ipanema Drilling B.V.	33,673,567.54	0.00
Comandatuba Drilling B.V.	40,256,050.28	5,847,150.13
Itapema Drilling B.V.	40,253,844.09	5,847,070.93
Boipeba Drilling B.V.	16,556,284.94	5,159,359.10
Botinas Drilling B.V.	60,985,721.72	21,306,682.61
Bracuhy Drilling B.V.	46,098,873.50	21,726,131.59
Frade Drilling B.V.	199,625,267.08	21,726,131.62
Interlagos Drilling B.V.	42,915,492.68	8,195,932.97
Ondina Drilling B.V.	34,944,411.51	35,032,434.97
Pituba Drilling B.V.	71,207,080.04	14,622,126.29
Sahy Drilling B.V.	74,746,976.56	27,256,715.36
Mangaratiba Drilling B.V.	60,839,184.96	21,724,392.90
Portogalo Drilling B.V.	39,206,236.80	21,724,392.87
Siri Drilling B.V.	78,041,315.68	30,377,264.18
Joatinga Drilling B.V.	103,141,757.67	12,692,425.07
Arpoador Drilling B.V.	97,044,097.36	0.00
	<u>1,763,687,822.5</u>	
	3	<u>481,396,266.23</u>

Sete International GmbH

thereof other

	2013-12-31	2012-12-31
	€	€
Urca Drilling B.V.	68,089,875.28	103,523,795.60
Cassino Drilling B.V.	48,872,224.85	2,998,050.14
Salinas Drilling B.V.	50,096,003.25	3,999,845.43
Curumim Drilling B.V.	54,677,980.62	4,002,391.42
Camburi Drilling B.V.	66,075,875.03	0.00
Itaunas Drilling B.V.	78,377,234.26	0.00
Itaoca Drilling B.V.	30,662,185.63	0.00
Guarapari Drilling B.V.	68,700,686.36	113,633,973.05
Copacabana Drilling B.V.	62,638,642.03	0.00
Grumari Drilling B.V.	40,045,618.66	0.00
Marambaia Drilling B.V.	117,593,286.09	0.00
Leme Drilling B.V.	19,160,413.49	0.00
Leblon Drilling B.V.	19,161,634.57	0.00
Ipanema Drilling B.V.	33,673,567.54	0.00
Comandatuba Drilling B.V.	40,256,050.28	5,847,150.13
Itapema Drilling B.V.	40,253,844.09	5,847,070.93
Boipeba Drilling B.V.	16,556,284.94	5,159,359.10
Botinas Drilling B.V.	60,985,721.72	21,306,682.61
Bracuhy Drilling B.V.	46,098,873.50	21,726,131.59
Frade Drilling B.V.	199,625,267.08	21,726,131.62
Interlagos Drilling B.V.	42,915,492.68	8,195,932.97
Ondina Drilling B.V.	34,944,411.51	35,032,434.97
Pituba Drilling B.V.	71,207,080.04	14,622,126.29
Sahy Drilling B.V.	74,746,976.56	27,256,715.36
Mangaratiba Drilling B.V.	60,839,184.96	21,724,392.90
Portogalo Drilling B.V.	39,206,236.80	21,724,392.87
Siri Drilling B.V.	78,041,315.68	30,377,264.18
Joatinga Drilling B.V.	103,141,757.67	12,692,425.07
Arpoador Drilling B.V.	97,044,097.36	0.00
	<u>1,763,687,822.5</u>	<u>3</u>
	<u>3</u>	<u>481,396,266.23</u>

2. other receivables and assets

	2013-12-31	2012-12-31
	€	€
Seaworthy Investment GmbH	0.00	2,307,864.21
Odfjell Galvao B.V.	0.00	5,790,510.84
	<u>0.00</u>	<u>8,098,375.05</u>

Sete International GmbH

II. Securities and Shares

	2013-12-31 €	2012-12-31 €
SECURITIES AND SHARES		
OTHER SECURITIES AND SHARES		
Santander FIC Fundo BRL	309,215.00	0.00
Santander Depos. Certificate CDB DI	110,563.93	0.00
	419,778.93	0.00

III. Bank deposits

	2013-12-31 €	2012-12-31 €
7470038221000 Deutsche Bank EUR	26,229.46	87,583.43
0038221050 Deutsche Bank (USD)	989,314.10	3,453,512.22
Santander Brasil S/A 8900560681 USD	1,087.67	0.00
Santander Money BRL	3.07	0.00
Santander Time Deposit USD	36,255.88	0.00
BTG Pactual Time Deposit USD	81,157,228.74	0.00
	82,210,118.92	3,541,095.65

Accounts receivable and other assets

	Total amount €	thereof maturity up to 1 year €	thereof maturity of more than 1 year €
I. Receivables and other Assets			
1. receivables due from affiliated undertakings	1,763,687,822.53	464,174,524.77	1,299,513,297.76
Previous year	481,396,266.23	481,396,266.23	0.00
<i>thereof other</i>	1,763,687,822.53	464,174,524.77	1,299,513,297.76
<i>Previous year</i>	481,396,266.23	481,396,266.23	0.00
2. other receivables and assets	0.00	0.00	0.00
Previous year	8,098,375.05	8,098,375.05	0.00
Sum Receivables	1,763,687,822.53	464,174,524.77	1,299,513,297.76
Previous year	489,494,641.28	489,494,641.28	0.00

Receivables due from affiliated undertakings with maturity more than one year have been subordinated to and shall rank second in terms of priority after any indebtedness of the subsidiaries to any of its present and future creditors.

Sete International GmbH

C. Prepaid expenses, deferred charges

	2013-12-31	2012-12-31
	€	€
Disagio	<u>6,912,610.65</u>	<u>365,326.16</u>

Liabilities and Owner's Equity**A. Capital and Reserves**

	2013-12-31	2012-12-31
	€	€
I. Stated Capital	51,035,000.00	51,035,000.00
II. Capital Reserves (not appropriated)	784,224,432.08	654,224,432.08
III. Balance Sheet Loss	-53,562,700.79	-25,794,149.17
	<u>781,696,731.29</u>	<u>679,465,282.91</u>

III. Balance Sheet Loss

	2013-12-31	2012-12-31
	€	€
Annual loss	-27,768,551.62	-25,591,922.79
Loss add carry	-25,794,149.17	-202,226.38
	<u>-53,562,700.79</u>	<u>-25,794,149.17</u>

B. Accruals

	Status 2013-01-01	Usage	Allocation	Status 2013-12-31
	€	€	€	€
1. tax accruals	0.00	0.00	230,000.00	230,000.00
2. other accruals	357,118.46	357,118.46	701,340.23	701,340.23
Sum accruals	<u>357,118.46</u>	<u>357,118.46</u>	<u>931,340.23</u>	<u>931,340.23</u>

2. other accruals

	2013-12-31	2012-12-31
	€	€
Legal and consulting costs accruals	0.00	53,348.00
Tax advisory costs accruals	23,400.00	0.00
Financial advisory costs accruals	293,240.28	0.00
Engineering advisory costs accruals	185,532.45	0.00
Audit costs accruals	41,677.74	0.00
Miscellaneous accruals	157,489.76	303,770.46
	<u>701,340.23</u>	<u>357,118.46</u>

Sete International GmbH

C. Liabilities**1. liabilities to banks**

	2013-12-31	2012-12-31
	€	€
Sumitomo Mitsui BKG Loan	<u>918,040,531.52</u>	<u>0.00</u>

2. liabilities arising from deliveries and services

	2013-12-31	2012-12-31
	€	€
Delivery liabilities	<u>542,937.32</u>	<u>0.00</u>

3. liabilities to affiliated undertakings

	2013-12-31	2012-12-31
	€	€
Luce Venture Capital-Drilling Serie	98,388,082.19	98,449,455.31
EIG Sete Holdings SARL	0.00	35,897,052.26
Boipeba Drilling B.V.	0.00	5,414,556.78
Sete Brasil Participacoes S.A. USD	447,235,260.52	0.00
Sete Brasil Participacoes S.A. EUR	40,625,462.29	0.00
	<u>586,248,805.00</u>	<u>139,761,064.35</u>

thereof other

	2013-12-31	2012-12-31
	€	€
Luce Venture Capital-Drilling Serie	98,388,082.19	98,449,455.31
EIG Sete Holdings SARL	0.00	35,897,052.26
Boipeba Drilling B.V.	0.00	5,414,556.78
Sete Brasil Participacoes S.A. USD	447,235,260.52	0.00
Sete Brasil Participacoes S.A. EUR	40,625,462.29	0.00
	<u>586,248,805.00</u>	<u>139,761,064.35</u>

4. other liabilities

	2013-12-31	2012-12-31
	€	€
Tax office settlement	1,527.12	1,088.12
Tax office settlement (fees/tax)	0.00	4,964,000.00
	<u>1,527.12</u>	<u>4,965,088.12</u>

Sete International GmbH

thereof taxes

	2013-12-31	2012-12-31
	€	€
Tax office settlement	1,527.12	1,088.12
Tax office settlement (fees/tax)	0.00	4,964,000.00
	<u>1,527.12</u>	<u>4,965,088.12</u>

Liabilities

	Total amount	thereof maturity up to 1 year	thereof maturity of more than 1 year	thereof maturity between 1 and 5 years	thereof maturity over 5 years
	€	€	€	€	€
C. Liabilities					
1. liabilities to banks	918,040,531.52	918,040,531.52	0.00	0.00	0.00
Previous year	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
2. liabilities arising from deliveries and services	542,937.32	542,937.32	0.00	0.00	0.00
Previous year	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
3. liabilities to affiliated undertakings	586,248,805.00	0.00	586,248,805.00	98,388,082.19	487,860,722.81
Previous year	139,761,064.35	42,341,062.80	97,420,001.55	0.00	97,420,001.55
<i>thereof other</i>	<i>586,248,805.00</i>	<i>0.00</i>	<i>586,248,805.00</i>	<i>98,388,082.19</i>	<i>487,860,722.81</i>
<i>Previous year</i>	<i>139,761,064.35</i>	<i>42,341,062.80</i>	<i>97,420,001.55</i>	<i>0.00</i>	<i>97,420,001.55</i>
4. other liabilities	1,527.12	1,527.12	0.00	0.00	0.00
Previous year	4,965,088.12	4,965,088.12	0.00	0.00	0.00
<i>thereof taxes</i>	<i>1,527.12</i>	<i>1,527.12</i>	<i>0.00</i>	<i>0.00</i>	<i>0.00</i>
<i>Previous year</i>	<i>4,965,088.12</i>	<i>4,965,088.12</i>	<i>0.00</i>	<i>0.00</i>	<i>0.00</i>
Sum Payables	1,504,833,800.9				
	6	918,584,995.96	586,248,805.00	98,388,082.19	487,860,722.81
Previous year	144,726,152.47	47,306,150.92	97,420,001.55	0.00	97,420,001.55

Sete International GmbH

Contingent liabilities (Section 199 UGB)

Contingent liabilities shown under the balance sheet represent guarantees for loans of affiliated companies of € 1,725,451,705.46

	2013-12-31	2012-12-31
	€	€
Eventual liabilities	1,725,451,705.46	908,176,001.64
	2013	2012
	€	€
Copacabana Drilling B.V.	103.833.258,65	89.415.359,13
Grumari Drilling B.V.	104.766.151,84	90.349.504,63
Ipanema Drilling B.V.	98.597.636,14	84.117.066,96
Leblon Drilling B.V.	98.606.337,47	84.117.066,96
Leme Drilling B.V.	98.601.261,69	84.117.066,97
Arpoador Drilling B.V.	208.786.890,00	0,00
Urca Drilling B.V.	228.223.479,08	0,00
Frade Drilling B.V.	29.475.019,94	0,00
Brahucy Drilling B.V.	22.423.319,56	0,00
Portogalo Drilling B.V.	22.164.455,08	0,00
Marambaia Drilling B.V.	0,00	84.117.066,97
Guarapari Drilling B.V.	132.683.634,25	41.172.524,72
Ondina Drilling B.V.	146.806.613,01	34.212.734,96
Pituba Drilling B.V.	32.376.912,48	25.291.655,01
Boipeba Drilling B.V.	32.020.158,07	4.664.523,67
Camburi Drilling B.V.	64.671.887,46	37.227.226,04
Itaoca Drilling B.V.	51.560.437,97	30.032.594,75
Itaunas Drilling B.V.	0,00	30.216.068,16
Cassino Drilling B.V.	114.985.860,34	63.750.541,60
Curumim Drilling B.V.	72.483.503,73	63.103.799,68
Salinas Drilling B.V.	62.384.888,70	62.271.201,41
Total	1.725.451.705,46	908.176.001,64

Profit and Loss Account

1. Other operating income

a. other

	2013	2012
	€	€
Market profit FC transaction	<u>0.00</u>	<u>3,151,306.09</u>

a. Expenses for social security payment prescribed by law as well as taxes and mandatory contributions dependant on compensation

	2013	2012
	€	€
Legal social costs	<u>0.00</u>	<u>55.36</u>

3. Other operating expenses

a. taxes, as far as they are not on income or on revenue

	2013	2012
	€	€
Capital duty	<u>1,340,000.00</u>	<u>6,803,340.82</u>

b. other

	2013	2012
	€	€
fees and contribution	6,105.28	108.00
management costs	3,000.00	0.00
transaction costs	3,635,166.05	1,324,346.98
legal and consulting costs	4,160,500.96	866,935.75
other operating expense	52,504,235.61	27,818,420.39
	<u>60,309,007.90</u>	<u>30,009,811.12</u>

Sete International GmbH

5. revenues resulting from other securities

	2013	2012
	€	€
Revenues from securities	<u>2,108.71</u>	<u>0.00</u>

6. Other interest and similar income

	2013	2012
	€	€
Interest proceeds from bank credits	31,755.18	178,224.37
Interest proceeds other credits	<u>62,818,361.63</u>	<u>14,340,526.70</u>
	<u>62,850,116.81</u>	<u>14,518,751.07</u>

thereof from affiliated undertakings

	2013	2012
	€	€
Interest proceeds other credits	<u>62,818,361.63</u>	<u>14,340,526.70</u>

7. Income from the disposal of and revaluation of financial assets

	2013	2012
	€	€
Proceeds withdr of participation	7,954,456.58	83,032,090.47
Asset val withdrawn FinAssets	<u>-7,500,444.31</u>	<u>-83,013,190.47</u>
	<u>454,012.27</u>	<u>18,900.00</u>

8. Interest and similar expenses

	2013	2012
	€	€
Interest paid	9.43	5,114,808.43
Interest for loans	4,964,450.52	1,351,114.22
Interest for loans - rel. parties	<u>24,457,680.78</u>	<u>0.00</u>
	<u>29,422,140.73</u>	<u>6,465,922.65</u>

Sete International GmbH

thereof from affiliated undertakings

	2013 €	2012 €
Interest for loans - rel. parties	<u>24,457,680.78</u>	<u>0.00</u>

11. Taxes on income and revenue

	2013 €	2012 €
Corporate tax	2,702.00	1,750.00
Financial transaction tax (IOF) BRA	223.27	0.00
Income tax (IR) BRA	715.51	0.00
	<u>3,640.78</u>	<u>1,750.00</u>

12. net income

2013 €	<u>-27,768,551.62</u>
2012 €	-25,591,922.79

13. Loss for the year

2013 €	<u>-27,768,551.62</u>
2012 €	-25,591,922.79

14. Loss carried forward from the previous years

2013 €	<u>-25,794,149.17</u>
2012 €	-202,226.38

Sete International GmbH

Other information**Related Parties**

The company holds at least 20% of the following corporations (Section 238 Number 2 UGB):

Firmenname	Firmensitz	Equity USD	Capital interest in %	Profit or loss of the previous financial year USD	Closing date
ARPOADOR Drilling B.V.	Amsterdam	71.552.461	85	75.994	31.12.2013
COPACABANA Drilling B.V.	Amsterdam	39.745.317	85	-696.065	31.12.2013
GRUMARI Drilling B.V.	Amsterdam	31.747.157	85	-389.414	31.12.2013
IPANEMA Drilling B.V.	Amsterdam	28.858.060	85	445.668	31.12.2013
LEBLON Drilling B.V.	Amsterdam	28.855.230	85	444.980	31.12.2013
LEME Drilling B.V.	Amsterdam	28.851.869	85	441.731	31.12.2013
MARAMBAIA Drilling B.V.	Amsterdam	28.855.263	85	461.626	31.12.2013
URCA Drilling B.V.	Amsterdam	53.186.921	85	-2.468.630	31.12.2013
GUARAPARI Drilling B.V.	Amsterdam	40.409.022	80	427.283	31.12.2013
BRACUHY Drilling B.V.	Amsterdam	6.721.978	85	-80.194	31.12.2013
PORTOGALO Drilling B.V.	Amsterdam	6.936.526	85	-69.570	31.12.2013
MANGARATIBA Drilling B.V.	Amsterdam	7.016.470	85	-73.358	31.12.2013
BOTINAS Drilling B.V.	Amsterdam	7.006.221	85	-83.631	31.12.2013
ONDINA Drilling B.V.	Amsterdam	26.129.933	85	-1.333.993	31.12.2013
PITUBA Drilling B.V.	Amsterdam	9.612.871	85	-623.741	31.12.2013
BOIPEBA Drilling B.V.	Amsterdam	15.226.302	85	-57.570	31.12.2013
INTERLAGOS Drilling B.V.	Amsterdam	7.446.772	85	-75.691	31.12.2013
ITAPEMA Drilling B.V.	Amsterdam	10.271.434	75	5.950	31.12.2013
COMANDATUBA Drilling B.V.	Amsterdam	10.271.272	75	5.800	31.12.2013
FRADE Drilling B.V.	Amsterdam	32.172.835	85	-823.956	31.12.2013
CAMBURI Drilling B.V.	Amsterdam	13.520.321	70	-57.885	31.12.2013
ITAOCA Drilling B.V.	Amsterdam	9.927.126	80	-361.285	31.12.2013
ITAUNAS Drilling B.V.	Amsterdam	9.631.038	70	-348.384	31.12.2013
SIRI Drilling B.V.	Amsterdam	13.360.721	80	-369.790	31.12.2013
SAHY Drilling B.V.	Amsterdam	12.048.934	70	-206.074	31.12.2013
CASSINO Drilling B.V.	Amsterdam	27.098.910	75	22.343	31.12.2013
CURUMIM Drilling B.V.	Amsterdam	23.677.317	75	-32.137	31.12.2013
SALINAS Drilling B.V.	Amsterdam	23.022.461	75	-18.422	31.12.2013
JOATINGA Drilling B.V.	Amsterdam	38.579.729	100	-516.620	31.12.2013

Sete International GmbH

Group relations

The consolidation financial statements prepared by Sete Brasil Participacoes S.A., Rio de Janeiro, Brazil, will be published at the Company's register in Rio de Janeiro.

The option to apply the exemption regulation pursuant to Section 245 (4) UGB was used. The consolidated financial statements and the management report for the group of Sete Brasil Participacoes SA, Rio de Janeiro, Brasil, are prepared under IFRS, as adopted by the IASB. There are no significant deviations to the IFRS, as adopted by the EU.

Average number of employees

	2013	2012
Workers	0	0
Employees	0	0
	<u>0</u>	<u>0</u>

Composition of the management board

The Company's Managing Directors are:

Name	since	until
André Vinicius Celani Duarte	2013-12-01	
Mag. Peter Anton Hammerschmidt	2010-07-13	
Wanderley Rezende de Souza	2012-09-24	2013-11-30

Vienna, 13th June, 2014

Managing Directors



General Conditions of Contract for the Public Accounting Professions (AAB 2011)

Laid down by the Working Group for Fees and Conditions of Contract of the Chamber of Public Accountants and Tax Advisors, recommended for use by the Board of the Chamber of Public Accountants and Tax Advisors in its decision of March 8, 2000, and revised by the Working Group for Fees and Conditions of Contract on May 23, 2002, on October 21, 2004, on December 18, 2006, on August 31, 2007, on February 28, 2008, on June 30, 2009, on March 22, 2010, as well as on February 21, 2011

2. Scope and Execution of Contract

- (1) Reference shall be made to items 3 and 4 of the Preamble.
- (2) Should the legal situation change subsequent to delivering a final professional statement passed on by the client orally or in writing, the person entitled to exercise the profession shall not be obliged to inform the client of changes or of the consequences thereof. This shall also apply to the completed parts of a contract.

Preamble and General Points

(1) The General Conditions of Contract for the professions in the field of public accounting are divided into four sections: Section I deals with contracts for services, excluding contracts concerning bookkeeping, payroll accounting and administration and assessment of payroll-related taxes and contributions; Section II deals with contracts for rendering services in the field of bookkeeping, payroll accounting and administration and assessment of taxes and contributions; Section III covers contracts not regarded as contracts for the rendering of services, while Section IV is devoted to consumer business covered by the Austrian Consumer Act.

(3) An application submitted by the person entitled to exercise the profession to an authority (e.g. tax office, social security institution) by electronic means, shall be regarded as neither signed by the person entitled to exercise the profession nor by the person authorized to submit such an application.

3. Client's Obligation to Provide Information and Submit Complete Set of Documents

(2) In the event that individual provisions of these General Conditions of Contract are void, this shall not affect the validity of the remaining provisions. The invalid provision shall be replaced by a valid provision that is as close as possible to the desired objective.

(1) The client shall make sure that all documents required for the execution of the contract be placed in good time and without special request at the disposal of the person entitled to exercise the profession and that he/she be informed of all events and circumstances which may be of significance for the execution of the contract. This shall also apply to documents, events and circumstances which become known only after the person entitled to exercise the profession has commenced his/her work.

(3) The person entitled to exercise profession in the field of public accounting shall be obliged to render the services negotiated in accordance with the principles of due professional care and conduct. He/she shall have the right to engage suitable staff for the execution of the contract. This shall apply to all sections of The General Conditions of Contract.

(2) The client shall confirm in writing that all documents submitted, all information provided and explanations given in the context of audits, expert opinions and expert services are complete. This statement may be made on the forms specifically designed for this purpose.

(4) Finally, foreign law shall only be taken into account by the person entitled to exercise the profession, if this has been explicitly agreed upon in writing. This shall apply to all sections of the General Conditions of Contract.

(3) If the client fails to disclose considerable risks in connection with the preparation of annual financial statements and other statements, the contractor shall not be obliged to render any compensation in this respect.

4. Maintenance of Independence

(5) The work prepared in the offices of the person entitled to exercise the profession may, at the discretion of the person entitled to exercise the profession, be carried out with or without using electronic data processing. In case electronic data processing is used, the client – not the person entitled to exercise the profession – is obliged to effect the registrations or notifications required under the relevant provisions of the Data Protection Act.

(1) The client shall be obliged to take all measures to make sure that the independence of the employees of the person entitled to exercise the profession be maintained and shall refrain from jeopardizing their independence in any way. In particular, this shall apply to offers of employment and to offers to accept contracts on their own account.

(6) The client undertakes not to employ staff of the person entitled to exercise the profession during and within one year after termination of the contractual relationship, either in his/her company or in an associated company, failing which he/she shall be obliged to pay the person entitled to exercise the profession the amount of the annual salary of the employee taken over.

(2) The client consents that their personal details, meaning their name and the type and scope of the services, including the performance period, agreed between the professional practitioner and the client (both audit and non-audit services), shall be handled within the information network (network), to which the professional practitioner belongs, and for this purpose transferred to the other members of the information network (network) including abroad (a list of all recipients of communications shall be sent to the client at their request by the commissioned professional practitioner) for the purpose of examination of the existence of grounds of bias or grounds for exclusion within the meaning of Sections 271 et seq. of the Company Code (UGB). For this purpose the client expressly releases the professional practitioner in accordance with the Data Protection Act and in accordance with Section 91 Subsection 4 Clause 2 of the Auditing, Tax Advising and Related Professions Act (WTBG) from their obligation to maintain secrecy. Moreover, the client acknowledges in this regard that in states which are not EU members a lower level of data protection than in the EU may prevail. The client can revoke this consent at any time in writing to the professional practitioner.

SECTION I

1. Scope

(1) The General Conditions of Contract in Section I shall apply to contracts concerning (statutory and voluntary) audits with or without auditor's certificate, expert opinions, court expert opinions, preparation of annual financial statements and other financial statements, tax consultancy and other services to be rendered within the framework of a contract for the rendering of services, excluding bookkeeping, payroll accounting and the administration and assessment of payroll-related taxes and contributions.

5. Reporting Requirements

(2) The General Conditions of Contract shall apply, if their use has been explicitly or tacitly agreed upon. Furthermore, in the absence of another agreement, they shall be used for reference to facilitate interpretation.

(1) In the absence of an agreement to the contrary, a written report shall be drawn up in the case of audits and expert opinions.

(3) Point 8 shall also apply to third parties whose services, in certain cases, may be enlisted by the contractor for the execution of the contract.

(2) All information and opinions of the person entitled to exercise the profession and his employees shall only be binding provided they are set down or confirmed in writing. Written opinions shall only be those on which there is a company signature. Written opinions shall in no circumstances be information sent electronically, specifically not via e-mail.

(3) Transmission errors cannot be excluded when information and data is transmitted electronically. The person entitled to exercise the profession and his employees shall not be liable for losses which arise as a result of electronic transmission. Electronic transmission shall be exclusively at the client's risk. The client is aware that confidentiality is not guaranteed when the Internet is used. Furthermore, amendments or supplements to documents transmitted shall only be permissible subject to explicit approval.

(4) Receipt and forwarding of information to the person entitled to exercise the profession and his employees are not always guaranteed when the telephone is used, in particular in conjunction with automatic telephone answering systems, fax, e-mail and other electronic means of communication. As a result, instructions and important information shall only be deemed to have been received by the person entitled to exercise the profession provided they are also received in writing, unless explicit confirmation of receipt is provided in individual instances. Automatic confirmation that items have been transmitted and read shall not as such constitute explicit confirmations of receipt. This shall apply in particular to the transmission of decisions and other information relating to deadlines. As a result, critical and important notifications must be sent to the person entitled to exercise the profession by post or courier. Delivery of documents to employees outside the firm's offices shall not count as delivery.

(5) The client agrees to being sent recurrent general tax law and general commercial law information by the person entitled to exercise the profession via electronic means. This shall not apply to unsolicited information in accordance with § 107 of the Austrian Telecommunications Act (TKG).

6. Protection of Intellectual Property of the Person Entitled to Exercise the Profession

(1) The client shall be obliged to ensure that reports, expert opinions, organizational plans, drafts, drawings, calculations and the like, issued by the person entitled to exercise the profession, be used only for the purpose specified in the contract (e.g. pursuant to Section 44 Para. 3 Austrian Income Tax Act 1988). Furthermore, professional statements passed on by the client orally or in writing made by the person entitled to exercise the profession may be passed on to a third party for use only with the written consent of the person entitled to exercise the profession.

(2) The use of professional statements passed on by the client orally or in writing made by the person entitled to exercise the profession for promotional purposes shall not be permitted; a violation of this provision shall give the person entitled to exercise the profession the right to terminate without notice to the client all contracts not yet executed.

(3) The person entitled to exercise the profession shall retain the copyright on his/her work. Permission to use the work shall be subject to the written consent by the person entitled to exercise the profession.

7. Correction of Errors

(1) The person entitled to exercise the profession shall have the right and shall be obliged to correct all errors and inaccuracies in his/her professional statement passed on by the client orally or in writing which subsequently come to light and shall be obliged to inform the client thereof without delay. He/she shall also have the right to inform a third party acquainted with the original statement of the change.

(2) The client has the right to have all errors corrected free of charge, if the contractor can be held responsible for them; this right will expire six months after completion of the services rendered by the person entitled to exercise the profession and/or - in cases where a written statement has not been delivered - six months after the person entitled to exercise the profession has completed the work that gives cause to complaint.

(3) If the contractor fails to correct errors which have come to light, the client shall have the right to demand a reduction in price. The extent to which additional claims for damages can be asserted is stipulated under Point 8.

8. Liability

(1) The person entitled to exercise the profession shall only be liable for violating intentionally or by gross negligence the contractual duties and obligations entered into.

(2) In cases of gross negligence, the maximum liability for damages due from the appointed person entitled to exercise the profession is tenfold the minimum insurance sum of the professional liability insurance

according to Section 11 of the Act on Professions in the Field of Public Accounting (WTBG) in the currently valid version.

(3) Any action for damages may only be brought within six months after those entitled to assert a claim have gained knowledge of the damage, but not later than three years after the occurrence of the (primary) loss following the incident upon which the claim is based, unless other statutory limitation periods are laid down in other legal provisions.

(4) Should Section 275 of the Austrian Business Enterprise Code (Commercial Code, UGB) be mandatorily applicable, the liability provisions pursuant to Section 275 shall apply where these represent mandatory law, even in cases where several persons have participated in the execution of the contract or where several activities requiring compensation have taken place, irrespective of whether other participants have acted with intent.

(5) In cases where a formal audit certificate is issued, the applicable limitation period shall commence at the latest at the time of issue of said audit certificate.

(6) If activities are carried out by enlisting the services of a third party, e.g. a data-processing company, and the client is informed thereof, any warranty claims and claims for damages which arise against the third party according to law and in accordance with the conditions of the third party, shall be deemed as having been passed on to the client. The person entitled to exercise the profession shall only be liable for fault in choosing the third party.

(7) The person entitled to exercise the profession shall not be liable to a third party, if his/her professional statements are passed on by the client orally or in writing without the approval or knowledge of the person entitled to exercise the profession.

(8) The above provisions shall apply not only vis-à-vis the client but also vis-à-vis third parties, if the person entitled to exercise the profession, in exceptional cases, should be liable for his/her work. In any case, a third party cannot raise any claims that go beyond any claim raised by the client. The maximum sum of liability shall be valid only once for all parties injured, including the compensation claims of the client, even if several persons (the client and a third party or several third parties) have been wronged; the claims of the aggrieved parties shall be satisfied in the order in which the claims have been raised.

9. Secrecy, Data Protection

(1) According to Section 91 WTBG the person entitled to exercise the profession shall be obliged to maintain secrecy in all matters that become known to him/her in connection with his work for the client, unless the client releases him/her from this duty or he/she is bound by law to deliver a statement.

(2) The person entitled to exercise the profession shall be permitted to hand on reports, expert opinions and other written statements pertaining to the results of his/her services to third parties only with the permission of the client, unless he/she is required to do so by law.

(3) The person entitled to exercise the profession is authorized to process personal data entrusted to him/her within the framework of the purpose of the contract or to have them processed by a third party according to Point 8 Item 5. The person entitled to exercise the profession shall guarantee that according to Section 15 of the Data Protection Act secrecy be maintained. According to Section 11 of the Data Protection Act the material made available to the person entitled to exercise the profession (data carrier, data, control numbers, analyses and programs) as well as all results obtained as a result of the work provided shall be returned to the client, unless the client has requested in writing that the material and/or results be transferred to a third party. The person entitled to exercise the profession shall be obliged to take measures to ensure that the client can meet his/her obligation to provide information according to Section 26 of the Data Protection Act. The client's instructions required for this purpose shall be given in writing to the person entitled to exercise the profession. Unless a fee has been negotiated for providing such information, the client shall be charged only the actual efforts undertaken. The client shall meet his/her obligation to provide information to those concerned and/or to register in the data processing register, unless the contrary has been explicitly agreed in writing.

10. Termination

(1) Unless otherwise agreed in writing or stipulated by force of law, either contractual partner shall have the right to terminate the contract at any time with immediate effect. The fee shall be calculated according to Point 12.

(2) However, a continuing agreement (even with a flat fee) - always to be presumed in case of doubt - may, without good reason (cf. Section 88 Item 4 WTBG), only be terminated at the end of the calendar month by observing a period of notice of three months, unless otherwise agreed in writing.

(3) Except for cases listed in Item 5, in case of termination of a continuing agreement only those tasks shall be part of the list of jobs to be completed and finished that can be completed fully or to the largest part within the period of notice, with financial statements and annual income tax returns being deemed to be subject to successful completion within two months calculated from the balance sheet date. In this case the above-mentioned jobs actually have to be completed within a reasonable period of time, if all documents and records required are provided without delay and if no good reason within the meaning of Section 88 Paragraph 4 WTBG is cited.

(4) In case of a termination according to Item 2 the client shall be informed in writing within one month which assignments at the time of termination are considered to be part of the work to be completed.

(5) If the client is not informed within this period about the assignments still to be carried out, the continuing agreement shall be deemed terminated upon completion of the tasks under way at the date when the notice of termination is served.

(6) Should it happen that in case of a continuing agreement as defined under Items 2 and 3 – for whatever reason – more than two similar jobs which are usually completed only once a year (e.g. financial statements or annual tax returns etc.) are to be completed, any such jobs exceeding this number shall be regarded as assignments to be completed only with the client's explicit consent. If applicable, the client shall be informed of this explicitly in the statement pursuant to Item 4.

11. Default in Acceptance and Failure to Cooperate on the part of the Client

If the client defaults on acceptance of the services rendered by the person entitled to exercise the profession or fails to carry out a task incumbent on him/her either according to Point 3 or imposed on him/her in another way, the person entitled to exercise the profession shall have the right to terminate the contract without prior notice. His/her fees shall be calculated according to Point 12. Default in acceptance or failure to cooperate on the part of the client shall also justify a claim for compensation made by the person entitled to exercise the profession for the extra time and labor hereby expended as well as for the damage caused, if the person entitled to exercise the profession does not invoke his/her right to terminate the contract.

12. Entitlement to Fee

(1) If the contract fails to be executed (e.g. due to termination), the person entitled to exercise the profession shall be entitled to the negotiated fee, provided he/she was prepared to render the services and was prevented from so doing by circumstances caused by the client (Section 1168 of the Civil Code (ABGB)); in this case the person entitled to exercise the profession need not deduct the amount he/she obtained or could have obtained through alternative use of his/her own professional services or those of his/her employees.

(2) If the client fails to cooperate and the assignment cannot be carried out because of lack of cooperation, person entitled to exercise the profession shall also have the right to set a reasonable grace period on the understanding that, if this grace period expires without results, the contract shall be deemed cancelled and the consequences indicated in item 1) shall apply.

(3) If the person entitled to exercise the profession terminates the contract without good reason and at an inopportune moment, he/she shall compensate the client for the damage caused according to Point 8.

(4) If the client – having been made aware of the legal situation – agrees that the person entitled to exercise the profession duly completes the task, the work shall be completed accordingly.

13. Fee

(1) Unless the parties agreed that the services would be rendered free of charge or unless explicitly stipulated otherwise, an appropriate remuneration in accordance with Sections 1004 and 1152 of the Austrian Civil Code (ABGB) is due. Unless a different agreement has demonstrably been reached, payments by the client shall in all cases be credited against the oldest debt. The claim for remuneration by the person entitled to exercise the profession is based upon an agreement concluded between him/her and the principal involved.

(2) Proper understanding between the person entitled to exercise the profession and their principals is most effectively achieved by clearly expressed remuneration agreements.

(3) The smallest service unit which may be charged is a quarter of an hour.

(4) Travel time to the extent required is also charged in most cases.

(5) Study of documents which, in terms of their nature and extent, may prove necessary for preparation of the person entitled to exercise the profession in his/her own office may also be charged as a special item

(6) Should a remuneration already agreed upon prove inadequate as a result of the subsequent occurrence of special circumstances or special requirements of the principal, additional negotiations for the agreement of a more suitable remuneration are usual. This also usually applies where inadequate fixed sum remunerations are concerned.

(7) Persons entitled to exercise the profession also include charges for supplementary costs and value-added (turnover) tax in addition to the above.

(8) Supplementary costs also include documented or flatrate cash expenses, travelling expenses (first class for train journeys, sleeping car (wagon lits) if necessary, dietary requirements, mileage allowance, photocopy costs and similar supplementary costs.

(9) Should particular third party liabilities be involved, the necessary insurance premiums also count as supplementary costs.

(10) Personnel and material expenses for the preparation of reports, expertises and similar documents are also viewed as supplementary costs.

(11) For the execution of a commission wherein mutual conclusion involves several persons entitled to exercise the profession, each of the latter will charge his/her own remuneration.

(12) Remunerations and advance payments required are due immediately after receipt of their written claim should no other agreements exist. Where payments of remuneration are made later than 14 days after the due date, default interest may be charged. Where mutual business transactions are concerned, a default interest rate of 8% above the base rate is agreed upon (Cf. Section 352 of the Austrian Business Enterprise Code (Commercial Code, UGB)).

(13) Time limitation is in accordance with Section 1486 of the Austrian Civil Code (ABGB), starting at the time of conclusion of the service involved or a later rendering of accounts after an appropriate time-limit.

(14) An objection may be raised in writing against bills presented by the appointed trustee up to 4 weeks after the date of presentation. Otherwise the bill is considered as accepted. Filing of a bill in the accounting system of the recipient is also considered as acceptance.

(15) Application of § 934 ABGB (Austrian Civil Code) within the meaning of § 351 Austrian Business Enterprise Code (Commercial Code, UGB), i.e. rescission for laesio enormis (lesion beyond moiety) among entrepreneurs, is hereby renounced.

14. Other Provisions

(1) In addition to the reasonable rate or fee charged, the person entitled to exercise the profession shall have the right to claim reimbursement of expenses. He/she can ask for advance payments and can make delivery of the results of his/her (continued) work dependent on satisfactory fulfillment of his/her demands. In this context reference shall be made to the legal right of retention (Section 471 of the Civil Code (ABGB), Section 369 of the Austrian Business Enterprise Code (Commercial Code, UGB)). If the right of retention is wrongfully exercised, the person entitled to exercise the profession shall be liable only in case of gross negligence up to the outstanding amount of his/her fees. As regards standing orders, the provision of further services may be denied until payment of previous services has been effected. This shall analogously apply if services are rendered in installments and fee installments are outstanding.

(2) After all the data to be archived, which has been prepared by the public accountant and tax advisor, has been delivered to the client or to the succeeding public accountant and tax advisor, the person entitled to exercise the profession shall be entitled to delete the data in question.

(3) With the exception of obvious essential errors, a complaint concerning the work of the person entitled to exercise the profession shall not justify the retention of remuneration owed in accordance with Item 1.

(4) Offsetting the remuneration claims made by the person entitled to exercise the profession in accordance with Item 1 shall only be permitted, if the demands are uncontested and legally valid.

(5) At the request and expense of the client, the person entitled to exercise the profession shall hand over all documents received from the client within the scope of his/her activities. However, this shall not apply to correspondence between the person entitled to exercise the profession and his/her client, to original documents in his/her possession or to

documents which have to be kept in accordance with the directive on money laundering. The person entitled to exercise the profession may make or retain copies or duplicates of the documents to be returned to the client. The client shall be obliged to bear these expenses in so far as these copies or duplicates may be required as a proof of the orderly execution of all professional duties by the person entitled to exercise the profession.

(6) In the event of termination of the contract, the contractor shall be entitled to charge an appropriate fee for further queries after termination of the contract and for granting access to the relevant information about the audited company.

(7) The client shall fetch the documents handed over to the person entitled to exercise the profession within three months after the work has been completed. If the client fails to do so, the person entitled to exercise the profession shall have the right to return them to the client at the cost of the client or to charge safe custody charges, if the person entitled to exercise the profession can prove that he/she has asked the client twice to pick up the documents handed over.

(8) The person entitled to exercise the profession shall have the right to compensation of any fees that are due by use of any available deposited funds, clearing balances, trust funds or other liquid resources at his/her disposal even if these funds are explicitly intended for safe keeping, if the client had to reckon with a counterclaim of the person entitled to exercise the profession.

(9) To safeguard an existing or future fee payable, the person entitled to exercise the profession shall have the right to transfer a balance held by the client with the tax office or another balance held by the client in connection with charges and contributions, to a trust account. In this case the client shall be informed about the transfer. Subsequently, the amount secured may be collected either after agreement has been reached with the client or after enforceability by execution has been declared.

15. Applicable Law, Place of Performance, Jurisdiction

(1) The contract, its execution and the claims resulting from it shall be exclusively governed by Austrian law.

(2) The place of performance shall be the place of business of the person entitled to exercise the profession.

(3) In case of disputes, the court of the place of performance shall be the competent court.

16. Supplementary Provisions for Audits

(1) For statutory audits of financial statements which are carried out in order to issue a formal audit certificate (e.g. Section 268 and the following sections of the Company Code), the purpose of the contract, unless otherwise agreed to in writing, shall not be to investigate whether regulations concerning tax laws or specific regulations, e.g. price fixing, restriction of competition and foreign exchange regulations have been adhered to. Neither shall the purpose of the statutory audit of financial statements be to investigate whether the business is run in an economical, efficient and expedient manner. Within the framework of a statutory audit of a financial statement there shall be no obligation to detect the falsification of accounts or other irregularities.

(2) When a qualified or unqualified audit certificate is issued within the scope of a statutory audit of the annual financial statement, the audit certificate issued shall be appropriate for the respective type of business organization.

(3) If financial statements are published together with the audit certificate, they shall only be published in the form confirmed or explicitly permitted by the auditor.

(4) If the auditor revokes his/her audit certificate, the further use thereof shall no longer be permitted. If the financial statements have been published with the audit certificate, the revocation thereof shall also be published.

(5) For other statutory and voluntary audits of financial statements as well as for other audits, the above principles shall apply accordingly.

17. Supplementary Provisions concerning the Preparation of Annual Financial Statements and Other Financial Statements, Consultation and Other Services to be Provided within the Framework of a Contract for the Rendering of Services

(1) The person entitled to exercise the profession, when performing the aforementioned activities, shall be justified in accepting information provided by the client, in particular figures, as correct. However, he/she is

obliged to inform the client of any errors identified by him/her. The client shall present the person entitled to exercise the profession with all important documents required for keeping deadlines, in particular tax assessment notices, in good time so as to ensure that the person entitled to exercise the profession has a reasonable amount of time, but not less than one week, to process the information.

(2) In the absence of written agreements to the contrary, consultation shall consist of the following activities:

- a) preparing annual tax returns for income tax and corporate tax as well as value-added tax (VAT) on the basis of the financial statements and other documents and papers required for taxation purposes and to be submitted by the client or prepared by the contractor.
- b) examining the tax assessment notices for the tax returns mentioned under a).
- c) negotiating with the fiscal authorities in connection with the tax returns and notices mentioned under a) and b).
- d) participating in external tax audits and assessing the results of external tax audits with regard to the taxes mentioned under a).
- e) participating in appeal procedures with regard to the taxes mentioned under a). If the person entitled to exercise the profession receives a flat fee for regular tax consultation, in the absence of written agreements to the contrary, the activities mentioned under d) and e) shall be invoiced separately.

(3) Particular matters pertaining to income tax, corporate tax and reliable value tax return as well as all matters relating to value-added tax, withholding tax on salaries and wages and other taxes and duties shall only be prepared on the basis of a specific contract. This shall also apply to

- a) processing non-recurring matters pertaining to tax, e.g. inheritance tax, capital transfer tax, land transfer tax,
- b) the defense and consultation in penal procedures relating to the taxes mentioned,
- c) providing consultation and expert opinions in matters pertaining to the foundation, restructuring, merger, capital increase and decrease, and reorganization of a company, entry and retirement of a shareholder or partner, sale of a business, winding up, management consultancy and other activities according to Sections 3 to 5 of the Act on Professions in the Field of Public Accounting (WTBG).
- d) the preparation of applications to the Register of Companies in connection with annual financial statements, including the keeping of records required.

(4) Provided the preparation of the annual value added tax return is part of the contract accepted, this shall not include the examination of any particular accounting conditions nor the examination of whether all relevant value added tax concessions have been utilized, unless the person entitled to exercise the profession can prove that he/she has been commissioned accordingly.

(5) The aforementioned paragraphs shall not apply to services requiring particular expertise provided by an expert.

**SECTION II
 18. Scope**

The General Conditions of Contract in Section II shall apply to contracts for the rendering of services in the field of bookkeeping, payroll accounting and the administration and assessment of payroll-related taxes and contributions.

19. Scope and Execution of Contract

(1) Reference shall be made to Items 3 and 4 of the Preamble.

(2) The person entitled to exercise the profession shall be justified in regarding information and documents presented to him/her by the client, in particular figures, as correct and complete and in using them as a basis for accounting. The person entitled to exercise the profession shall not be obliged to identify errors, unless he/she has been specifically instructed to do so in writing. However, if errors are identified, he/she shall inform the client thereof.

(3) If a flat fee has been negotiated for the activities mentioned in Point 18, in the absence of written agreements to the contrary, representation in matters concerning all types of tax audits and audits of payroll-related taxes and social security contributions including settlements concerning tax assessments and the basis for contributions, preparation of reports, appeals and the like shall be invoiced separately.

(4) Particular individual services in connection with the services mentioned in Point 18, in particular ascertaining whether the requirements for statutory social security contributions are met, shall be dealt with only

on the basis of a specific contract and shall be treated according to Section I or Section III of the General Conditions of Contract.

(5) Any application submitted to authorities (e.g. tax office, social insurance institution) electronically, shall be regarded as neither signed by the person entitled to exercise the profession nor by the person authorized to transmit the application.

20. Client's Duty to Cooperate

The client shall make sure that all information and documents required for bookkeeping, payroll accounting and administration and assessment of payroll-related taxes and contributions be placed at the disposal of the person entitled to exercise the profession on an agreed date without his/her specific request.

21. Termination

(1) Unless otherwise agreed to in writing, either contractual partner may terminate the contract at the end of each month with three months' notice without giving a particular reason.

(2) If the client repeatedly fails to fulfill his/her duties according to Point 20, the person entitled to exercise the profession shall have the right to terminate the contract immediately without prior notice.

(3) If the person entitled to exercise the profession delays in rendering services due to reasons for which he/she is solely responsible, the client shall have the right to terminate the contract immediately without prior notice.

(4) In case of a termination of the contractual relationship only those assignments shall be considered part of the contract which the contractor is already working on or major parts of which can be completed within the period of notice and which are notified to the client within one month.

22. Fee and Entitlement to Fee

(1) Unless otherwise agreed to in writing, the fee shall be considered agreed upon for one year at a time.

(2) If the contract is terminated pursuant to Point 21 Item 2 the person entitled to exercise the profession shall have the right to the full fee negotiated for three months. This shall also apply if the client fails to observe the period of notice.

(3) If the contract is terminated pursuant to Point 21 Item 3, the person entitled to exercise the profession shall only have the right to the fee corresponding to the services rendered up to this point, provided they are of value to the client.

(4) If a flat fee has not been negotiated, the fee shall be calculated pursuant to Item 2 according to the monthly average of the current year of contract until termination.

(5) Unless the parties agreed that the services would be rendered free of charge or unless explicitly stipulated otherwise, an appropriate remuneration in accordance with Sections 1004 and 1152 of the Austrian Civil Code (ABGB) is due. Unless a different agreement has demonstrably been reached, payments by the client shall in all cases be credited against the oldest debt. The claim for remuneration by the person entitled to exercise the profession is based upon an agreement concluded between him/her and the principal involved. Furthermore, the basics standardized under section 13 apply.

(6) Application of § 934 ABGB (Austrian Civil Code) within the meaning of § 351 Austrian Business Enterprise Code (Commercial Code, UGB), i.e. rescission for *laesio enormis* (lesion beyond moiety) among entrepreneurs, is hereby renounced.

23. Other Provisions

In all other cases, the provisions of Section I of the General Conditions of Contract shall apply accordingly.

SECTION III

24. Scope

(1) The General Conditions of Contract in Section III shall apply to all contracts not mentioned in the previous sections, which are not to be regarded as contracts for rendering services and are not related to the contracts mentioned in the previous sections.

(2) In particular, Section III of the General Conditions of Contract shall apply to contracts concerning the non-recurring participation in negotiations, to services as an agent in matters pertaining to insolvency, to contracts concerning non-recurring interventions and the handling of the

individual matters mentioned in Point 17 Item 3 in the absence of a continuing agreement.

25. Scope and Execution of Contract

(1) Reference shall be made to Items 3 and 4 of the Preamble.

(2) The person entitled to exercise the profession shall be justified in regarding and obliged to regard information and documents presented to him/her by the client, in particular figures, as correct and complete. In case of penal procedures he/she shall protect the rights of the client.

(3) The person entitled to exercise the profession shall not be obliged to identify errors, unless he/she has been specifically instructed to do in writing. However, if he/she identifies errors, the client shall be informed accordingly.

26. Client's Duty to Cooperate

The client shall make sure that all the necessary information and documents be placed at the disposal of the person entitled to exercise the profession in good time and without his/her special request.

27. Termination

Unless otherwise agreed to in writing or stipulated by force of law, either contractual party shall have the right to terminate the contract at any time with immediate effect (Section 1020 of the Civil Code (ABGB)).

28. Fee and Entitlement to Fee

(1) Unless the parties agreed that the services would be rendered free of charge or unless explicitly stipulated otherwise, an appropriate remuneration in accordance with Sections 1004 and 1152 of the Austrian Civil Code (ABGB) is due. Unless a different agreement has demonstrably been reached, payments by the client shall in all cases be credited against the oldest debt. The claim for remuneration by the person entitled to exercise the profession is based upon an agreement concluded between him/her and the principal involved. Furthermore, the basics standardized under section 13 apply.

(2) In the event of termination the fee shall be calculated according to the services rendered up to this point, provided they are of value to the client.

(3) Application of § 934 ABGB (Austrian Civil Code) within the meaning of § 351 Austrian Business Enterprise Code (Commercial Code, UGB), i.e. rescission for *laesio enormis* (lesion beyond moiety) among entrepreneurs, is hereby renounced.

29. Other Provisions

The reference in Point 23 to provisions in Section I shall apply accordingly.

SECTION IV

30. Scope

The Conditions of Contract of Section IV shall only apply to consumer business in accordance with the Consumer Act (Federal Law of March 8, 1979/Federal Law Gazette No. 140 as amended).

31. Supplementary Provisions for Consumer Transactions

(1) Contracts between persons entitled to exercise the profession and consumers shall fall under the obligatory provisions of the Consumer Act.

(2) The person entitled to exercise the profession shall only be liable for the deliberate and gross negligent violation of the obligations assumed.

(3) Contrary to the limitation laid down in Point 8 Item 2 of the General Conditions of Contract, the duty to compensate on the part of the person entitled to exercise the profession shall not be limited in case of gross negligence.

(4) Point 8 Item 3 of the General Conditions of Contract (asserting claims for damages within a certain period) shall not apply.

(5) Right of Withdrawal according to Section 3 of the Consumer Protection Act

If the consumer has not made his/her contract statement in the office usually used by the person entitled to exercise his/her profession, he/she may withdraw from the contract application or the contract proper. This withdrawal may be declared until the contract has been concluded or within one week after its conclusion; the period commences as soon as a

document has been handed over to the consumer which contains at least the name and the address of the person entitled to exercise the profession as well as instructions on the right to revoke the contract, but no earlier than the conclusion of the contract.

The consumer shall not have the right to withdraw from the contract,

1. if the consumer himself/herself established the business relationship concerning the conclusion of this contract with the person entitled to exercise the profession or his/her agent,
2. if the conclusion of the contract has not been preceded by any talks between the parties involved or their agents or
3. in case of contracts where the mutual services have to be provided immediately, if the contracts are usually concluded outside the offices of the persons entitled to exercise the profession, and the fee agreed upon does not exceed €15.

In order to become legally effective, the revocation shall be declared in writing. It is sufficient if the consumer returns a document that contains his/her contract declaration or that of the person entitled to exercise the profession to the person entitled to exercise the profession with a note which reveals that the consumer rejects the conclusion or the maintenance of the contract. It is sufficient if this declaration is dispatched within a week.

If the consumer withdraws from the contract according to Section 3 of the Consumer Act,

1. the person entitled to exercise the profession shall return all benefits received, including all statutory interest, calculated from the day of receipt, and to compensate the consumer for all necessary and useful expenses incurred in this matter,
2. the consumer shall pay for the value of the services rendered by the person entitled to exercise the profession as far as they are of a clear and predominant benefit to him/her.

According to Section 4 Paragraph 3 of the Consumer Act claims for damages shall remain unaffected.

(6) Cost Estimates according to Section 5 of the Consumer Act

The consumer shall pay for the preparation of a cost estimate in accordance with Section 1170a of the Austrian Civil Code by the person entitled to exercise the profession only, if this payment obligation has been notified to the consumer beforehand.

If the contract is based on a cost estimate prepared by the person entitled to exercise the profession, its correctness shall be deemed warranted as long as the opposite has not been explicitly declared.

(7) Correction of Errors: Supplement to Point 7

If the person entitled to exercise the profession is obliged according to Section 932 of the Austrian Civil Code to improve or complement his/her services, he/she shall execute this duty at the place where the matter was transferred to him/her. If it is in the interest of the consumer to have the work and the documents returned by the person entitled to exercise the profession, the consumer may carry out this transfer at his/her own risk and expense.

(8) Jurisdiction: Instead of Point 15 Item 3:

If the domicile or the usual residence of the consumer is within the country or if he/she is employed within the country, in case of an action against him/her according to Sections 88, 89, 93 Paragraph 2 and 104 Paragraph 1 JN the jurisdiction of a court shall depend on the district where the consumer has his domicile, usual residence or place of employment.

(9) Contracts on Recurring Services

(a) Contracts which oblige the person entitled to exercise the profession to render services and the consumer to effect repeated payments and which have been concluded for an indefinite period or a period exceeding one year, may be terminated by the consumer at the end of the first year, and after the first year at the end of every six months, by adhering to a two-month period of notice.

(b) If the total work is regarded as a service that cannot be divided on account of its character, the extent and price of which is determined already at the conclusion of the contract, the first date of termination may be postponed until the second year has expired. In case of such contracts the period of notice may be extended to a maximum of six months.

(c) If the execution of a certain contract indicated in lit.a) 1 requires considerable expenses on the part of the person entitled to exercise the profession and if he/she informed the consumer about this not later than when the contract was concluded, reasonable dates of termination and periods of notice which deviate from lit.a) and b) and which fit the respective circumstances may be agreed.

(d) If the consumer terminates the contract without complying with the period of notice, the termination shall become effective at the next termination date which follows the expiry of the period of notice.



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.: 9 9467-5609
 Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09654/16 Livro 133 Folhas 429

Eu, ALESSANDRA OTERO GOEDERT, Tradutora Pública, atesto que esta é uma tradução fiel e correta de um documento que me foi apresentado em língua inglesa.

Relatório de Auditoria
 (Tradução)

Sete International GmbH,
 Viena

Relatório de Auditoria sobre as Demonstrações Contábeis em Forma Longa
 em 31 de dezembro de 2013

Chamamos atenção para o fato de que a tradução do inglês deste relatório de auditoria extenso, de acordo com o Capítulo 273 do Código Comercial Austríaco (UGB) é apresentada somente para referência do leitor e que a redação em idioma alemão prevalecerá para os fins de direito.

Índice	Página
1. Contratação e Desempenho	1
2. Notas sobre e Divulgação de Itens Relevantes nas Demonstrações Contábeis	3
3. Resumo da Auditoria	4
3.1 Relatório sobre as Atividades Econômicas.....	4
3.2 Relatório sobre a Conformidade das Demonstrações Contábeis e Financeiras	4
3.3 Informações Fornecidas.....	4
3.4 Mudanças Adversas na Posição Financeira, Desempenho Financeiro e Fluxos de Caixa e Prejuízos Significativos	4
3.5 Declaração quanto a Questões Referentes ao Capítulo 273 (2) e (3) UGB (Execução da Obrigação de Emissão de Relatórios)	5
3.5.1 Informações Referentes ao Capítulo 273 (2) 1ª Sentença do UGB (Possível Incapacidade de Continuar em Operação)	5
4. Relatório do Auditor	6

Índice de Apêndices	Apêndice
Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2013.....	1
Condições Gerais do Contrato para Profissões de Auditoria Pública.....	2



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.: 9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09654/16

Livro 133

Folhas 430

pwc

PwC Wirtschaftsprüfung GmbH
Erdbergstrasse 200
1030 Viena
Austria
Tel.: +43 1 501 88-0
Fax: +43 1 501 8-601
E-mail: office.wien@at.pwc.com
www.pwc.at

Ao
Conselho de Administração da
Sete International GmbH
Schubertring 6
1010 Vienna

**RELATÓRIO DE AUDITORIA EM FORMA LONGA SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(TRADUÇÃO)**

1. Contratação e Desempenho

O Conselho de Administração em carta datada de 03 de junho de 2014 nos contratou para auditarmos as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013 e emitirmos um relatório sobre elas. Antes de nossa nomeação como auditores, emitimos uma declaração sobre nossa autonomia em relação ao Capítulo 270 do UGB.

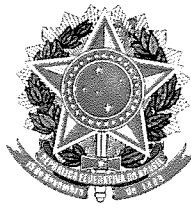
A Sociedade é uma sociedade de pequeno porte segundo a Capítulo 221 do UGB. Esta auditoria é voluntária.

O responsável pelo desempenho devido da contratação é o Sr. Karl Hofbauer, Auditor Público Certificado na Áustria.

O objetivo da auditoria foi examinar a conformidade com os requisitos legais.

Ao realizar a auditoria, observamos as disposições legais aplicáveis e as normas e pareceres dos especialistas pertinentes. Chamamos a atenção para o fato de que a auditoria propicia uma garantia adequada de que as demonstrações contábeis estão isentas de distorções relevantes. Não se pode obter uma garantia absoluta, já que a possibilidade de erro é inerente a cada sistema de controle interno e contábil e, visto que a auditoria é baseada em amostras, há um risco inevitável de que não sejam detectadas distorções relevantes nas demonstrações contábeis. A contabilidade, os registros, listagens de estoque, bem como as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013 fornecidos pela Sociedade serviram de base para nossa auditoria.

Realizamos a auditoria, com interrupções, de maio a junho de 2014 em Viena. A auditoria foi concluída na data deste relatório.



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.: 9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09654/16

Livro 133

Folhas 431

Nossa auditoria baseou-se no contrato de auditoria concluído com a Sociedade, cuja parte integrante são as Condições Gerais do Contrato para Profissões de Auditoria Pública ("AAB") publicadas pela Câmara Austríaca de Auditores Públicos e Assessores Fiscais em 8 de março de 2000, tendo sido alteradas pela última vez em 21 de fevereiro de 2011 (consultar o Apêndice 2). Estas Condições Gerais do Contrato não somente se aplicam entre a Sociedade e o auditor, mas também a terceiros. O Capítulo 275 do UGB se aplica com relação à nossa responsabilidade e compromisso como auditores perante a Sociedade e perante terceiros. Conforme disposto no Capítulo 275 (2) do UGB (disposição de compromisso em relação à auditoria de demonstrações contábeis de empresas de pequeno e médio porte), nossa responsabilidade e compromisso com a Sociedade e terceiros decorrentes da auditoria estão limitados a um total de EUR 2 milhões.

2. Notas sobre e Divulgação de Itens Relevantes nas Demonstrações Contábeis

Todas as divulgações requeridas de itens relevantes no balanço patrimonial e na demonstração do resultado estão incluídas nas notas às demonstrações contábeis. Portanto, solicitamos que consultem as divulgações relacionadas feitas pelo conselho de administração nas notas às demonstrações contábeis.

3. Resumo da Auditoria

3.1. Relatório sobre Atividades Econômicas

A Sete International GmbH de Viena atua como companhia holding de 29 companhias localizadas nos Países Baixos. Cada uma das subsidiárias holandesas firmou um contrato com um estaleiro para construir um navio-sonda para águas ultra profundas na área do pré-sal na frente da costa brasileira no Oceano Atlântico, os quais, após concluídos, serão fretados a um operador em base de um contrato de longo-prazo. Os navios-sonda estão atualmente sendo construídos, sendo que os primeiros estão previstos para serem concluídos em 2015.

3.2. Relatório sobre a Conformidade das Demonstrações Contábeis e Financeiras

Ao realizarmos nossa auditoria, estabelecemos a conformidade com as disposições estatutárias e as práticas contábeis adotadas.

Segundo nossa abordagem de auditoria direcionada ao risco e controle, incluímos na auditoria, quando considerado necessário para nosso relatório de auditoria, os controles internos em partes do processo contábil.

Com relação à conformidade legal das demonstrações contábeis, fazemos referência a nossos comentários no relatório dos auditores.

3.3. Informações Fornecidas

Foi-nos permitido inspecionar os documentos, contratos e correspondência da Sociedade. Todas as informações requeridas foram fornecidas pelo Conselho de Administração e pelos respectivos funcionários operacionais. Uma carta de representação assinada pela diretoria foi incluída em nossos materiais de trabalho.



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.: 9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09654/16

Livro 133

Folhas 432

3.4. Mudanças Adversas na Posição Financeira, Desempenho Financeiro e Fluxos de Caixa e Prejuízos Significativos

A Sociedade gerou um resultado operacional negativo no exercício fiscal de 2013, do mesmo modo que no exercício passado, o qual resultou principalmente de perdas de câmbio na conversão de dólares norte-americanos. As subsidiárias ainda estão na fase inicial de operações e requerem investimentos significativos. O financiamento é predominantemente em dólares norte-americanos.

3.5. Declarações sobre Questões Referentes ao Capítulo 273 (2) e (3) do UGB (Execução de Obrigação de Emissão de Relatórios)

3.5.1. Informações Referentes ao Capítulo 273 (2) 1ª. Sentença do UGB (Possível Incapacidade de Continua em Operação)

Estabelecemos os seguintes fatos:

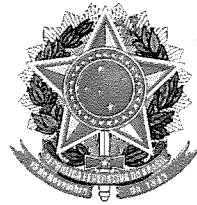
Na data do balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2013, o passivo circulante e as provisões (EUR 919.516 mil) da Sociedade excedem o ativo circulante (EUR 546.804 mil). No nível dos acionistas, existem atualmente negociações com instituições financeiras para garantir um financiamento de longo prazo do grupo e a conclusão dos navios-sonda, incluindo o financiamento da Sete International GmbH de Viena. A conclusão dessas negociações depende do atendimento de certas condições prévias, e caso isto não ocorra, indicará a existência de uma incerteza relevante que poderá levantar dúvidas quanto à capacidade de a Sociedade continuar em operação.

À parte disso, ao desempenharmos nossas atribuições de auditores, não estabelecemos quaisquer fatos que poderiam constituir uma grave violação à lei ou ao estatuto social da Sociedade por parte da administração ou dos empregados. Não tivemos conhecimento de quaisquer deficiências relevantes no controle interno do processo contábil. Não foram atendidos os critérios para se presumir a necessidade de uma reorganização (Capítulo 22 (1) No. 1 URG).

Chamamos a atenção para o fato de que a tradução para o inglês deste relatório dos auditores, de acordo com o Capítulo 274 do Código Comercial da Áustria (UGB), é apresentada somente para referência do leitor e que a redação no idioma alemão prevalecerá para os fins de direito.

4. Relatório dos Auditores

Auditamos as demonstrações contábeis que acompanham o presente, incluindo o sistema contábil, da Sete International GmbH, Viena, para o exercício fiscal de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2013. Estas demonstrações contábeis compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013, a demonstração do resultado para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2013, e as notas. Conforme disposto segundo o Capítulo 275 (2) do UGB (provisão de compromisso referente à auditoria das demonstrações contábeis de pequenas e médias empresas), nossa responsabilidade e compromisso perante a Sociedade e quaisquer terceiros decorrente da auditoria estão limitados a um total de EUR 2 milhões.



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.:9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09654/16

Livro 133

Folhas 433

Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Contábeis e pelo Sistema Contábil

A administração da Sociedade é responsável pelo sistema contábil e pela preparação e apresentação justa das demonstrações contábeis de acordo com os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos na Áustria. Esta responsabilidade inclui: projetar, implementar e manter controle interno relevante à preparação e apresentação justa das demonstrações contábeis que estejam isentas de distorções relevantes, seja devido à fraude ou erro; selecionar e aplicar políticas contábeis apropriadas; fazer estimativas contábeis que sejam razoáveis nas circunstâncias.

Responsabilidade dos Auditores e Descrição do Tipo e Escopo da Auditoria

Nossa responsabilidade é expressar um parecer sobre estas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria. Conduzimos nossa auditoria de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis na Áustria e as Normas sobre Auditoria da Áustria. Essas normas requerem que cumpramos as diretrizes profissionais e que planejemos e executemos a auditoria para obter garantia razoável de que as demonstrações contábeis estejam livres de distorções relevantes.

Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter evidências de auditoria sobre os valores e divulgações contidos nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento dos auditores, inclusive a avaliação dos riscos de distorções relevantes das demonstrações contábeis, seja devido à fraude ou erro. Ao fazer essas avaliações de risco, os auditores consideram o controle interno relevante para a preparação e apresentação justa pela Sociedade das demonstrações contábeis, a fim de elaborar procedimentos de auditoria que sejam apropriados para as circunstâncias, mas não com o intuito de expressar um parecer sobre a eficácia do controle interno da Sociedade. Uma auditoria também inclui avaliar a propriedade das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações contábeis.

Acreditamos que as evidências de auditoria que obtivemos são suficientes e apropriadas para fornecer uma base razoável para nosso parecer de auditoria.

Parecer

Nossa auditoria não deu ensejo a quaisquer objeções. Em nosso parecer, o qual se baseou nos resultados de nossa auditoria, as demonstrações contábeis cumprem os requisitos legais e oferecem uma visão fiel e justa da posição financeira da Sociedade em 31 de dezembro de 2013 e de seu desempenho financeiro para o exercício fiscal de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2013, de acordo com as Práticas Contábeis adotadas na Áustria.

Sem fazer ressalvas ao nosso parecer de auditoria, chamamos a atenção para a nota na página 5 nas notas às demonstrações contábeis, de acordo com as quais negociações no nível dos acionistas estão atualmente em andamento visando garantir o financiamento do Grupo Sete no longo prazo. A administração presume que as negociações estarão satisfatoriamente concluídas em 2014, tendo, portanto, preparado as demonstrações contábeis presumindo a continuidade da sua operação, para a qual, até o momento, nenhuma objeção foi levantada. Se esta hipótese não



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.: 9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09654/16

Livro 133

Folhas 434

se concretizar, existe uma incerteza relevante que poderá levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de a Sociedade continuar em operação.

Um relatório da administração não foi preparado de acordo com o Capítulo 243 (4) do UGB.

Viena, 13 de junho de 2014.

PwC Wirtschaftsprüfung GmbH
Wirtschaftsprüfungs-und
Steuerberatungsgesellschaft

assinado: *[em branco]*
por procuração Christina Decker
Auditora Pública Certificada na Áustria

assinado: *[em branco]*
Karl Hofbauer
Auditor Público Certificado na Áustria

Não é permitida a divulgação, publicação e cópia das demonstrações contábeis juntamente com o relatório dos auditores de acordo com o Capítulo 281 (2) do UGB em uma forma que não esteja de acordo com os requisitos legais e que divirja da versão auditada por nós. Não poderá ser feita qualquer referência à nossa auditoria sem o nosso consentimento prévio.

Apêndices



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.: 9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09654/16

Livro 133

Folhas 435

Demonstrações Contábeis

do exercício fiscal de 01/01/2013 até 31/12/2013

Sete International GmbH

Schubertring 6
1010 Vienna
Austria

ÍNDICE

Contratação.....	1
Balanço Patrimonial	2 - 3
Demonstração do Resultado	4
Notas explicativas às Demonstrações Contábeis.....	5 - 22

Sete International GmbH

Contratação

Sete International GmbH
Schubertring 6
A-1010 Vienna
Austria

**Relatório sobre a Compilação das Demonstrações Contábeis da
Sete International GmbH em 31 de dezembro de 2013**

Fomos contratados para compilar as seguintes demonstrações contábeis da Sete International GmbH em 31 de dezembro de 2013 – consistindo no balanço patrimonial, da demonstração do resultado e das notas – com base na contabilidade e no inventário, bem como nas disposições dos métodos contábeis e de valorização aplicáveis.

Toda a contabilidade conduzida por nós e, além disso, a documentação, registros contábeis e de inventário – cuja regularidade ou plausibilidade não verificamos em conformidade com nossa contratação – bem como as informações a nós fornecidas, serviram como base para a compilação das demonstrações contábeis. A Sociedade é responsável pela preparação do inventário e das demonstrações contábeis em conformidade com o Código Comercial da Áustria (UGB) e das disposições suplementares do Estatuto Social da Sociedade.



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.: 9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09654/16

Livro 133

Folhas 436

Também não realizamos uma auditoria, uma revisão das demonstrações contábeis ou um compromisso de garantia ou procedimentos acordados e, portanto, não fornecemos uma garantia (confirmação) sobre as demonstrações contábeis.

A Sociedade é responsável pela exatidão, bem como pela abrangência da documentação e informações a nós fornecidas; uma responsabilidade que também se aplica em relação aos usuários das demonstrações contábeis compiladas por nós. Neste contexto, fazemos referência à Carta de Representação assinada pela Sociedade em 13 de junho de 2014 a nosso pedido.

O compromisso de compilação foi conduzido segundo as disposições do parecer de especialistas KFS/RL 26 "Princípios para a Compilação de Demonstrações contábeis". As Condições Gerais do Contrato para as Profissões de Auditoria Pública (AAB), publicadas pela Câmara Austríaca de Auditores Públicos e Assessores Fiscais (KWT), em 21 de fevereiro de 2011, deverão se aplicar a este compromisso de compilação.

Qualquer distribuição a terceiros das demonstrações contábeis compiladas por nós somente é permitida mediante inclusão do relatório de compilação.

Se as demonstrações contábeis compiladas por nós forem distribuídas a quaisquer terceiros, as disposições estipuladas no Ponto 8. AAB para as Profissões de Auditoria Pública de KWT sobre a responsabilidade perante terceiros deverão se aplicar.

A tradução para o inglês do relatório de compilação é apresentada somente para referência do leitor e a redação no idioma alemão é a única versão que prevalece para fins de direito.



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.: 9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09654/16

Livro 133

Folhas 437

Balanco Patrimonial
31/12/2013

Sete International GmbH

ATIVO

31/12/2013 31/12/2012
€ €

A. ATIVO IMOBILIZADO

I. ATIVO FINANCEIRO

1. Ações em empresas coligadas

434.231.541,45 331.147.490,75

B. ATIVO CIRCULANTE

I. RECEBÍVEIS E OUTRO ATIVO

1. Recebíveis devidos das empresas coligadas

1.763.687.822,53 481.396.266,23

Outros

1.763.687.822,53 481.396.266,23

2. Outros recebíveis e ativos

0,00 8.098.375,05

1.763.687.822,53 489.494.641,28

II. VALORES MOBILIÁRIOS E AÇÕES

1. Outros valores mobiliários e ações

419.778,93 0,00

III. DEPÓSITOS BANCÁRIOS

82.210.118,92 3.541.095,65

1.846.317.720,38 493.035.736,93

C. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE, ENCARGOS DIFERIDOS

6.912.610,65 365.326,16

Total do ativo

2.287.461.872,48 824.548.553,84



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.: 9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09654/16

Livro 133

Folhas 438

Balanco Patrimonial
31/12/2013

Sete International GmbH

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

31/12/2013 31/12/2012
€ €

A. CAPITAL E RESERVAS

I. CAPITAL SOCIAL

51.035.000,00 51.035.000,00

II. RESERVAS DE CAPITAL

1. não destinadas

784.224.432,08 654.224.432,08

III. PREJUÍZO DO EXERCÍCIO

Prejuízo lançado dos exercícios anteriores

-53.562.700,79 -25.794.149,17
-25.794.149,17 -202.226,38

781.696.731,29 679.465.282,91

B. PROVISÕES

1. Provisões fiscais
2. Outras provisões

230.000,00 0,00
701.340,23 357.118,46
931.340,23 357.118,46

C. PASSIVO

1. Dívidas com bancos
2. Dívidas de bens e serviços
3. Dívidas a empresas coligadas
Outras
4. Outras dívidas
Impostos

918.040.531,52 0,00
542.937,32 0,00
586.248.805,00 139.761.064,35
586.248.805,00 139.761.064,35
1.527,12 4.965.088,12
1.527,12 4.965.088,12
1.504.833.800,96 144.726.152,47

Total do passivo e patrimônio líquido

2.287.461.872,48 824.548.553,84

PASSIVO CONTINGENTE

1.725.451.705,46 908.176.001,64



ALESSANDRA OTERO GOEDERT
TRADUTOR PÚBLICO
Inglês-Português

Rua Antônio Tavares, 603 - Apto. 104, Cambuci, São Paulo CEP: 01542-010 Tel.: 9 9467-5609
Matr. JUCESP 566 • C.C.M. 2.653.775-3 • R.G. 16.978.994-9 • C.P.F. 132.963.348-23

Tradução I-09654/16

Livro 133

Folhas 439

Demonstração do Resultado
01/01/2013 - 31/12/2013

Sete International GmbH

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	2013	2012
	€	€
1. OUTRA RECEITA OPERACIONAL		
a) Outro	0,00	3.151.306,09
2. DESPESAS COM PESSOAL		
a) Despesas com pagamento de previdência social exigidas por lei, bem como impostos e contribuições obrigatórias incidentes sobre remuneração	0,00	55,36
3. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		
a) impostos, desde que não incidam sobre renda ou receita	1.340.000,00	6.803.340,82
b) outras	60.309.007,90	30.009.811,12
	<u>61.649.007,90</u>	<u>36.813.151,94</u>
4. RESULTADO OPERACIONAL	-61.649.007,90	-33.661.901,21
5. RECEITA DE OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS	2.108,71	0,00
6. RECEITA FINANCEIRA E OUTRA RECEITA DE EMPRESAS COLIGADAS	62.850.116,81	14.518.751,07
	62.818.361,63	14.340.526,70
7. RECEITA DE ALIENAÇÃO E REAVALIAÇÃO DE ATIVOS FINANCEIROS	454.012,27	18.900,00
8. DESPESAS DE JUROS E OUTRAS DESPESAS DE EMPRESAS COLIGADAS	29.422.140,73	6.465.922,65
	24.457.680,78	0,00
9. RESULTADO FINANCEIRO	33.884.097,06	8.071.728,42
10. PREJUÍZO DE ATIVIDADES OPERACIONAIS	-27.764.910,84	-25.590.172,79
11. IMPOSTO DE RENDA E RECEITA	3.640,78	1.750,00
12. LUCRO LÍQUIDO	-27.768.551,62	-25.591.922,79
13. PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	-27.768.551,62	-25.591.922,79
14. PREJUÍZO LANÇADO DOS EXERCÍCIOS ANTERIORES	-25.794.149,17	-202.226,38
PREJUÍZO DO BALANÇO PATRIMONIAL	-53.562.700,79	-25.794.149,17